

UNIVERSIDAD FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITARIO DE MARABÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS TERRITORIAIS E
SOCIEDADE NA AMAZÔNIA – PD TSA.

JESSICA ALEJANDRA SOLÓRZANO ORELLANA

**AS PROMESSAS ALAGADAS DO DESENVOLVIMENTO: A VELHA
JACUNDÁ E O PROJETO HIDRELÉTRICO TUCURUÍ.**

MARABÁ, PARÁ.

ABRIL, 2019

JESSICA ALEJANDRA SOLÓRZANO ORELLANA

**AS PROMESSAS ALAGADAS DO DESENVOLVIMENTO: A VELHA
JACUNDÁ E O PROJETO HIDRELÉTRICO TUCURUÍ.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia sob a orientação da Profa. Dra. Célia Regina Congilio e a coorientação da Profa. Dra. Edma Silva Moreira.

Marabá, Pará.

2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Setorial Campus do Taurizinho

Solórzano Orellana, Jessica Alejandra

As promessas alagadas do desenvolvimento: a velha Jacundá e o Projeto Hidrelétrico Tucuruí / Jessica Alejandra Solórzano Orellana ; orientadora, Célia Regina Congilio ; coorientadora, Edma Silva Moreira. — Marabá : [s. n.], 2019.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Marabá, 2019.

1. Jacundá (PA). 2. Amazônia. 3. Desenvolvimento econômico. 4. Economia do mercado. 5. Colônias. I. Congilio, Célia Regina, orient. II. Moreira, Edma Silva, coorient. III. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia. IV. Título.

CDD: 22. ed.: 981.15

Elaborada por Adriana Barbosa da Costa – CRB-2/391

JESSICA ALEJANDRA SOLÓRZANO ORELLANA

**AS PROMESSAS ALAGADAS DO DESENVOLVIMENTO: A VELHA
JACUNDÁ E O PROJETO HIDRELÉTRICO TUCURUÍ.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia sob a orientação da Profa. Dra. Célia Regina Congilio e a coorientação da Profa. Dra. Edma Silva Moreira

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Célia Regina Congilio
Orientadora/UNIFESSPA

Profa. Dra. Edma Silva Moreira
Coorientadora/UNIFESSPA

Prof. Dr. Jerônimo Silva da Silva
Examinador interno/UNIFESSPA

Profa. Dra. Sônia Magalhães
Examinadora externa/UFPA

Prof. Airton dos Reis Pereira
Examinador suplente/UNIFESSPA

DEDICATÓRIA

Às mulheres que a vida me apresentou e que me ensinaram, cada uma a partir da sua vivencia, as fortalezas de ser mulher, científica, amiga, mãe, cuidadora, exploradora, viajante. Porque sem a presença, companhia e cuidado delas, esta dissertação não seria possível. Meu carinho e dedicatória para elas: Regina Ceo, Edma Moreira, Katia Silva, Manoela Souza, Erika Curvina, Richelly Costa.

A mi madre, por su silenciosa compañía.

A mi padre, por su constante apoyo.

AGRADECIMENTOS

Ao Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), à Organização de Estados Americanos (OEA) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos. À Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e, de forma especial ao Programa em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA) por ter me considerado uma candidata idônea para seu programa de pós-graduação. A Coordenação do Programa (2017) e a Tayná Passos, técnica do programa, por seu constante apoio nos diferentes processos.

Ao projeto “As lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subseqüentes à redemocratização do país”, pelo espaço para minha pesquisa, e a seus membros, com os que tive o prazer e honra de compartilhar reflexões: Profa. Dra. Sonia Magalhães, Prof. Dr. Henri Acselrad, pelos seus aportes para a construção da presente dissertação e para aprofundar nas reflexões e compreensões sobre Amazônia brasileira e o desenvolvimento hidrelétrico. Ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Mudança Social no Sudeste Paraense (GPEMSSP) pelas reuniões e discussões sobre a região.

À Profa. Dra. Celia Congilio pela orientação desta dissertação, pelo apoio nas crises finais, escuta, paciência e pelos aportes à construção do texto. Pela companhia e liberdade no desenvolvimento da pesquisa. À profa. Dra. Edma Moreira pela coorientação e problematização constante do objeto de estudo, pelas discussões teóricas, os testes conceituais e pelas compreensões de uma Amazônia sempre complexa. A cada uma das pessoas da Velha Jacundá que mantêm a memória e continuam na luta pelo reconhecimento das afetações e, sobretudo, que permanecem acreditando que a história deve ser escrita de outra forma e continuam lutando por isso. Ao professor Dr. Jerônimo Silva e a Profa. Dra. Sônia Magalhães pelas importantes contribuições à discussão na qualificação e pelo acompanhamento, em diferentes momentos, do desenvolvimento da presente dissertação.

A pós-graduação não é só conseguir um logro acadêmico, senão formar a fortaleza intelectual, psicológica, sentimental, para levar a bom término o trabalho. Porém essa fortaleza, acredito, vai além das capacidades individuais. Minha fortaleza se construiu com uma rede de pessoas que tem me acolhido e segurado em todos os momentos. A possibilidade de ter concluído este trabalho só foi possível por ter amigos que me acompanharam no trajeto e enriqueceram minha perspectiva e minha vida.

Aos amigos que me acolheram e me ensinaram a beleza da capoeira angola, sua música e mandinga. Diego Santos Silva, Amintas Lopez da Silva, Emmanuel Carolo, Diego Viera, Cristiano Bento. Minhas primeiras conversas em português, os primeiros amigos fora da sala de aula e os finais de treino no “carlos bar”.

Aos amigos professores: Dra. Katia da Silva, Dr. Jorge Ribeiro dos Santos, Dra. Hildete Pereira dos Anjos, Dra. Nilsa Brito Ribeiro, Dr. Zé Pedro de Azevedo, por

ter me acolhido nas conversas de fim de tarde, de final de semana. Por fazer-me sentir parte de um grupo de amigos, de uma família extensa que acolhe, que cuida. À Ingrid Fernandez e Ricardo Brandão pela sua amizade sincera e carinho. À Ana Emilia que me mostrou a fortaleza do MST e suas lutas. Ao Fernando Michelotti pelas conversas e amizade. À Manoela Souza, pelo carinho, a companhia, aprendizados e cuidados, por ser uma vizinha incrível. A Edna Mayorga, pela companhia durante os primeiros meses de mestrado.

A minha turma de mestrado pela companhia e apoio constante. Pelos debates em aula e fora dela. Agradecimentos especiais para o Milton, a Regina, a Richelly, a Erika e a Claudiana, o Víctor, a Keylla pelas trocas de afetos, de conhecimentos e apoios, à Joyara, Fabricio e Amarildo por sua companhia na caminhada do mestrado. A todos pela motivação e cuidado.

A o Milton Pereira Lima e Meca da Paz por me apresentar Redenção de Pará e me abrir as portas de seu lar. Por uma amizade sincera. Ao Prof. Dr. José Rodriguez de Carvalho e o Prof. Idelvison Bandeira pelas conversas, poesia e conselhos para a presente dissertação.

A uma grande família que me acolheu no seu lar e me fez sentir querida: José Sousa Silva (Zé Neto), Joana Sousa Silva (Neta), meu carinho e agradecimento. Aos amigos José Ribeiro da Costa e Romualdo Rodriguez pelas conversas, comidas e encontros, pelos risos.

A você, que esteve presente nestes dois anos de escrita, pela (não) companhia, pelas conversas e os (des)encontros.

A todos vocês, obrigada.

Estar lejos es aprender a amar a distancia, a apoyar, acompañar, cuidar a distancia. Estar lejos es extrañar y hacer que todo esto se convierta en una fortaleza, en amor e independencia. Por este duro aprendizaje quiero dar gracias a las personas importantes de mi vida en Ecuador y que estuvieron conmigo, dándome las herramientas para el camino.

A Aníbal Solórzano, mi padre, por su apoyo. A Rocio Rodriguez Veintimilla por el apoyo, cariño y compañía en la distancia. A mi tía Cecilia Solórzano y a mis primos Karen y Jorge Solórzano, por todo su cariño. A mis hermanos Pablo y David, por estar ahí, por ser nosotros. A mis brujas del alma, Pamela Godoy y Cristina Jaramillo que me mostraron la fuerza del whatsapp (y del cariño de hermanas). A Natalie (Tachi) Guzmán, que tuve que cambiar de país para hablar más seguido pero que el cariño mutuo no ha cambiado en todos estos años. A Andrés Osorio por la amistad y el afecto, por la compañía en los momentos de dudas y los festejos en los momentos de conquistas.

A Irina Moncayo, por ayudarme a mantener mis decisiones, a fortalecerme y aprender a cargar mis propias maletas de la vida.

A ustedes, muchas gracias.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Atividades de pesquisa desenvolvidas.....	23
Tabela 2 Booms extrativos no Médio Tocantins.....	51

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 Localização do Projeto Hidrelétrico Tucuruí e cidades adjacentes.....	11
--	----

RESUMO

A presente dissertação é uma releitura crítica sobre os efeitos do processo de deslocamento da população da cidade Velha Jacundá – Pará, a partir da memória de seus habitantes, pela implantação do Projeto Hidrelétrico Tucuruí. Se propõe um exercício analítico a través do conceito de governamentalidade para dar conta das formas em que as ações do regime militar reforçaram formas coloniais de controle populacional e de aproveitamento dos recursos naturais da região Amazônica. Demonstra-se que os avanços do discurso desenvolvimentista geraram muitas expectativas de progresso na população, porém não foram consideradas as condições nas quais seria implementado esse desenvolvimento pela expansão da economia de mercado. Isso aprofundou os impactos sociais e econômicos na vida e nas possibilidades de reprodução da população. A resposta a esse governo neocolonial foi a emergência de um poder correspondente: o da resistência da população atingida pelo projeto hidrelétrico. A partir de revisão bibliográfica, entrevistas abertas e uma oficina em Jacundá se trabalhou a memória dos ex habitantes da Velha Jacundá para reconstruir todo esse processo.

Palavras chave: Amazônia. Desenvolvimentismo. Colonialidade. Economia de mercado. Resistência.

ABSTRACT

This study is a critical evaluation of the preexisting studies about the effects of population displacement from Velha Jacunda – Pará, through the experience of its inhabitants due to the implementation of the Tucuruí hydroelectric dam. It proposes an analytical exercise through the concept of governmentality to explain the ways that the actions of military regime deepened colonial ways of population control and exploitation of natural resources in the Amazon region. It is demonstrated that the advance of “development discourse” created unreasonable expectations of progress within the population but it did not consider the demands of market economy expansion. That omission deepened the social and economic impact on the lives and growth possibilities of the population. The response to that neocolonial government was the birth of a correspondent power: the power of resistance of the population affected by the hydroelectric dam. The recollections of ex-inhabitants of Velha Jacundá were analyzed to reconstruct the process of what they lived by bibliographical research, open interviews and a workshop in Jacundá.

Keywords: Amazon. Development. Colonialism. Market economy. Resistance.

SUMARIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
2. A VELHA JACUNDÁ: MEMÓRIA, DESENVOLVIMENTO E “VERDADE”	26
2.1. AMAZÔNIA SUBDESENVOLVIDA? ESTADO DESENVOLVIMENTISTA E EXPANSÃO DO CAPITALISMO.....	27
2.2. AMAZÔNIA CONSTRUÍDA DISCURSIVAMENTE.....	36
2.3. A VELHA JACUNDÁ: VERDADE E MEMÓRIA.....	41
3. APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS DA REGIÃO DO MÉDIO RIO TOCANTINS	48
3.1. NA BEIRA DO RIO TUDO É BOM, NÉ? VELHA JACUNDÁ, A VIDA DOS CAMPONESES DO MÉDIO TOCANTINS.....	51
4. OU VOCÊ SAI OU VOCÊ MORRE. DESENVOLVIMENTO HIDRELÉTRICO E EXPANSÃO DO MERCADO NA AMAZÔNIA	61
4.1. A GRANDE TRANSFORMAÇÃO DA VELHA JACUNDÁ.....	74
4.2. BIOPOLÍTICA E POPULAÇÃO: AS AVALIAÇÕES DA EMPRESA ELETRONORTE NO PROJETO HIDRELÉTRICO TUCURUÍ.....	80
4.3. O “MOINHO SATÂNICO”: A IMPOSIÇÃO DA ELETRONORTE NA VELHA JACUNDÁ.....	89
4.4. A CHEGADA NA NOVA JACUNDÁ E REIVINDICAÇÕES DA FORMA DE VIDA.....	96
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Brasil conta com 75% de sua matriz energética baseada em hidrelétricas e posiciona-se como um dos maiores geradores de energia com essa matriz a nível mundial (ROQUETTI, MORETO, PULICE, 2017). A Hidrelétrica de Tucuruí é uma das maiores do Brasil. Foi construída entre os anos 1974 e 1985, durante a ditadura militar brasileira, após o chamado “milagre econômico” (1969 – 1973). Esta obra foi impulsionada pelo regime militar como um dos eixos do desenvolvimento para a região amazônica, e em geral, da nação brasileira.

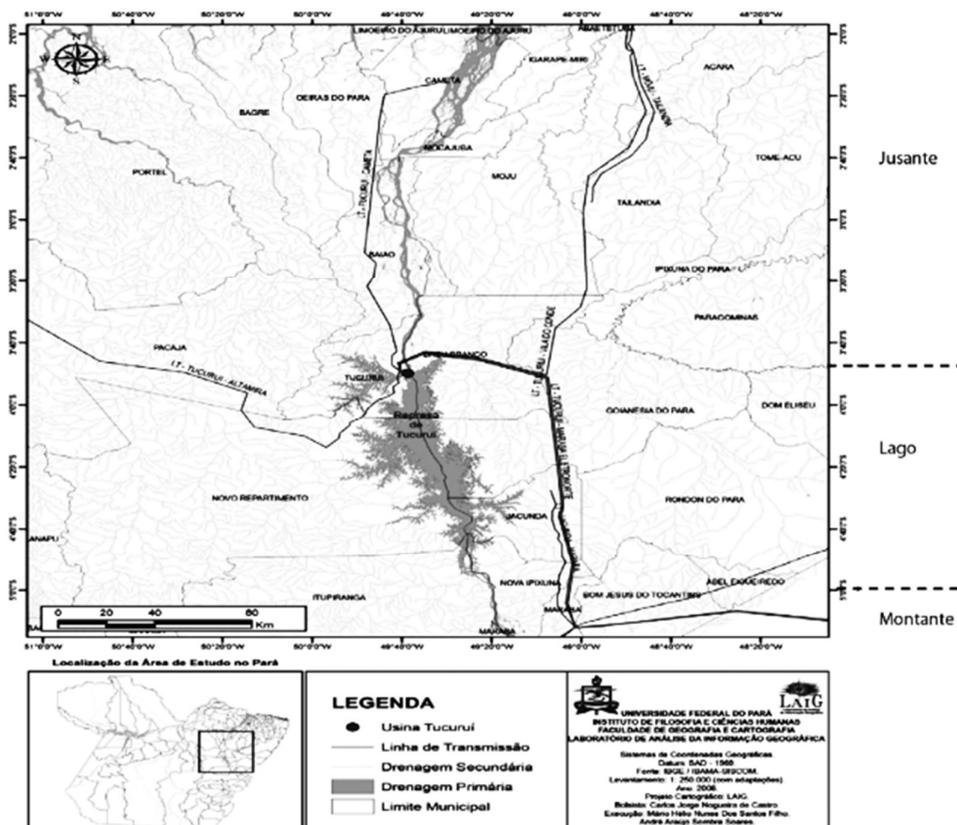
Pouco mais de 30 anos passados e com o grande crescimento do setor hidrelétrico no Brasil nesse período, a reflexão das reais causas e efeitos dessas obras sobre as populações locais e sobre o próprio desenvolvimento da região amazônica continua vigente, como um convite para se reavaliar, em profundidade, as grandes promessas do desenvolvimentismo dos anos 1970 e seus alcances na vida da população amazônica, a partir dessa época até a atualidade.

Esta pesquisa foi realizada no atual Município de Jacundá – Pará. Localizado no sudeste paraense, tem uma população estimada em 57.526 habitantes (IBGE, 2017). Trabalhou-se nesse município já que ele foi o receptor da população deslocada da Velha Jacundá, cidade completamente submersa pela implementação do Projeto Hidrelétrico Tucuruí.

O Projeto Tucuruí foi iniciado aproximadamente no ano 1974 (fase de estudos) e começou as operações da primeira etapa no ano 1984 com o fechamento das comportas da usina. Uma segunda etapa foi desenvolvida a partir do ano 2001 para duplicar a potência instalada de produção de energia. Para efeitos do presente estudo considera-se só a primeira etapa de construção do Projeto a qual coincide com a primeira fase do desenvolvimentismo industrial sob o regime militar.

Em continuação apresenta-se um mapa com a localização da represa de Tucuruí e as cidades adjacentes, entre elas Jacundá.

Mapa 1 Localização do Projeto Hidrelétrico Tucuruí e cidades adjacentes.



Fonte: SANTANA, A. C. de, et.al. 2014.

DESENVOLVIMENTO E DITADURA MILITAR

O desenvolvimentismo, durante o regime militar, esteve atrelado a um forte movimento de capitais, reestruturações institucionais do Estado e estímulos fiscais para o ingresso de empresas nacionais e internacionais na Amazônia brasileira, a partir da década dos anos 1970:

Historicamente, a partir do golpe militar de 1964, a intervenção do Estado na Amazônia oriental com o intuito de impulsionar o desenvolvimento industrial, se deu de duas formas: primeiro a partir da criação de programas governamentais (POLAMAZÔNIA, PGC etc..) e segundo, a partir da criação ou potencialização de instituições financeiras, agências e fundos de investimentos já existentes (BASA, BNDES, SUDAM, FINAM) que pudessem compor a política de incentivos fiscais para que as empresas pudessem aqui se instalar. (DOS SANTOS, 2015, p. 26)

O discurso oficial do Estado para a implementação do desenvolvimentismo esteve focado na construção do “progresso” da Amazônia e, em geral, da nação brasileira. Antes deste processo, o aproveitamento dos recursos naturais da Amazônia se caracterizava por manter formas tradicionais de produção, a dizer, processos de extração de recursos das florestas amazônicas por parte das oligarquias locais e, em menor medida, da população tradicional da região.

Antes da entrada do bloco dos capitais baseados na grande propriedade, como as madeireiras, as mineradoras e o agronegócio, a Amazônia não era uma região que pudesse ser classificada como subdesenvolvida. Os modos de vida e de produção eram tradicionais. A concentração de renda e a produção de matérias-primas para a exportação começaram a estruturar a sociedade da Amazônia apenas com a exploração gomífera, e se aprofundaram com a entrada permanente do grande capital. (PETERS, 2014, p. 102)

Tendo em consideração o papel histórico das oligarquias na produção e aproveitamento do território amazônico, estes processos eram realizados por meio da inversão de capitais locais, sendo assim que comunidades locais e proprietários privados eram quem aproveitavam os bosques amazônicos. Mas o sistema de aproveitamento que se fazia nessa região (e que sustentava às populações locais) não tinha grande impacto na economia nacional. “Apesar dos ciclos econômicos da região, baseados sobretudo na economia de extração, como o da borracha, minerais e madeira, a Amazônia, no período, era responsável por somente 2% do produto interno bruto.” (PACHECO, 2010. Pág. 3). Isto pode indicar um dos motivos para a procura de integração da Amazônia no ciclo desenvolvimentista brasileiro.

Para ser possível a integração da Amazônia ao desenvolvimento nacional, o governo impulsionou uma série de medidas para modernizar as estruturas estatais, as quais permitiram o avanço do ideário sobre a integração produtiva da região amazônica. Desta forma, o Estado garantiu o corpo burocrático necessário para o processo.

Todas estas ações do aparato estatal brasileiro permitiram que um novo modelo de desenvolvimento capitalista fosse implementado. Durante a década dos anos 1960 e 1970 continuou o crescimento desse modelo na Amazônia, podendo-se dividir em duas grandes linhas de intervenção estatal: uma, o desenvolvimento de vias

de comunicação terrestre que facilitassem o avanço da produção da indústria agrícola e a colonização; e outra, que criassem as condições do desenvolvimento industrial, em setores como mineração e hidroeletricidade (DOS SANTOS, 2015).

O modelo desenvolvimentista sustentado no ingresso de capitais gerou um aparato institucional que, junto com o Estado e as empresas públicas encarregadas de desenvolver os projetos hidroelétricos, trouxe para a Amazônia outras múltiplas instituições, com planos industriais que se iam complementando com a energia produzida pelas hidrelétricas, como é o caso, por exemplo, das mineradoras, e mais especificamente, o projeto da Hidrelétrica Tucuruí em relação ao complexo de alumínio da Alcoa e da Abras/Alunorte. Como se pode avaliar até aqui, nenhum desses planos ou instituições procuraram inserir a perspectiva das populações locais no projeto de aproveitamento dos recursos naturais amazônicos.

Todo o processo de modernização do Estado, a partir das diretrizes desenvolvimentistas baseadas em capitais estrangeiros, abriu possibilidades para que a Amazônia fosse integrada à economia nacional (e mundial) através da abertura dos espaços amazônicos para a produção de *commodities* com valor nos mercados mundiais, como a pecuária, madeira, grãos, minério, produção energética – (CASTRO, 2012). O Estado mudou sua estrutura conforme as necessidades do novo modelo de desenvolvimento e da racionalidade de aproveitamento dos recursos naturais amazônicos que, uma vez catalogados como mercadorias, tinham que ser colocados à disposição dos mercados nacionais e internacionais.

Em 1967 foram feitas descobertas de grandes reservas de minérios na parte oriental da Amazônia, em especial na localidade Serra dos Carajás, no Estado do Pará, e foi estabelecido um primeiro Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1967 – 1971). No início da década de 1970 foi estabelecido o I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (I PDA – 1972 – 1974) e a partir de políticas estabelecidas no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND – 1975 – 1979) posteriormente foram criados o II PDA (1975 – 1979) e o Programa de Pólos Agropecuários e Agro minerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). (MADEIRA, 2010, p. 3).

Nesse contexto, entre os anos 1960 e 1970 deu-se um completo processo de reconfiguração da ocupação e uso do território amazônico, com forte impulso do Estado para garantir o processo, por meio de seu aparato burocrático e pelas novas condições de mercado estabelecidas na região. No contexto político maior do Brasil,

esses anos vão corresponder ao “milagre econômico”, período em que existia grandes inversões de capital disponíveis para a conversão industrial e, por isso, a pressão sobre o Estado de expandir os espaços produtivos – industriais e mercados. Neste sentido, pode-se afirmar que Amazônia não precisava do Estado para se desenvolver; o Estado Nacional precisava da Amazônia para levar seu plano nacional desenvolvimentista e fazer possível o movimento dos capitais de inversão (ALMEIDA, 2014).

Isto permitiu que grandes quantidades de capitais, públicos e privados, migrassem para a região amazônica, impulsionando o desenvolvimento de diferentes indústrias, mesmo que as grandes inversões projetassem graves impactos sobre as populações locais, o Estado apoiou essas ações sob o ideário do desenvolvimento e do progresso nacional.

Mais profundamente ainda, isso significava: a segurança da nação repousa no capital, independentemente de sua origem geográfica [...]. Isso ficou patente a partir de 1964, quando o governo Castelo Branco abriu todas as portas do país ao capital estrangeiro para pesquisa e exploração dos recursos naturais: a mística nacionalista se desvanecia, o realismo impunha-se – e com ele, o pragmatismo. (HEBETTE, 2004, p. 32)

Essa visão de progresso é o nó problemático para a compreensão do modelo desenvolvimentista implementado no Brasil dos anos 1960 e 1970 já que, o chamado progresso nacional (sob o apelo de bem comum da nação), trouxe grandes impactos para as populações locais. Os impactos, sociais e ambientais, no caso do projeto hidrelétrico Tucuruí foram responsabilidade direta do Estado, através da empresa pública Eletronorte, com uma intervenção autoritária e violenta sobre as populações locais.

O início das grandes intervenções federais, na região, coincidiu com o regime militar. A implantação da rodovia Transamazônica, a abertura da fronteira agrícola e os grandes fluxos migratórios ocorreram no período mais repressivo desse regime. Os grandes projetos industriais seguiram logo depois. (HEBETTE, 2004, p. 75)

Estes impactos não podem ser considerados menores ou justificados em prol do desenvolvimento nacional ao considerar que o Projeto Hidrelétrico Tucuruí alagou 2.850kms² e 15 povoados foram deslocados¹ nas piores condições possíveis, com repercussões em suas vidas que reverberam até o presente.

[...] insistiam sobre a “negação dessas populações por parte do Estado e das empresas protagonistas desses projetos: “uma pre-concepção da Amazônia, enquanto vazio social e histórico” diagnosticava Magalhães (1991, p. 179 – 179) “Não se trata de introduzir nada na vida dessas populações, mas de tirar-lhes o que têm de vital para sua sobrevivência... E como se elas não existissem ou, existindo, não tivessem direito ao reconhecimento de sua humanidade [...] (HEBETTE, 2004, p. 73)

DESENVOLVIMENTO HIDRELÉTRICO, COLONIALIDADE E ECOLOGIA POLÍTICA

O aproveitamento industrial dos recursos hídricos sempre esteve na agenda dos Estados Nacionais pela possibilidade de produção de energia e fornecimento desta para as cidades. O Brasil, neste sentido, não foi exceção até os anos 1970, quando volta os olhos para Amazônia e o aproveitamento de recursos hídricos nesta região deixa de ser só para fornecer energia as cidades. O objetivo maior passa ao de fornecer energia para as grandes indústrias que começam se assentar no território amazônico. Não se pode afastar da análise o contexto maior no qual se desenvolve o setor hidrelétrico brasileiro dos anos 1970. Sob o governo federal militar, no aproveitamento de recursos hidrelétricos na Amazônia brasileira juntam-se ainda três elementos: o desenvolvimento nacional, a “segurança nacional” e o combate de possíveis células revolucionárias da esquerda na Amazônia, tema amplamente tratado em pesquisas acadêmicas, como retratado por Congilio e Ikeda (2014).

Então, qual é a novidade de pesquisa que se possa encontrar ao revisitar a história e fatos acontecidos na construção da hidrelétrica de Tucuruí? A ecologia política (LEFF, 2006; ESCOBAR, 1996; entre outros), desde uma perspectiva crítica, permite fazer uma aproximação às relações de poder que se tecem ao redor do aproveitamento dos recursos naturais. Também a ecologia política permite revelar as

¹ Trata-se de um processo que se tornou difícil definir, com certeza, o número de famílias ou pessoas que foram deslocadas. Em 1978, um estudo da BASEVI mostrava que o projeto tinha provocado o deslocamento de 1.750 famílias, totalizando 9.500 pessoas. Em novembro de 1982, pelo levantamento da Eletronorte já eram 3.152 famílias, equivalente, a aproximadamente 15.600 pessoas. No relatório da Eletrobrás (1992, p. 80), a indicação é de 4.407 famílias reassentadas, sendo 3.407 em loteamentos rurais e, 1000 famílias em núcleos urbanos. (COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. 1999: 24)

construções discursivas, sobre o ambiente dos distintos atores que disputaram a apropriação dos recursos naturais como no caso do Projeto Hidrelétrico Tucuruí.

Em palavras de Martinez Alier (Apud LEFF, 2017, p.245)

A distribuição desigual dos custos ecológicos e seus efeitos [...] a compensação pelo dano ecológico e a justiça ambiental designa as assimetrias ou desigualdades sociais, espaciais e temporais no uso humano dos recursos e serviços ambientais, comerciais ou não, e na diminuição dos recursos naturais (incluindo a perda de biodiversidade) e as cargas contaminantes. (LEFF, 2017, p. 245, tradução nossa)

Na perspectiva da ecologia política abre-se a possibilidade de análise do Projeto Hidrelétrico Tucuruí desde as diferentes valorizações dos recursos amazônicos utilizados pelo Estado e que já eram aproveitados pelas populações tradicionais locais. Desafia-se a pensar sobre quais foram os efeitos dessas diferentes valorizações sobre a vida e sobre a ideia de desenvolvimento que possuíam as populações relacionadas com o Projeto Hidrelétrico Tucuruí.

A distribuição ecológica leva a considerar sobre a maneira como a imposição da racionalidade econômica e a vontade de domínio colonial tem desterritorializado as culturas e está alterando a distribuição ecológica do planeta como efeito da capitalização e os modos de apropriação da natureza, segundo os requerimentos expansivos do capital e a geopolítica do desenvolvimento sustentável (LEFF, 2017, p. 246, tradução nossa)

Em termos gerais, a perspectiva da ecologia política para análise do Projeto Hidrelétrico Tucuruí permite revelar a governamentalidade que subjazeu às ações de aproveitamento industrial dos recursos naturais e, a partir disso, compreender como se construíram as diferentes perspectivas de desenvolvimento Amazônico e nacional brasileiro, a partir da utilização destes recursos.

Também, releva-se o contexto no qual foram colocados os povoadores da Velha Jacundá. O avanço da demarcação da propriedade da terra (PEREIRA, 2013) e o impulso ao aproveitamento da água como recurso de produção, sujeito de exploração pelo qual, na perspectiva estatal não podia mais ser considerado como um

espaço de vida e reprodução econômica camponesa senão como um recurso a ser industrializado.

O DESENVOLVIMENTISMO EXCLUDENTE

O poder do Estado e a governamentalidade, tal como se apresentam, não podem deixar de ser considerados para a análise do projeto hidrelétrico Tucuruí no contexto da ditadura militar. Foucault (1979) diferencia teoria do poder de uma concepção analítica do poder. A primeira, balizada por teorias jurídicas e pela filosofia política clássica, aborda o poder (ou o Estado) como se fosse uma coisa, definida por sua estrutura e funcionamento. A concepção analítica apresenta o poder em seus efeitos de estratégias múltiplas e plurais, como relação e exercício: O poder assim é analisado não como uma instituição, uma estrutura sob controle absoluto de alguns. Torna-se conceito atribuído para uma situação estratégica complexa que coloca em ação diversos atores numa sociedade dada. Será nesse sentido que o conceito de governamentalidade será utilizado neste trabalho.

Através de diferentes mecanismos legais (mas não legítimos), como a Lei de Segurança Nacional (e o Ato Institucional 5 – AI-5, no qual se implantou o estado de exceção no Brasil), de início, já se criminalizava qualquer manifestação de oposição ou de procura de outras formas de vida, fora da racionalidade desenvolvimentista estatal. Importante considerar que os vinte e poucos anos de ditadura não foram todos uniformes; este processo político teve etapas e, no caso do Projeto Hidrelétrico Tucuruí, se situa no final do “milagre econômico” e num dos momentos mais violentos da ditadura militar.

Segundo Foucault (2008) o Estado exerce soberania sobre dois elementos: território e população. Para isto, o Estado deve ter um discurso e ações direcionados para estes elementos. No caso do Projeto Hidrelétrico Tucuruí pode-se pensar que o exercício da soberania do Estado (sobre o território e a população) foi o que permitiu a apropriação dos recursos naturais – neste caso da Amazônia – e torná-los mercadorias que geraram ganhos para algumas camadas da sociedade.

No caso da ditadura militar, uma frase relevante sobre a forma como era percebido o desenvolvimento do Estado nesta época é: o Brasil vai bem, mas o povo

vai mal. Essa frase indica a forma de repartição dos benefícios do desenvolvimento e mostra o paradoxo de que, o momento de maior crescimento econômico, chamado de “milagre econômico”, também trouxe uns dos maiores momentos de repressão, injustiça e aprofundamento da desigualdade contra a população e apropriação da natureza.

Porque ainda se conhecendo os impactos que iria ter a hidrelétrica de Tucuruí se continuou com o projeto? Autores como Giorgio Agamben (2002) ou Judith Butler (2010) Foucault (1979, 2008) e, desde uma perspectiva Latino América, com Gunder Frank (2005), Enrique Dussel (2005), Aníbal Quijano (2005), coincidirão que a exclusão é uma característica própria do Estado Moderno e, então, os impactos do que é compreendido como “desenvolvimento” pelo Estado, sobre uma população historicamente excluída, seria justamente parte desse mesmo desenvolvimento.

A ECONOMIA DE MERCADO E O CONTROLE DA POPULAÇÃO AMAZÔNICA.

A perspectiva de uma natureza que tem que ser aproveitada economicamente, muda também a percepção que se tem dos sujeitos que habitam essa natureza. Neste sentido, a abertura para o grande capital trouxe uma forma específica de olhar para o sujeito. Como foram eles incorporados pelo Estado, no caso do Projeto Hidrelétrico Tucuruí? Em sua maioria, classificando-os como indivíduos proprietários.

Seguindo com o raciocínio, a mesma configuração da propriedade privada, em contraposição do aproveitamento comum dos bens da floresta amazônica – os castanhais como primeira referência – já foi uma imposição de uma racionalidade de mercado, bastante diferente da que operava no contexto local onde foi implementado o Projeto Hidrelétrico Tucuruí. O impulso à formação do mercado de terra trouxe também o desejo de desaparecimento dos sujeitos comunitário já que, para integrar-se, eles tinham que mudar e ser sujeitos – proprietários – individuais.

Segundo Saes (1985), de inspiração marxista, numa perspectiva do Estado como objeto de disputa entre classes sociais, a individualização da sociedade é uma imposição do Estado para, através desta ficção, igualar toda a população como sujeitos individuais de direito.

No plano jurídico – político, pela estrutura do Estado burguês que, por intermédio das leis, individualiza os gentes sociais e os constitui como *sujeitos livres e iguais*. O efeito principal da imposição das normas igualizadoras e da criação da “forma – cidadania” que converte a todos os homens em “sujeitos individuais de direito” é a atomização das classes sociais antagônicas, pois “ao impor esse conjunto de normas igualizadoras a todos os homens, qualquer que seja a sua condição socioeconômica, o Estado burguês cria a *forma ideológica da cidadania* (SAES, 1998, p. 123, itálico do autor).

Ainda que o discurso do Estado converta o indivíduo em cidadão e indique para ele a possibilidade de participação, um dos fundamentos da cidadania será o controle sobre a população e, desde uma perspectiva pós estrutural, segundo Agamben (2002), o controle sobre a “nua vida”, sobre os corpos dos indivíduos, convertidos, para além da sua vontade ou consciência, em sujeitos susceptíveis da ação do Estado.

Segundo Buttler (2010) as desigualdades produzidas pelo Estado na produção da cidadania desigual, são as causas da precariedade da população, isto porque: “nem todo mundo conta como sujeito” (BUTLER, 2010, 54). Isto revela a conexão da (des) igualdade da cidadania com o desenvolvimento do Estado. A soberania das decisões sobre a igualdade de direitos dos cidadãos, a maneira que as pessoas serão avaliadas como portadoras (ou não) de direitos, as diferentes formas de integração política ficam presas nas decisões do Estado e, assim, a existência das pessoas também.

HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ, DIFERENTES PERSPECTIVAS JÁ ANALISADAS

Realizou-se o levantamento de informações secundárias, procurando uma reconstrução das análises já feitas sobre a Hidrelétrica de Tucuruí, as populações e os territórios afetados pelos impactos deste projeto. Na realização deste exercício identificaram-se três linhas de análises: a primeira, reflete sobre os impactos territoriais e socioambientais; a segunda, analisa os atores sociais (campesinos), os efeitos do deslocamento, e como se gerou um contexto de organização social para se contrapor ao Estado; e a terceira, avalia o projeto hidroelétrico com relação ao crescimento do país e às próprias atividades de geração energética para ser fornecida à outras atividades industriais.

Nesta dissertação abordaram-se as duas primeiras linhas de análise. Sobre os impactos, sobressaem a importância dos autores: Henri Acelrad (1991, 2010, 2014), Philip Fearnside (2015) e Susan Beaty (2008).

Fearnside (2015), no texto “Hidrelétricas na Amazônia”, produzido no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), recorre a uma vasta literatura sobre os inúmeros impactos ambientais e sociais que gerou a Hidrelétrica de Tucuruí. As análises de Fearnside (2015) têm uma abordagem desde a perspectiva da engenharia ambiental e problematiza as relações entre Eletronorte e as populações impactadas pelo projeto. Apresenta os impactos divididos em duas seções: sociais e ambientais, fazendo uma descrição detalhada de cada um, ainda que tanto os impactos sociais como os ambientais estejam dialeticamente um em relação com o outro.

Acelrad (1991), no texto “planejamento autoritário e desordem socioambiental na Amazônia: crônica do deslocamento de populações de Tucuruí”, inicia suas reflexões com uma descrição dos impactos que gerou a Hidrelétrica de Tucuruí e como a Eletronorte e o Estado se posicionaram desde uma estrutura autoritária. O aporte deste texto é a compreensão do território como espaço sociocultural e como sua modificação se constituiu em mudança radical para as populações deslocadas. Esta discussão aproxima-se das correntes de pensamento da ecologia política.

Outro aporte importante do autor tem relação com os “processos de ruptura social” associados às políticas implementadas pela Hidrelétrica de Tucuruí, desde uma perspectiva do conflito. Neste sentido, o autor descreve como as populações impactadas vão-se organizar e se movimentar pelas ações de negociação injustas realizadas pela Eletronorte e discorre sobre processo de deslocamento – realocamento compulsórios. Sem entrar de maneira direta numa perspectiva analítica de movimentos sociais, o autor abre a porta para refletir sobre como as características de Tucuruí movimentaram a população para se organizar e enfrentar o processo de implementação do projeto.

Em outro texto do mesmo autor (ACSELRAD, 2010), na mesma perspectiva de ecologia política e território, ele discorre sobre a formação de um mercado de terras no entorno do Reservatório de Tucuruí e como isso foi a porta de entrada para a penetração do capital internacional, o deslocamento e desposseção territorial e as mudanças nas atividades econômicas da região, pela conversão do uso familiar da

terra para o crescimento da fronteira agrícola de mercado. Neste contexto ocorreu uma rápida perda de terra pelos camponeses; em alguns casos conseguiram uma recompensa monetária, mas foi um recurso escasso e rapidamente esgotado, pelo qual foram lançados para o mercado de trabalho precário da região (ACSELRAD, 2010)

Na segunda linha de análise sobre o Projeto Hidrelétrico Tucuruí, Magalhães (1992) faz um relato profundo de como a Eletronorte, representante do Estado, construiu uma ideia totalmente deformada da população que morava nas áreas de influência da Hidrelétrica de Tucuruí. Através da revisão de documentos produzidos pela empresa, a autora contrapõe os discursos da Eletronorte com a produção de conhecimento regional. Desta maneira, as limitações na concepção de território, trabalho e aproveitamento de recursos da floresta tiveram uma forte repercussão, sobretudo no que se refere ao processo de deslocamento e realocamento das populações afetadas.

Neste texto, Magalhães (1992) reconstrói o processo de constituição do campesinato da região e a complexidade produtiva que existiu. Descreve também como o campesinato foi colocado num contexto de conflito entre posseiros tradicionais que moravam na região, com os camponeses colonos que chegaram com os incentivos estatais para reforma agrária e colonização. A discussão da Professora Sonia Magalhães é sobre as atividades produtivas e reprodutivas dos camponeses que foram afetados. Aprofunda a reflexão sobre como a pressão dos impactos da Hidrelétrica de Tucuruí fez com que a população se organizasse e formasse grupos para melhorar as condições de relacionamento entre a Eletronorte e os camponeses. Uma das funções principais desse texto é a explicação da complexidade de relações que existiam na região do Médio Rio Tocantins e que foi desvalorizada pela Eletronorte no momento das expropriações, de forma que, no momento de negociar a saída da população da Velha Jacundá se impôs a razão e valorização econômica do Estado por sobre os meios de vida da população.

Nesta linha também falou Hebetete (2004) no texto “A reconstrução do espaço perdido no entorno da barragem de Tucuruí” onde descreve que no ano de 1982 os atingidos despertam “timidamente”, através da ajuda da Igreja Católica da região e do Sindicato de Trabalhadores Rurais. Neste texto explica a dificuldade das populações para enfrentar um inimigo totalmente novo e desconhecido, o Estado, como instituição

abstrata e impalpável. Ainda assim, o movimento social amadurece e, finalmente, surge o movimento para se projetar “em discurso de cidadania, de participação legítima, e de representatividade do movimento camponês” (HEBETTE, 2004, p. 25), gerando uma mudança de percepção do Estado sobre os camponeses.

Depois de analisadas as perspectivas de diferentes autores sobre o desenvolvimento hidrelétrico na região e especificamente sobre a hidrelétrica de Tucuruí, considerando os interesses de pesquisa e subjetividade da pesquisadora, o objeto de estudo desta dissertação se revela, sendo este o seguinte: Os desdobramentos do colonialismo no avanço desenvolvimentista impulsionado pelo regime militar do Brasil, reconstruídos através da memória dos atingidos pelo projeto hidrelétrico Tucuruí, da cidade Velha Jacundá.

Partimos da hipótese de que a Amazônia tem sido objeto de múltiplos processos coloniais, mesmo antes do início do desenvolvimentismo militar dos anos 1960. Porém as condições de posse da terra garantiam a reprodução social e econômica da população camponesa – ribeirinha com alguma autonomia. Com o avanço desenvolvimentista industrial do regime militar, dos anos 1970, iniciou-se um novo processo colonial com novas características e atores: o Estado impulsionou o discurso do desenvolvimento e expansão da economia de mercado, o que destruiu a base econômica anterior e colocou a população local a disposição dos mercados (terra e trabalho), permitindo a expansão do capitalismo na região. A memória social da população da Velha Jacundá é um caminho para a reconstrução desse processo e das resistências sociais que se formaram.

A partir da hipótese formulamos as seguintes perguntas de pesquisa:

- Porque é importante reconstruir a memória da Velha Jacundá para se pensar o desenvolvimentismo militar e as práticas coloniais?
- Qual era o contexto econômico-produtivo anterior ao Projeto Hidrelétrico Tucuruí?
- Qual foi o discurso desenvolvimentista, na região do Médio Rio Tocantins, impulsionado para a implementação do Projeto Hidrelétrico Tucuruí?
- Quais foram os efeitos do desenvolvimentismo da ditadura militar na população da Velha Jacundá?

Os objetivos da presente pesquisa são:

- Valorizar a memória da população da Velha Jacundá, como espaço político e de registro sobre a forma na qual se implementaram as políticas desenvolvimentistas sob a ditadura militar e as formas de resistência que se formaram.
- Conhecer as condições produtivas prévias ao ingresso da Eletronorte na Velha Jacundá
- Distinguir as características do desenvolvimentismo, impulsionado pela ditadura militar, na região do Médio Rio Tocantins.
- Caracterizar quais foram os efeitos do desenvolvimentismo para a população da Velha Jacundá.

A partir de uma perspectiva crítica, pós-estruturalista e para atingir os objetivos propostos para a presente dissertação, são considerados os aportes de Gondar (2005, 2016) sobre a memória como espaço de disputa e de reivindicação de outras formas de enxergar os fatos, desde os atores que em algum momento foram silenciados.

Com essas considerações, para a presente dissertação, tem se realizado as seguintes atividades de pesquisa durante os anos 2017 e 2018:

Tabela 1 Atividades de pesquisa desenvolvidas

Ato realizado.	Data.
Trabalho de campo na Vila Limão TÉCNICAS DE PESQUISA Observação participante Bola de neve Entrevistas abertas	8 de julho de 2017
Trabalho de campo TÉCNICAS DE PESQUISA Observação participante Bola de neve Entrevistas abertas	08 – 10 de dezembro de 2017
Pesquisa do acervo da comuna CEPASP (Centro de Educação, Pesquisa e Acesso Sindical e Popular) TÉCNICAS DE PESQUISA Revisão de fontes bibliográficas	Setembro de 2017
Visita no Museu local de Jacundá TÉCNICAS DE PESQUISA Observação Entrevista aberta	09 de dezembro de 2017
Trabalho de campo – Curionópolis TÉCNICAS DE PESQUISA Entrevista aberta	19 de dezembro de 2017
Trabalho de grupo de pesquisa e seminário “Tucuruí: memória de uma luta em curso”	23 – 27 de abril 2018

Ato realizado.	Data.
Palestra “Hidrelétrica de Tucuruí e a projeção da hidrelétrica de Marabá: um passado que se faz presente?”	18 de maio de 2018
Pesquisa no Acervo da CPT em Marabá TÉCNICAS DE PESQUISA Revisão de fontes bibliográficas	Setembro de 2018
Oficina em Jacundá	10 de novembro de 2018

Elaboração própria.

A partir do marco teórico – conceitual se aplicaram as seguintes técnicas de pesquisa:

- Revisão bibliográfica, sobretudo de pesquisas etnográficas realizadas sobre o processo de deslocamento da população da Velha Jacundá, para aprofundar a compreensão do processo e contribuir para uma nova leitura para os depoimentos que foram obtidos de moradores da Antiga Jacundá e que, pelo tempo transcorrido deste evento, seria difícil serem reencontrados. A revisão dos acervos do CEPASP e da CPT foi muito importante para a presente pesquisa.
- Entrevistas abertas desenvolvidas nas visitas de campo entre o ano 2017 e ano 2018, para complementar informações obtidas das fontes bibliográficas e construir uma nova interpretação teórico – conceitual sobre o processo de deslocamento da Velha Jacundá à Nova Jacundá. Os depoimentos resultantes das entrevistas realizadas foram transcritos e inseridos no texto desta dissertação, porém os nomes reais dos entrevistados foram trocados por pseudônimos para se manter o anonimato das falas dos colaboradores e colaboradoras da pesquisa.
- Bola de neve, como uma técnica que permite tecer relações com atores importantes para a pesquisa, a partir dos próprios entrevistados. Com a aplicação dessa técnica de pesquisa conseguiu-se gerar uma rede de atores que permitiram uma aproximação à memória social atual sobre o processo de implementação do projeto hidrelétrico Tucuruí. Porém, também essa técnica corre o risco de excluir outros atores que não tenham discursos ou afinidades políticas com os atores entrevistados. Esse elemento foi considerado nesta pesquisa.

O seminário “Tucuruí: memória de uma luta em curso” (realizado em Belém – Pará); a Palestra “Hidrelétrica de Tucuruí e a projeção da hidrelétrica de Marabá: um

passado que se faz presente?” (realizada em Marabá – Pará); e a oficina realizada na cidade de Jacundá foram atividades muito importantes para o desenvolvimento desta pesquisa já que nelas participaram habitantes da antiga cidade Velha Jacundá e outros atores regionais importantes para os processos de resistência e reivindicação de direitos dos atingidos pela barragem de Tucuruí. Nessas atividades conseguiu-se materializar momentos de sínteses da memória social sobre o discurso desenvolvimentista impulsionado pelo regime militar e as expectativas geradas na população, sobre o processo de deslocamento vivido e as múltiplas formas de enfrentamento e resistência que a população adotou.

Com todos esses elementos, empíricos e bibliográficos, realizou-se a presente pesquisa. No capítulo primeiro “A Velha Jacundá: memória, desenvolvimento e verdade” se analisa a forma em que, historicamente, foi pensada a Amazônia e a região do médio Rio Tocantins. Se coloca em questão a visão da Amazônia como espaço, vazio e subdesenvolvido que, nos anos do regime militar, foi objeto de intervenções voltadas para a expansão do capitalismo internacional; finalmente, se defende as possibilidades da memória social da população da Velha Jacundá ser um contra discurso, uma verdade alternativa e que, em sua potência política, reivindica outras verdades sobre o que foi o desenvolvimento na região.

No segundo capítulo “Apropriação dos recursos naturais da região do médio rio Tocantins” se explica como os processos de apropriação de recursos naturais para produção de mercadorias estão perpassados e geram, continuamente, relações de poder colonial. No caso do projeto hidrelétrico Tucuruí, esse processo se repetiu e, importante, se realizou desde a estrutura Estatal, estrutura que dentro de si mesma alberga práticas coloniais.

No terceiro capítulo “Ou você sai ou você morre: desenvolvimento hidrelétrico e expansão do mercado na Amazônia” se faz uma reconstrução das formas de operação do governo que operaram para a implementação de projeto hidrelétrico Tucuruí, no marco do desenvolvimentismo impulsionado pela ditadura militar brasileira. Esse capítulo traz uma problematização das ações implementadas pelo regime militar na Velha Jacundá e sobre o modo como se efetuou a expansão do capitalismo na região, a partir da consolidação da economia de mercado. Finalmente, se aborda as resistências sociais que emergiram como resposta à governamentalidade.

É importante considerar que no percurso de pesquisa a noção de interdisciplinaridade acompanhou permanentemente as reflexões que se apresentam. Ao trabalhar com a memória social que, segundo Gondar (2005), é um objeto controvertido, complexo, precisa-se um olhar mais amplo do aquele sugerido por noções disciplinares.

Em suma, não supomos a existência de um objeto denominado memória social pairando em estado neutro e com diferentes possibilidades de apropriação conforme as disciplinas que visem a ele. [...] A memória social, como objeto de pesquisa passível de ser conceituado, não pertence a nenhuma disciplina tradicionalmente existente, e nenhuma delas goza do privilégio de produzir o seu conceito. Esse conceito se encontra em construção a partir dos novos problemas que resultam do atravessamento de disciplinas diversas. [...] Como os problemas não param de surgir, no campo da memória social o conceito está sempre por ser criado: é um conceito em movimento. Por esse motivo, ele jamais poderá configurar-se em uma definição estanque e unívoca, já que, em razão de sua própria condição transversal, sofre um constante questionamento. (GONDAR, 2005, p. 15)

Nesse sentido, o diálogo estabelecido entre diferentes campos de conhecimento fortalece a análise da presente dissertação, trazendo para a reflexão que o conhecimento tem de ser revistado permanentemente durante a pesquisa para evitar encaixar as reflexões dentro de formas de pensamento que diminuem a riqueza dos objetos e problemáticas que estão sendo pesquisadas.

2. A VELHA JACUNDÁ: MEMÓRIA, DESENVOLVIMENTO E “VERDADE”.

A Velha Jacundá, cidade totalmente submersa para a construção do Projeto Hidrelétrico Tucuruí, foi impactada por esse projeto de maneira material, mas também sobre os meios e sentidos de vida da população (rio, florestas, a cidade): o Projeto Hidrelétrico foi proposto pelo regime militar e executado pela Empresa Pública Eletronorte, sob a ideia de levar o “progresso” e o “desenvolvimento” à região. O discurso que o Estado impulsionava sobre as condições de vida e sobre o que deveria ser feito para conseguir desenvolver a Amazônia converteu-se em um discurso de verdade e em ações concretas que marcaram profundamente a vida da população até hoje.

Magalhães (1992) dá conta dessa visão estatal sobre Amazônia ao afirmar:

Uma leitura atenta de uma parte da documentação produzida pela ELETRONORTE revela, em primeiro lugar, uma visão sobre a região Amazônica permeada pela separação entre a "natureza" -dotada de uma "exuberante riqueza" -e a "sociedade" -que se caracterizaria por "extrema miséria" (...) A iniciativa (a UHE Tucuruí, em plena selva amazônica), esbarrava-se com o fator amazônico, até então desconhecido pelo homem, onde a fantasia e a realidade se mesclavam de verdades absolutas, nos contrastes apoteóticos da exuberante riqueza e extrema miséria, onde o surrealismo se confirmava de forma inequívoca, pois ali, a natureza em tudo exagerou. (MAGALHÃES, 1992, p. 44)

Trinta e mais anos depois deste empreendimento, os efeitos dessas ações do Estado continuam vivas e, nesta pesquisa, são trazidos à atualidade pela memória desses sujeitos. Trabalhar sobre a memória dos ex-moradores da antiga cidade permite fazer uma reflexão sobre os efeitos da intervenção estatal na vida das pessoas e compreender a forma de agir do Estado nessa época e os reflexos dessas ações na atualidade.

2.1. AMAZÔNIA SUBDESENVOLVIDA? ESTADO DESENVOLVIMENTISTA E EXPANSÃO DO CAPITALISMO.

O Estado Militar brasileiro implementou o Projeto Hidrelétrico Tucuruí como parte de um plano maior de industrialização da Amazônia (FEARNSIDE, 2015; PETERS, 2014.) no intuito de conectar a região com uma economia de mercado inserida em circuitos mercantis internacionais de extração e comércio de bens primários, ou em outros termos, a inserção da Amazônia nos processos de expansão do capitalismo global (BUNKER, 1984; GUNDER FRANK, 2005; HERRERA, MOREIRA e BEZERRA 2016, entre outros).

Herrera, Moreira e Bezerra (2016) explicam como esse capitalismo global se instala continuamente na Amazônia brasileira sob a ideia de modernização no uso dos recursos naturais o que, na realidade, se converte em sistemas de exploração e apagamento de outras formas de aproveitamento desses recursos.

Outro fator presente na expansão do capitalismo na Amazônia é a frenética alteração do sistema de exploração, que substitui os modelos tradicionais de exploração para engendrar um sistema econômico,

globalizado, pautado na modernização e com sua forma de produção e organização do trabalho. A exploração dos recursos naturais passa ser feita de forma mais intensa, provocando a escassez de certos recursos e ameaçando estabilidade ecológica. (HERRERA; MOREIRA; BEZERRA, 2016, p. 218)

Bunker (1984) também discute as formas como se modificam os sistemas de exploração e propõe que o desenvolvimento capitalista se produz pela interação entre a reorganização das demandas internacionais de mercadorias e as mudanças nas formas de organização internas dos modos de produção e extração dessas mercadorias, assim o local e o internacional estão em contínua interação. A isso Bunker (1984) chama de “modos de extração, para caracterizar as conexões sistêmicas entre esses fenômenos” (BUNKER, 1984, p. 1020). Herrera, Moreira e Bezerra (2016) sobre a expansão capitalista, na Amazônia, colocam

Notadamente que a Amazônia sempre foi vista como espaço de expansão do capital, a exemplo disso, os acordos de exploração de seringa e abertura das rodovias, no entanto, o movimento capitalista mais recente apoiado na lógica de natureza mercadoria tem se apropriado dos espaços por meios de conglomerados econômicos nacionais e internacionais. Picoli (2006) chama atenção para o período de 1964 até 1985, destacando: O objetivo maior era tornar a Amazônia integrada ao mercado mundial e fazer o aproveitamento do grande potencial natural existente, através das concessões do Estado aos detentores do poder econômico. (HERRERA; MOREIRA; BEZERRA, 2016, p. 210)

Nesse contexto, o desenvolvimentismo na região amazônica brasileira, até a atualidade, não pode ser pensado só como um processo nacional ou conjuntural da região senão deve-se analisar como o resultado de relações internas do Brasil em suas conexões com os países que impulsionaram e continuam impulsionando o desenvolvimentismo na América Latina. Esse processo tem se configurado como uma longa história de relações de poder que, no caso desta dissertação, serão entendidas como relações coloniais e que, progressivamente, perpassam os fundamentos do Estado.

O desenvolvimentismo latino-americano encontra-se permeado de reflexos coloniais, ocultados sob a ideia de progresso e crescimento econômico que norteiam as ações estatais. Mignolo (2017) explica

[...] a lógica da colonialidade [...] passou por etapas sucessivas e cumulativas que foram apresentadas positivamente na retórica da modernidade: especificamente, nos termos da salvação, do progresso, do desenvolvimento, da modernização e da democracia. (MIGNOLO, 2017, p. 8)

Quijano (2005) anota que os processos coloniais desenvolvimentistas, na América Latina, respondem a um padrão mundial de poder que articula quatro eixos

O atual padrão de poder mundial consiste na articulação entre: 1) a colonialidade do poder, isto é, a ideia de “raça” como fundamento do padrão universal de classificação social básica e de dominação social; 2) o capitalismo, como padrão universal de exploração social; 3) o Estado como forma central universal de controle da autoridade coletiva e o moderno Estado-nação como sua variante hegemônica; 4) o eurocentrismo como forma hegemônica de controle da subjetividade/ intersubjetividade, em particular no modo de produzir conhecimento. (QUIJANO, 2005, p. 1)

Esses quatro eixos, segundo o autor, seriam os fundamentos de uma forma de desenvolvimento colonial que não atende as necessidades ou expectativas locais de melhoria das condições de vida da população e, ao invés disso, aprofunda as condições de desigualdade social e econômica na região na qual se implementam. Assim, as verdadeiras condições do desenvolvimento planejado para Amazônia, nesta dissertação, são colocadas em questão.

A partir das colocações de autores como Gunder-Frank (2005), Bunker (1984), Escobar (1984), o desenvolvimentismo, com características coloniais, atrelado à ampliação das fronteiras capitalistas é o próprio criador do subdesenvolvimento. Não existe desenvolvimento sem que, nos locais onde esse é implementado, não se produza condições de subdesenvolvimento, reforçando relações coloniais sobre os territórios.

Para Gunder Frank (2005) o subdesenvolvimento é um processo histórico gerado no mesmo desenvolvimento econômico do capitalismo. Dessa forma, esse processo não é original nem tradicional e não existe uma linearidade histórica no desenvolvimentismo capitalista. O autor afirma que os países considerados desenvolvidos nunca foram subdesenvolvidos.

Devemos concluir, em resumo, que o subdesenvolvimento não é o resultado da supervivência de instituições arcaicas e à falta de capital em regiões que tem permanecido isoladas da corrente geral da história.

Ao contrário, o subdesenvolvimento foi e é gerado pelo processo histórico que gera o desenvolvimento econômico: o desenvolvimento mesmo do capitalismo. (GUNDER-FRANK, 2005, p. 150, tradução nossa)²

Segundo Escobar (1984) a noção de desenvolvimento tem sido a forma discursiva e material para o controle e administração dos países do chamado terceiro mundo, considerado subdesenvolvido. E, explica o autor, através dessa noção desenvolvimentista tem se trocado as formas coloniais mais visíveis por formas “administrativas” do território e dos recursos. Escobar (1984) considera o subdesenvolvimento como uma realidade histórica (ao contrário de GUNDER FRANK, 2005) porém, aclara, que essa realidade foi gerada pelas ações daqueles que impulsionaram o desenvolvimento no primeiro momento.

[...] sem examinar o desenvolvimento como discurso nós não podemos compreender as formas sistemáticas nas que os países do Oeste desenvolvido tem sido capazes de manejar e controlar, em múltiplas formas, até criar, o Terceiro Mundo política, econômica, sociológica e culturalmente; e isso, apesar do que o subdesenvolvimento é uma real formação histórica, essa tem dado origem a uma serie de práticas (promovidas pelos discursos do Oeste) o qual constitui um dos mecanismos mais poderosos para assegurar dominação sobre o Terceiro Mundo hoje. [...] Nesse sentido, o desenvolvimento será visto, não como material do conhecimento científico, um corpo de teorias e programas preocupados com a conquista do verdadeiro desenvolvimento, mas sim como uma serie de tecnologias políticas intencionadas a gerir e dar forma à realidade do Terceiro Mundo. (ESCOBAR, 1984, p. 384, tradução nossa)³

Dessa forma é claro que a região Amazônica não pode ser catalogada *per se* como subdesenvolvida pelo que precisa de forças estatais, investimentos de capital para se desenvolver. Espaço historicamente submetido a processos coloniais, a

² Debemos concluir, en resumen, que el subdesarrollo no se debe a la supervivencia de instituciones arcaicas y a la falta de capital en regiones que han permanecido aisladas de la corriente general de la historia. Al contrario, el subdesarrollo fue y es generado por el proceso histórico mismo que genera el desarrollo económico: el desarrollo mismo del capitalismo. FRANK, 2005, p. 150

³ [...] that without examining development as discourse, we cannot understand the systematic ways in which the Western developed countries have been able to manage and control and, in many ways, even create the Third World politically, economically, sociologically and culturally. And that, although underdevelopment is a very real historical formation, it has given rise to a series of practices (promoted by the discourses of the West) which constitute one of the most powerful mechanisms for insuring domination over the Third World today. [...] In this way, development will be seen, not as a matter of scientific knowledge, a body of theories and programs concerned with the achievement of true progress, but rather as a series of political technologies intended to manage and give shape to the reality of the Third World. (ESCOBAR, 1984, p. 384)

Amazônia foi tomada como território para que o desenvolvimentismo, atrelado à ampliação das fronteiras do capitalismo, tivesse novos espaços de reprodução, gerando, nesses locais, condições de subdesenvolvimento, de desigualdade.

Nesse contexto, a ação do Estado foi muito importante para a organização desses processos. Ao ser população e território os elementos sobre os quais a instituição estatal exerce soberania (FOUCAULT, 1979; 2005), o Estado aciona sobre eles técnicas de governo: para garantir, por um lado, o exercício de seu poder soberano e, por outro lado, que suas ordens de planejamento sejam cumpridas.

A colocação de Agamben (2010) sobre a forma de operação do Estado para reafirmar seu próprio poder de controle é importante na medida em que dá conta de como cada um dos movimentos que se fazem dentro da relação Estado – população garantem mais o próprio poder do Estado. É assim que o Estado pode garantir a expansão do capitalismo internacional dentro das fronteiras nacionais, mantendo para si o poder e controle sobre os indivíduos.

Porém, nessa operação o Estado também marca limites entre aquilo que pode ser considerado desenvolvido ou subdesenvolvido, geralmente, segundo critérios econômicos – monetários, não necessariamente criados local ou nacionalmente, daí sua característica colonial de ação. Tomando como perspectiva analítica “a vida nua” de Agamben (2010) essas diferenças que o Estado produz só são possíveis na medida em que a vida da população está inserida numa relação direta de controle. Sobre essa relação está a possibilidade do Estado fixar limites entre aqueles que pertencem à sociedade “desenvolvida” e aqueles que precisam ser “desenvolvidos” e dos quais, em palavras de Agamben (2010) a vida é politicamente irrelevante.

É como se toda valorização e toda "politização" da vida (como está implícita, no fundo, na soberania do indivíduo sobre a sua própria existência) implicasse necessariamente uma nova decisão sobre o limiar além do qual a vida cessa de ser politicamente relevante, é então somente "vida sacra" e, como tal, pode ser impunemente eliminada. Toda sociedade fixa este limite, toda sociedade - mesmo a mais moderna - decide quais sejam os seus "homens sacros". É possível, aliás, que este limite, do qual depende a politização e a exceptio da vida natural na ordem jurídica estatal não tenha feito mais do que alargar-se na história do Ocidente e passe hoje - no novo horizonte biopolítico dos estados de soberania nacional - necessariamente ao interior de toda vida humana e de todo cidadão. A vida nua não está mais confinada a um lugar particular ou em uma categoria definida, mas habita o corpo biológico de cada ser vivente. (AGAMBEN, 2002, p. 146)

Ruiz (2012, apud Radomsky 2015) aprofunda a interpretação de Agamben (2010) e delimita que o Estado atribui a si a capacidade de definir quais são as populações perigosas para a sociedade. No caso desta dissertação, poderia se inferir que existem populações perigosas, uma vez que “atrapalham” o desenvolvimento da nação.

Ruiz nos apresenta mais argumentos para estabelecer elos entre o tema da exceção e o poder soberano sobre a vida como problema fundamental da política. Nos estados democráticos modernos, afirma Ruiz, o soberano é também aquele que pode decretar quais populações são perigosas para sociedade como um todo e afirma que “a vida humana é capturada dentro da ordem através da figura da exceção. Isso significa que [...] a vida humana existe dentro do direito, mas sempre com a potencial ameaça de ser excluída do direito” (2012:05). (RADOMSKY, 2015, p. 549)

Conclui-se que a noção de desenvolvimento que constrói o Estado se assenta sobre critérios excludentes que definem, primeiro, aquilo que é subdesenvolvido, que atenta contra o desenvolvimento e tem que ser controlado. Assim, o Estado define, a partir de seus próprios critérios, quem são ou não os desenvolvidos e as populações assim identificadas terão que trabalhar, mudar sua cultura, sua identidade, renunciar ao seu território para se igualar e conseguir o desenvolvimento, ainda que apesar de seus esforços esse desenvolvimento nunca se consiga realizar. Dessa forma, as condições estruturais do desenvolvimento crescem sobre e mantendo o subdesenvolvimento, como afirmado por Escobar (1984).

Precisamente, o discurso oficial da ditadura militar sustentou-se no subdesenvolvimento da região amazônica, que trouxe atrelado nele a ideia de uma população também subdesenvolvida, uma massa populacional de segunda classe, o que tinha que ser mudado para o crescimento regional e nacional, através da expansão da influência dos capitais internacionais na região.

Wagner (1996) acrescenta que a idealização da população é uma concepção autoritária que procurava a suposta “modernização” desta população.

Prevalece nesta concepção autoritária a imagem do camponês como parcelar, elidindo quaisquer modalidades possíveis de uso comum dos recursos naturais (solos, hídricos, florestas). De igual modo, prepondera uma imagem idealizada de 'coletivismo primário' dos povos indígenas, sem atentar para as especificidades de sua apropriação dos recursos da natureza. Camponeses e índios são imaginados como praticando uma 'agricultura de subsistência' e um extrativismo artesanal, sem

qualquer integração com os circuitos de mercado. São representados como 'desvalidos' em oposição a um deslocamento que é apresentado como uma oportunidade ímpar de 'se modernizarem'. A ideologia autoritária ignora, pois as suas funções econômicas de abastecimento dos núcleos urbanos regionais e do fornecimento de matérias-primas para o setor industrial, tanto quanto ignora suas condições reais de existência. (WAGNER, 1996, p. 474)

Para aprofundar na compreensão das bases sobre as quais o Estado faz as distinções entre desenvolvidos e não desenvolvidos, as propostas de Quijano (2005) e Foucault (2005) especificamente sobre o racismo e desenvolvimento, esclarecem o panorama conceitual da presente dissertação. Pode-se discernir que os dois autores dão conta que o racismo é um critério de diferenciação do Estado para operar sobre a população. No caso de Foucault (2005) ele argumenta, assim como Quijano (2005), que racismo e colonialismo operam juntos no Estado Moderno.

E pode-se compreender também por que o racismo se desenvolve nessas sociedades modernas que funcionam baseadas no modo do biopoder; compreende-se por que o racismo vai irromper em certo número de pontos privilegiados, que são precisamente os pontos em que o direito a morte é necessariamente requerido. O racismo vai se desenvolver primo com a colonização, ou seja, com o genocídio colonizador. Quando for preciso matar pessoas, matar populações, matar civilizações, como se poderia fazê-lo, se se funcionar no modo do biopoder? Através dos temas do evolucionismo, mediante um racismo. (FOUCAULT, 2005, p. 307)

Em termos foucaultianos, o racismo converte-se no mecanismo pelo qual o Estado desenvolve diferenças entre as populações e aplica suas técnicas de governmentação. Isso converte-se numa justificativa para a exclusão dos considerados pobres, subdesenvolvidos, perigosos.

A especificidade do racismo moderno, o que faz sua especificidade, não está ligado a mentalidades, a ideologias, a mentiras do poder. Está ligado à técnica do poder, à tecnologia do poder. Está ligado a isto que nos coloca, longe da guerra das raças e dessa inteligibilidade da história, num mecanismo que permite ao biopoder exercer-se. Portanto, o racismo é ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano. A justaposição, ou melhor, o funcionamento, através do biopoder, do velho poder soberano do direito de morte implica o funcionamento, a introdução e a ativação do racismo. E é aí, creio eu, que efetivamente ele se enraíza. (FOUCAULT, 2005, p. 309)

Na concepção de Escobar (1995, apud RADOMSKY, 2015) os marcos de identificação do desenvolvimento ou dos países que trabalhavam na procura dele, estariam vinculados à abertura, ou não, ao ingresso e fluxos dos capitais internacionais através de suas fronteiras.

Para entender a disputa sobre em que consiste o projeto de 'desenvolver os subdesenvolvidos', pode-se partir do conflito de interpretações que rondam a obra de Foucault. Um dos motes polêmicos é a possível equação entre colonização e desenvolvimento, trabalhada especialmente por Escobar (1995) quando afirma que a realidade dos países do hemisfério Sul no pós-Segunda Guerra tem sido colonizada por meio do desenvolvimento. (RADOMSKY, 2015, p. 541)

O autor acrescenta

As interpretações de Escobar sobre o assunto são conhecidas e não serão esmiuçadas; elas remetem a uma perspectiva em que o desenvolvimento infantilizou os povos do Terceiro Mundo, organizou um dispositivo orientado à promoção da mudança social por meio de intervenções organizadas por entidades e profissionais e criou efeitos instrumentais ao permitir que o desenvolvimento se tornasse uma espécie de teoria da salvação secular (Escobar, 1995; Ribeiro, 2008). (RADOMSKY, 2015, p. 542)

Todas aquelas ações de crescimento e presença institucional na região Amazônica foram as formas pelas quais o Estado gerou dispositivos orientados para massificar o “desenvolvimento” nas condições de exclusão, desigualdade e colonialidade explicadas até aqui. Os próprios marcos de reconhecimento do desenvolvimento se fundamentaram sobre um tipo de verdade construída fora da Latino América, sob um ideal de como teria que ser o ocidente e como os países “subdesenvolvidos” teriam que se inserir no desenvolvimento mundial. Nesse ponto, revela-se fundamental questionar os discursos de verdade que circulam sobre o desenvolvimento.

Nessa ordem de ideias, tudo tipo de verdade em ocidente é colocado sob suspeita e sob a lente crítica do pensador francês (Foucault): ‘Logo compreenderam que a história de Ocidente não se pode afastar do modo em que a ‘verdade’ se produz e se inscreve nos seus efeitos. Toda sociedade tem regimes de verdade, porém, existem muitos tipos de relação com a verdade. Vivemos uma sociedade que produz e coloca em circulação discursos que cumprem função de verdade e passam por tais, e isso gera poderes específicos. Um dos problemas fundamentais

de Ocidente é a instauração de discursos ‘verdadeiros’. (MARQUEZ, 2014, p. 215)⁴

Esse discurso que foi trazido como verdade do desenvolvimento para Amazônia, com o crescimento dos mercados e a industrialização, ocultava as violências que foram necessárias implementar para que essa forma econômica se realizasse de forma plena na Europa. Como o descreve Polanyi (2000), a fome foi o que se implementou para ser possível o desenvolvimento.

Entretanto, nem a teoria da seleção natural de Darwin, nem as leis populacionais de Malthus exerceriam qualquer influência apreciável sobre a sociedade moderna, não fossem as máximas seguintes que Townsend deduziu a partir de suas cabras e cães e que ele desejava que aplicassem à reforma da Poor Law: "A fome doma os animais mais ferozes, ensina a decência e a civilidade, a obediência e a sujeição ao mais perverso. De uma forma geral, só a fome pode incentivar e incitar (os pobres) ao trabalho; mas as nossas leis já estabeleceram que eles não devem passar fome. As leis, é preciso confessar, também estipulam que eles devem ser compelidos a trabalhar. Mas o constrangimento legal é sempre atendido com muito aborrecimento, violência e barulho; cria má-vontade e nunca pode produzir um serviço bom e aceitável. Enquanto isso, a fome não é apenas uma pressão pacífica, silenciosa e incessante, mas, como a motivação mais natural para a diligência e o trabalho, ela se constitui no mais poderoso dos incentivos. Quando satisfeita pela livre generosidade de outrem, ela cria os fundamentos mais seguros e duradouros para a boa vontade e a gratidão. O escravo deve ser compelido a trabalhar, mas o homem livre deve ter seu próprio julgamento e critério; deve ser protegido no pleno gozo do que tem, seja muito ou pouco, e punido quando invade a propriedade de seu vizinho". (POLANYI, 2000, p. 192)

Assim, demonstra-se que o discurso sobre o desenvolvimento precisa de um movimento duplo: gerar uma narração de verdade que encobre as reais condições para chegar no desenvolvimento e outra sobre o que tem que ser “desenvolvido”, o que está na periferia do “progresso” e que tem que ser intervindo para sair dessa situação.

Por isso sempre foi preciso criar uma verdade sobre Amazônia para intervir nela. Colar um discurso sobre Amazônia que a mostre como espaço que precisava de

⁴ En este orden de ideas, todo tipo de verdad en occidente es puesto bajo la óptica de la sospecha y bajo la lente de la mirada crítica del pensador francés (Foucault): “Pronto comprenderán que la historia de Occidente no se puede disociar del modo en que la “verdad” se produce e inscribe sus efectos. Toda sociedad tiene regímenes de verdad, pero hay muchos tipos de relación con la verdad. Vivimos en una sociedad que produce y pone en circulación discursos que cumplen función de verdad que pasan por tal y que encierran gracias a ello poderes específicos. Uno de los problemas fundamentales de Occidente es la instauración de discursos “verdaderos”. (MARQUEZ, 2014, p. 215)

intervenção para sair da estagnação econômica e social. Assim, qual foi a verdade construída para a Amazônia? Em continuação se analisa brevemente a construção discursiva feita sobre a Amazônia o que, nos anos 1960 e 1970, justificou a necessidade de intervenções do Estado para “desenvolver a região”.

2.2. AMAZÔNIA CONSTRUÍDA DISCURSIVAMENTE.

A Amazônia tem sido espaço de múltiplos processos de colonização, carregados de discursos que a qualificam como um espaço susceptível de apropriação e exploração. No caso da história da Amazônia brasileira, os primeiros relatos foram feitos por pessoas chegadas de fora, desde os países que estavam colonizando o território.

Primeiro, no imaginário europeu do século XVI, se constrói a Amazônia como “margem da margem do mundo” (UGARTE, 2003, p. 8), pelo qual a região tinha que ser incorporada às lógicas sociais e culturais da Europa. Segundo, como mostra Marise Morbach (1997), através do testemunho de Alexander Rodriguez Ferreira (1783), se descreveu a Amazônia “vazia” de homens para o trabalho, ainda que existisse muita população indígena - esses tinham enormes dificuldades para se enquadrar ao ofício de cultivar a terra de forma servil. Num terceiro relato, Morbach (1997) coloca a testemunha de Alfred Russell Wallace, que chegou na região 65 anos depois de Rodriguez Ferreira. Suas descrições são de um espaço cheio de população trabalhadora sob relações escravistas, mas se focaram para o “vazio de racionalidade produtiva” já que, mesmo que existisse mão de obra e grandes espaços de território para produzir, a região não gerava as riquezas esperadas.

Os relatos acima explicam que a construção discursiva do território Amazônico brasileiro se deu a partir da ideia de que a região não tinha capacidade de se reproduzir economicamente por si só pelo qual precisava de intervenções externas com uma racionalidade moderna para se desenvolver. A ideia de “atraso” nasceu com estes argumentos, selando o destino da Amazônia.

Avançando para o século XIX, essa imagem não se modificou de maneira relevante. Velho (1979, p.192) reproduz uma descrição negativa feita sobre a Amazônia nesse século que demonstra a forma de olhar para a região:

A vida econômica do vale é claramente 'primitiva e estagnada'. As técnicas agrícolas utilizadas na Amazônia são principalmente as que foram herdadas dos índios nativos, a agricultura de queimada. Em 1939 menos de meio por cento da área total do Estado do Pará era cultivado, e isso era provavelmente um tanto alto para o vale como um todo. O transporte se dá através de lentas embarcações fluviais, a maioria das quais é movida a lenha. Existem apenas 1 600 milhas de rodovias e 238 milhas de ferrovias em todo o vale. A indústria é primitiva e quase inexistente. O comércio da região baseia-se na coleta de produtos da floresta, tais como borracha, óleo de coco, peles e madeiras de lei tropicais. Serviços públicos, tais como esgotos, luz elétrica e abastecimento d'água são mínimos. Algumas pequenas cidades têm luz elétrica, e algumas outras já tiveram usinas elétricas que caíram em desuso. (...). Em vista de tais condições, é bastante compreensível que a região amazônica do Brasil não tenha aumentado de população de 1920 a 1940, enquanto o Brasil como nação experimentava um incremento populacional de 36 por cento. (VELHO, 1979, p. 192)

Esta descrição deixa de fora as reais condições e características de crescimento, produção e vida de grandes partes de região Amazônica, como o caso da zona do Médio Rio Tocantins. O relato acima citado foi um dos argumentos centrais para diversas intervenções e apropriações produtivas, através dos diferentes *booms* de mercadorias que aconteceram em toda a Amazônia durante os séculos XVIII e XIX. A Amazônia foi construída imaginariamente como espaço livre para intervenções já que, da forma como era interpretada, não contava com população ou racionalidade para se desenvolver de maneira independente. Isso avança para o Século XX e, nesse contexto, a ditadura militar teve aberta a possibilidade de investir, de forma autoritária e colonial, em projetos industriais na Amazônia. No caso de estudo desta dissertação, focamos no investimento ao Projeto Hidrelétrico Tucuruí, através da empresa pública Eletronorte.

Magalhães (1992) fez uma recopilação importante do discurso que a Eletronorte tinha sobre a Amazônia e como se justificaram as ações da ditadura militar na região para implementar o projeto hidrelétrico Tucuruí.

Uma leitura atenta de uma parte da documentação produzida pela ELETRONORTE revela, em primeiro lugar, uma visão sobre a região Amazônica permeada pela separação entre a 'natureza' - dotada de uma 'exuberante riqueza' - e a 'sociedade' - que se caracterizaria por 'extrema miséria', [...] 'A iniciativa (a UHE Tucuruí, em plena selva amazônica), esbarrava-se com o fator amazônico, até então desconhecido pelo homem, onde a fantasia e a realidade se mesclavam de verdades absolutas, nos contrastes apoteóticos da exuberante riqueza e extrema miséria, onde o surrealismo se confirmava de forma

inequívoca, pois ali, a natureza em tudo exagerou' (ELETRONORTE 1985:1 apud MAGALHÃES, 1992, p. 44)

Trata-se de uma região com encantos, mistérios e problemas [...]. Sobre a Amazônia pouco se sabe no Brasil, além das lendas de uma região que representa, exatamente, 48% do país [...]. Não é fácil administrar a energia elétrica numa área que é a metade do território brasileiro. Pior, são ilhas de desenvolvimento e civilização cercadas e envolvidas por milhares de quilômetros de selva" (ELETRONORTE 1983a:4-5 apud MAGALHÃES, 1992, p. 45)

O futuro da Amazônia, aliás, está entrelaçado com o próprio desempenho da ELETRONORTE naquela área, uma vez que a energia é essencial para o desenvolvimento. Mas persiste um problema imediato e visível: a Amazônia é uma região de povoamento escasso e pouco desenvolvida [...] embora guarde um enorme potencial de geração hidrelétrica. Então, planejar o futuro da Amazônia significa também planejar o futuro da ELETRONORTE" (ELETRONORTE 1983a:9 apud MAGALHÃES, 1992, p. 45)

Energizar significa desenvolver. E a Região Norte tem sede de crescer com desenvolvimento. Aqui existe uma necessidade premente de mais indústrias, novos empregos, escolas, hospitais, meios de transporte e comunicações e, sobretudo, do aproveitamento dos incomensuráveis recursos naturais existentes, em prol de, aproximadamente, 14 milhões de brasileiros residentes nesta região e que têm o direito de conquistar os benefícios já alcançados pelas demais áreas do país (ELETRONORTE s.d. apud MAGALHÃES, 1992, p. 46)

Não há no mundo obra similar [...]. A construção de uma obra desse porte, nessas condições (Lê, em plena selva amazônica), sem qualquer apoio logístico inicial, a milhares de quilômetros dos principais centros industriais fornecedores constitui façanha tecnológica sem precedentes [...] Todos esses benefícios (trabalho, assistência médica, formação profissional, e educação, antes inexistentes na área), inconcebíveis nessa região há menos de uma década, alcançam dezenas de milhares de brasileiros [...] mostrando a antevisão de uma nova realidade na Amazônia: a Amazônia da pela energia, explorando suas incontáveis riquezas minerais e promovendo a integração ao processo econômico produtivo de populações brasileiras aptas, assim, a desfrutar de padrões condignos de qualidade de vida. (ELETRONORTE 1984a:2-3 apud MAGALHÃES, 1992, p. 54)

Na perspectiva de Escobar (1984), todas essas formas de definir à Amazônia como espaço que precisava de modernização, ou de desenvolvimento para a melhoria das condições de vida, explicam a forma pela qual se gerou todo um aparato institucional para o controle da população local e que, finalmente, deu continuidade

aos processos coloniais que, desde os primeiros contatos dos colonizadores com Amazônia, procuravam a apropriação dos recursos da região.

Foi em nome da modernização e o desenvolvimento que um completo aparato produtivo encarregou-se do manejo da vida das “novas” nações, substituindo as velhas e mais visíveis formas de opressão colonial e trazendo, ao mesmo momento, uma diferente disposição dos fatores da vida. (ESCOBAR, 1984, p. 394, tradução nossa)⁵

Em palavras de Picoli (2006, apud HERRERA, MOREIRA, BEZERRA 2016) essas intervenções estatais não procuravam o desenvolvimento da região através da melhoria de condições de vida da população ou do impulso às formas produtivas locais / tradicionais senão pretendiam a consolidação de uma forma de administração do território que permitisse o avanço das grandes inversões de capitais transnacionais e a implementação da dinâmica de mercado na região.

Nesse sentido parte-se da assertiva de Picoli (2006), que problematiza acerca da ocupação da última fronteira brasileira e afirma que tal projeto não teve como objetivo assistir o caboclo da região, os problemas da seca do Nordeste, os problemas do Sul do país, muito menos beneficiar a grande maioria da população brasileira marginalizada e despossuída, mas sim, para beneficiar principalmente as grandes empresas nacionais e internacionais. (HERRERA; MOREIRA; BEZERRA, 2016, p. 215)

Escobar (1984) faz uma leitura de Foucault para dar conta que esses discursos sobre desenvolvimento e progresso (no caso, sobre hidroeletricidade) se combinam para o desenvolvimento do capitalismo, sendo que o controle da população e do território são os objetos sobre os quais se exerce o poder no Estado Moderno (FOUCAULT, 2005).

De forma ampla, o interesse de Foucault está no estudo dessas práticas pelas quais o homem se governa a si mesmo e aos outros através do estabelecimento de domínios nos quais a distinção entre verdadeiro e falso se faz. Para ele, essas práticas levam ao desenvolvimento de formas de objetificação que transformam seres humanos em sujeitos e à produção de uma sociedade disciplinar pelo bem do bem comum. Técnicas de individualização (em quartéis militares, escolas, fábricas e hospitais) leva à produção de “corpos dóceis”; as práticas de vigilância, exame e classificação científica, na outra mão, resultam na produção

⁵ It was in the name of modernization and development that an entire productive apparatus took charge of the management of the life of the “new” nations, replacing the older and more visible forms of colonial oppression and bringing forth at the same time a different disposition of the factors of life. ESCOBAR, 1984: 394

de “sujeitos normalizados”. Finalmente, técnicas confessionais e processos de auto sujeição (ex. como na psiquiatria, psicanálise e sexualidade) levam a objetificar processos nos quais as pessoas tornam si mesmas em objetos. Uma “anato-política do corpo humano” que opera através de controles regulatórios é estabelecida e isso constitui o polo ao redor do qual uma nova forma de poder “biopoder” é implementado. Esses processos de disciplinamento e normatização são constitutivos de, e indispensáveis para, o desenvolvimento do capitalismo. A subjugação dos corpos e o controle das populações são os objetivos desse tipo de poder hoje. (ESCOBAR, 1984, p. 379, tradução nossa)⁶

Congilio (2017) argumenta que as propostas estatais sobre o desenvolvimento para a região Amazônica apagaram outras formas produtivas consideradas “não competitivas”, no planejamento estatal, e assim o desenvolvimentismo converteu-se num mecanismo de dominação da população e do território amazônico.

O desenvolvimentismo brasileiro, em diferentes etapas, deixou à margem possibilidades consideradas ‘não competitivas’ [...]. Segundo descrito por Dussel (2005: 55) ‘pelo carácter civilizatório da Modernidade, interpretam-se como inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da modernização, dos outros povos atrasados (imaturos), das outras raças escravizáveis, do outro sexo, por ser frágil, etc.’. Em nome do progresso e da Modernidade, o que tem se visto na região, numa perversa continuidade de governos militares, neoliberais e supostamente progressistas, é uma imensa proletarização de povos pela destruição de culturas tradicionais e posse violenta das suas terras, aumento do desemprego e do trabalho precário; intensificação do uso da força de trabalho e enfraquecimento dos movimentos sociais, seja por cooptação ideológica ou por assassinatos e prisões sistemáticas de líderes urbanos e rurais. (CONGILIO, 2017, p. 202, tradução nossa)⁷

⁶ Very broadly, Foucault’s interest lies in the study of those practices by which men govern themselves and others through the establishment of domains in which the distinction between true and false is made. For him, these practices lead to the development of modes of objectification those transform human beings into subjects, and to the production of a disciplinary society for the sake of welfare. Individualizing techniques (in military barracks, schools, factories and hospitals) lead to the production of “docile bodies;” the practices of surveillance, examination and scientific classification, on the other hand, result in the production of “normalized subjects.” Finally, confessional techniques and processes of self-subjection (e.g. as in psychiatry, psychoanalysis and sexuality) lead to objectifying processes in which people turn themselves into objects. An “anatomy-politics of the human body” which operates through disciplines, and a “bio-politics of populations” which operates through regulatory controls are established and they constitute the poles around which a new form of power, “bio-power”, is deployed. These processes of disciplining and normalization were constitutive of, and indispensable for, the development of capitalism. The subjugation of bodies and the control of populations are the objectives of this type of power today. ESCOBAR, 1984, p. 379

⁷ El desarrollismo brasileño, en diferentes etapas, desplazó al margen posibilidades económicas consideradas “no competitivas”. (...) Conforme a lo descrito por Dussel (2005: 55) “por el carácter ‘civilizatorio’ de la ‘Modernidad’, se interpretan como inevitables los sufrimientos o sacrificios (los costos) de la ‘modernización’ de los otros pueblos ‘atrasados’ (inmaduros), de las otras razas esclavizables, del otro sexo, por ser frágil, etc.”. En nombre del progreso y de la Modernidad, lo que se ha visto en la región, en una continuidad perversa de gobiernos militares, neoliberales y supuestamente progresistas, es una inmensa proletarización de pueblos por la destrucción de culturas tradicionales y

Mas aquilo dito sobre Amazônia é um discurso que pugna com outros discursos por sentidos e por justiça. Esse é o caso da Velha Jacundá que, com a sua memória, reivindica outra verdade sobre o que a sua população. Sendo assim que se instala um combate por sentidos de verdade sobre aquilo que é dito. A memória é um elemento importante para revisar o acontecido na Velha Jacundá em relação com o Projeto Hidrelétrico Tucuruí.

2.3. A VELHA JACUNDÁ: VERDADE E MEMÓRIA.

Um elemento importante que alimenta a presente discussão são as memórias de um grupo específico da sociedade amazônica: os atingidos pela barragem de Tucuruí da cidade Velha Jacundá. Algumas das pessoas que colaboraram nesta pesquisa militam no Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB) e outros não. Porém, é importante aclarar isso já que são trazidas, para a análise, as lembranças de pessoas que viveram, na época, a experiência das intervenções estatais na região e, sendo parte do movimento social ou não, essas memórias serão consideradas um campo político.

Qualquer perspectiva que tomemos será parcial e terá implicações éticas e políticas. Pensar a memória como uma reconstrução racional do passado, erigida com base em quadros sociais bem definidos e delimitados, como o fez Halbwachs, leva-nos a um tipo de posicionamento político; afirmar, em contrapartida, que a memória é tecida por nossos afetos e por nossas expectativas diante do devir, concebendo-a como um foco de resistência no seio das relações de poder, como propôs Foucault, implica outra ética e outra posição política. (GONDAR, 2005, p. 16)

Dito isso, se tomam como referência os desenvolvimentos teóricos de Gondar (2005) e Abreu (2016) sobre memória social. Gondar (2005) argumenta que a memória social é política na medida em que é um espaço de pugna pelo discurso legítimo e insere-se num campo de lutas de poder para a construção de discursos de verdade. Assim a memória não é uma coleção de fatos, senão um resgate da

toma violenta de sus tierras; aumento del desempleo y del trabajo precario; intensificación del uso de la fuerza de trabajo y debilitamiento de los movimientos sociales, ya sea por reclutamiento ideológico o por asesinatos y prisiones sistemáticos de líderes urbanos y rurales. CONGILIO, 2017, p. 202.

experiência social e suas interpretações, “um continuo embate entre lembrança e esquecimento.” (GONDAR, 2005, p. 7)

Abreu (2016) concorda no fato de que a memória social não é a repetição de fatos acontecidos senão que é uma reelaboração do passado. O autor acrescenta um elemento importante para a análise: a alteridade. O diferente, o outro é necessário para dar sentido às lembranças. Neste caso, o Estado representaria esse “outro”, o discurso oficial que será confrontado com a memória dos atingidos por Tucuruí.

A memória aparece em sua potência criativa, já que ao contrário de ser uma reprodução do passado, apresenta-se como uma elaboração do passado, dinamizada numa relação entre o eu e o outro. O tema da alteridade emerge como crucial. Só há memória quando existe a relação com o diferente, ou seja, com aquele que faz estranhar, relativizar, tomar distância, ver de outro modo. (ABREU, 2016, p. 42)

Assim, na presente dissertação as memórias dos ex moradores da Velha Jacundá convertem-se em discursos alternos ao discurso estatal, que os considerava subdesenvolvidos. São outras verdades que se contrapõem e contradizem a visão “ideal” de desenvolvimento impulsionada pelo Estado. Essas memórias colocam em questão essa visão de desenvolvimento colonial e, no seu resgate, mostram como os efeitos da imposição desse desenvolvimento se imprimem e instalam nas suas vidas até os dias de hoje. Contudo, essas memórias, como anotado por Gondar (2005) e Abreu (2016) não são peças completas, quadros racionalmente delimitados. Seguindo o pensamento de Abreu (2016)

É crucial entendermos que a memória não retém tudo, mas que se define como matéria viva, plástica, maleável, sujeita a interferências. Por isso, podemos perceber a memória como um espaço/tempo que vive das pausas, dos momentos de silêncio, lugar “entre” movimentos. E, sendo pausa, lugar do “entre” o que já foi, o que está sendo e o que será, é também lugar de pensamento. Porém, ao selecionar, ao reter algo num conjunto mais amplo de fatos e acontecimentos que serão relegados ao esquecimento, a memória também produz novos mundos. Entretanto, eles somente podem existir a partir da experiência do sujeito que transforma os acontecimentos não em fatos – informações mortas sobre o que já se foi –, mas sim em maneiras singulares de apropriação de experiências. (ABREU, 2016, p. 47)

Na perspectiva de Abreu (2016) então, as memórias seriam construções do que, de uma ou outra forma, se elege lembrar. Seriam maneiras de produzir novas

interpretações do que aconteceu e dar sentido ao vivido. É importante fixar o fato de que as memórias são construções discursivas contínuas entre o que aconteceu e as novas experiências que dão sentido ao passado. O exercício entre lembrar – esquecer não pode ser pensado de forma separada ao se falar sobre memória social, senão deve-se interpretar como uma unidade que forma as diferentes interpretações da realidade, daquilo que se fala no presente sobre o passado.

Para que uma memória se configure e se delimite, coloca-se, antes de mais nada, o problema da seleção ou da escolha: a cada vez que escolhemos transformar determinadas ideias, percepções ou acontecimentos em lembranças, relegamos muitos outros ao esquecimento. Isso faz da memória o resultado de uma relação complexa e paradoxal entre processos de lembrar e de esquecer, que deixam de ser vistos como polaridades opostas e passam a integrar um vínculo de coexistência paradoxal. (GONDAR, 2016, p. 29)

Gondar (2005) aprofunda na análise sobre como se elege o que se quer ou não lembrar e aponta que, essa eleição, se faz sobre aquilo que se almeja para o futuro. É dizer, a memória social se constrói sobre a intencionalidade de construção do futuro e isso a converte numa posição política que, ademais, permite manter abertas as possibilidades de resistência ao discurso oficial que se tenta impor, neste caso, o discurso desenvolvimentista colonial.

Há sempre uma concepção de memória social implicada na escolha do que conservar e do que interrogar. Há nessa escolha uma aposta, um penhor, uma intencionalidade quanto ao porvir. Tanto quanto o ato de recordar, nossa perspectiva conceitual põe em jogo um futuro: ela desenha um mundo possível, a vida que se quer viver e aquilo que se quer lembrar. O conceito de memória, produzido no presente, é uma maneira de pensar o passado em função do futuro que se almeja. Seja qual for a escolha teórica em que nos situemos, estaremos comprometidos ética e politicamente. (GONDAR, 2005, p. 17)

Aqui é importante apontar, para a presente pesquisa, que o exercício de memória se realiza em todos os níveis da mesma forma. Assim, tanto o discurso oficial estatal quanto as memórias da população da Velha Jacundá são construídas em função de uma intencionalidade presente e futura. Aí se revela claramente porque a memória social é um ato político e de poder. No caso, apresentar a visão e agir do Estado junto com as memórias da população da Velha Jacundá é revelar como cada

uma delas está impregnada de sentido político e, no caso do Estado, de controle e administração da população a qual tenta resistir a esse poder.

É necessário aclarar que este trabalho não pretende uma definição fixa sobre o que é a memória social. Porém, tenta-se contornar uma discussão sobre a importância dela na construção e explicação do objeto de pesquisa. Também tenta-se relevar a importância de ter uma perspectiva plural sobre a memória, ou seja, considerar as diferentes vozes que compõem o campo da memória sobre o projeto hidrelétrico Tucuruí, para além do discurso estatal oficial e assim chegar a caracterizar os reflexos coloniais persistentes no desenvolvimentismo imposto na Amazônia.

A transversalidade do conceito de memória social de Gondar (2016) permite construir uma compreensão complexa, abrindo a possibilidade de pensá-la como um campo de luta por sentidos, por visibilidade, por escuta. Essa luta se transforma numa constante disputa entre lembranças e esquecimentos, desafio que permeia o exercício científico de elaboração da presente pesquisa. Com essas considerações, toma-se como própria a leitura de Gondar (2016) sobre Foucault para pensar a memória social.

Em Foucault, temos outro exemplo de processos mnemônicos não redutíveis ao representável. Memória seria o nome dado às práticas ou processos de criação de si que rompem com os modos de subjetivação predominantes em um campo social. Nada disso pertence ao campo da representação. Nesses termos, a proposta de Foucault é inteiramente diversa da posição de Durkheim, que, ao associar memória e representação coletiva, interessava-se por um *glutinium mundi*, pela possibilidade de coesão social ou, em outros termos, por aquilo que homogeneiza o campo social e torna os homens semelhantes. [...] Ora, é justamente o que escapa a esse *glutinium mundi* que interessa Foucault: ele investe sobre o que se singulariza, se diferencia, o que resiste aos hábitos e às coerções sociais. A memória deixa de se reduzir aos axiomas da representação e da generalidade abstrata para se articular àquilo que nos afeta, que nos surpreende, que nos permite apostar em um outro campo de possíveis. E se tivéssemos que, em uma palavra, resumir o que na memória não se reduz à representação, diríamos: afeto, ou melhor, forças que nos afetam, e também forças pelas quais afetamos. (GONDAR, 2016, p. 37)

A postura de Gondar (2016) sobre a memória social, criada com influência do pensamento de Foucault, está focada na reconstrução que fica por fora dos discursos oficiais e “verdadeiros”; aquela memória social que combate as coerções sociais resistindo-se a ser reduzida, apagada. Ao serem, Amazônia e a Velha Jacundá, consideradas pelo discurso do regime militar como subdesenvolvidas e como formas de vida que tinham que ser apagadas para conseguir o desenvolvimento, a partir da

perspectiva analítica de Gondar (2016), a memória social dessas populações se revela, se manifesta contrária daquilo, e mostra nas falas e ações, uma visão diferenciada sobre o que era sua vida e as condições nas que eles queriam ser inseridos no processo chamado de “desenvolvimento”.

Eram 3.000 habitantes morando na margem do rio Tocantins, vivendo de caça e pesca naquela época. Hoje não, a coisa mudou. Viviam de caça e pesca. Meu avô pescava e se ele não conseguia vender os peixes dele, ele trocava com farinha, trocava com café, com açúcar, viviam da troca. Tão o habito das pessoas dai de não ter nenhuma ganancia de coisas. Ter a sua mudinha de roupa para o festejo da nossa senhora do perpetuo socorro, o restante, se vivia simplesmente. Sendo assim, o pessoal podia dizer “o progresso” mas... É como a história do saco andante, ne? Que cai dentro de um poço e vai para o fundo, o saco estava encima da pedra e ai o saco “e, essa pedrinha pequena, de onde eu vim tem pedra enorme, essa aguinha aqui, lá tem mais” não, para mim está bem, estou satisfeito’. Assim eram as pessoas da Velha Jacundá, estavam satisfeitos. Ficou uma magoa muito grande, ne? Uma devastação (...) (MIRANDA, 2018)

Sem ambições de aprofundar no pensamento de Foucault (2005) sobre o discurso, deve-se considerar que narrativas discursivas como o do desenvolvimento, são relacionais, o que leva a inferir que os discursos com pretensão de verdade criam os sujeitos aos quais querem controlar, colonizar, desenvolver. Não só se gera uma verdade discursiva sobre o subdesenvolvimento, senão sobre a população subdesenvolvida.

Dever-se-ia tentar estudar o poder não a partir dos termos primitivos da relação, mas a partir da própria relação na medida em que ela e que determina os elementos sobre os quais incide: em vez de perguntar a sujeitos ideais o que puderam ceder de si mesmos ou de seus poderes para deixar-se sujeitar, deve-se investigar como as relações de sujeição podem fabricar sujeitos. (FOUCAULT, 2005, p. 319)

Mas também cria, nos sujeitos sobre os quais se impõe, discursos, ações, resistências. Dessa forma, o discurso desenvolvimentista gerou inúmeros efeitos negativos na vida da população, produziu uma visão sobre a Amazônia que reforçou relações coloniais de aproveitamento dos recursos naturais, etc. Contudo, motivou também a resposta da população com um discurso diferente, de resistência a essa imposição, narrativas que se mantêm na memória das populações que foram afetadas pelo Projeto Hidrelétrico Tucuruí e que, trinta e poucos anos depois, continuam

lutando pelo não esquecimento e por mostrar esse discurso da população. A fala de um dos informantes desta pesquisa é importante para aclarar esse ponto “No Brasil inteiro quando o MAB nasceu... se o governo tivesse cumprido, não existiria o MAB. O MAB nasce pela negação dos direitos do Estado com os atingidos (...). (Informação oral)

Magalhães (1992) dá conta desta relação entre os discursos do governo militar e a população local em termos do encontro entre duas lógicas de aproveitamento dos recursos naturais diferentes e como surge um espaço de disputa pela legitimidade do discurso sobre o projeto mesmo e sobre seus efeitos nas populações.

As iniciativas do Estado, através de empresas do setor elétrico, produzem uma situação social específica sobre a qual se elaboram pelo menos dois pontos de vista, em termos de avaliação, interpretação e classificação dos processos sociais que nela têm lugar. Um ponto de vista de quem produz a iniciativa e outro do grupo(s) social(is) sobre a qual ela incide. A elaboração destes pontos de vista, por sua vez, joga um peso importante na produção de uma certa legitimidade que a dominação intrínseca a este tipo de empreendimento supõe. Afinal, trata-se de efetivar uma rápida, violenta e intensa transformação para cuja decisão contribuem diversos interesses. (MAGALHÃES, 1992, p. 26)

Nobrega (2011) também mostra a existência desses dois lados, dois discursos que se formam ao redor das propostas de progresso atrelado ao desenvolvimento de grandes investimentos industriais, neste caso, da hidroeletricidade.

[...] tal como sugerido por Carlos Vainer e Frederico Araújo, ‘dois olhares, duas lógicas, duas maneiras de avaliar os impactos de um grande projeto de investimento’, que constroem campos de luta diferentes e estratégias distintas de enfrentamento. (NOBREGA, 2011, p. 129)

Nesse ponto, mostra-se a importância de compreender o movimento e as diferenças que se estabelecem entre os espaços de luta pelo discurso legítimo sobre o desenvolvimento, as características e os lugares de fala dos atores envolvidos. No caso da presente pesquisa toma-se como referência analítica o conceito de governamentalidade de Foucault (1979, 2005). Castro-Gomez (2015) assinala a abertura desse conceito para dar conta de que existem discursos de verdade atrelados às ações do Estado e, esses são aceitos ou rejeitados em contextos sociais e políticos específicos.

É aqui onde aparece uma segunda tarefa para a analítica da governamentalidade: se ocupar do modo no que uma ou várias práticas de governo operam em conjunto com um ou vários “regimes de verdade”. [...] Seu propósito é enxergar que tipo de discursos e “jogos de verdade” fizeram possível que umas determinadas práticas de governo tenham uma “aceitabilidade cognitiva” num momento específico da história. [...] O que faz a analítica da “governamentalidade” é dar conta do modo no qual esse saber experto define as condições de produção e circulação da verdade sobre o governo das populações. (CASTRO-GOMEZ, 2015, p. 37, tradução nossa)⁸

Depois de trinta e poucos anos de implementação do projeto hidrelétrico Tucuruí a importância de estudar a memória, como uma aproximação a um espaço de tensões sobre a verdade do desenvolvimento, ajuda também a compreender à atualidade e as escolhas futuras. Aqui podem-se encontrar explicações do nosso presente e como tem-se chegado nele, compreendendo as diversas relações de poder.

Porém, a analítica da governamentalidade não se esgota numa simples curiosidade histórico filosófica, senão que também é uma atividade de diagnóstico. Diagnosticar, diz Foucault, significa estabelecer a singularidade de nosso presente; indagar porque temos chegado a ser o que somos e não outra coisa; tentar estabelecer, dentro de um complexo tecido de relações de poder e saber historicamente desenvolvidos, porque temos chegado a ser o que somos hoje. [...]. Nesse sentido, a analítica da governamentalidade é uma atividade problematizadora, pois contribui a “desnaturalizar” nossa conduta atual. (CASTRO-GOMEZ, 2015, p. 38, tradução nossa)⁹

⁸ Es aquí donde aparece una segunda tarea para la analítica de la gubernamentalidad: ocuparse del modo en que una o varias prácticas inmanentes de gobierno operan en conjunto con uno o varios "regímenes de verdad". (...) Su propósito es mirar que tipo de discursos y "juegos de verdad" hicieron posible que unas determinadas prácticas de gobierno gozaran de "aceptabilidad cognitiva" en un momento específico de la historia. (...) Lo que hace la analítica de la gubernamentalidad" es dar cuenta del modo en que ese saber experto define las condiciones de producción y circulación de la verdad sobre el gobierno de las poblaciones. CASTRO-GOMEZ, 2015, p. 37

⁹ Sin embargo, la analítica de la gubernamentalidad no se agota en una simple curiosidad histórico filosófica, sino que también es una actividad de diagnóstico. Diagnosticar, dice Foucault, significa establecer la singularidad de nuestro presente; indagar por qué hemos llegado a ser lo que somos y no otra cosa; tratar de establecer, dentro de un complejo de relaciones de poder y saber históricamente decantadas, porque hemos llegado a ser lo que hoy somos. [...] En este sentido, la analítica de la gubernamentalidad es una actividad problematizadora, pues contribuye a "desnaturalizar" nuestra conducta presente. CASTRO-GOMEZ, 2015, p. 38

3. APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS DA REGIÃO DO MÉDIO RIO TOCANTINS.

Como já dissemos, diversos discursos mostravam a Amazônia como subdesenvolvida, com uma baixa racionalidade produtiva pelo qual precisava das intervenções externas para se “modernizar” e “progredir”. Esse discurso permitiu a consolidação de práticas coloniais, exploradoras dos recursos naturais e das populações locais sobre pressupostos irrealistas.

No caso, utilizamos as compreensões da Ecologia Política na tentativa de compreender que os recursos naturais são apropriados de diferentes formas, segundo sua área geográfica e que, na apropriação dos recursos naturais nas periferias, ocorrem processos de apropriação e benefícios desiguais entre regiões (BUNKER, 1984) assim a colonialidade permanece e permeia as relações de apropriação.

Esse é o caso dos recursos hídricos do rio Tocantins, e das florestas circundantes que eram os meios de reprodução, econômica e social, da população da Velha Jacundá (médio de transporte, parte do sustento de vida pela pesca e outros relacionamentos de lazer e uso do rio, extração de materiais de construção, alimento, etc.). Esses recursos foram apropriados pelo Estado para produzir hidroeletricidade para as nascentes empresas de alumínio (FEARNSIDE, 2015) mudando significativamente as relações da população com os recursos e ainda deslocando a população para locais com características totalmente diferentes.

Autores como Escobar (1996) e Martinez Alier (2010) exploram o fato de que a natureza não é uma materialidade exterior ao ser humano, senão que é um elemento que se constrói através de discursos socialmente gerados e que estes discursos são também fontes de poder. Assim, esses autores ajudam a refletir sobre como é conceitualizada a natureza por diferentes grupos (espaço de vida ou recurso aproveitável economicamente) e como as relações de poder fazem que uma visão tenha a possibilidade de se impor à outra.

A ecologia política abre a possibilidade explicativa e crítica de como as construções sobre a ideia de natureza são campos em disputa sobre seus usos e formas de apropriação. No caso que nos compete, os sentidos atribuídos às relações com os recursos da floresta e do rio, desde a população da Velha Jacundá, vinculada a transporte, abastecimento de alimento, possibilidade de conseguir elementos de

troca (peixes, castanha, etc.), espaço de lazer; em contraponto com a visão do Estado. Este passou enxergar o rio principalmente como espaço de extração de energia elétrica e usou as tecnologias de administração estatal (FOUCAULT, 2005) para impor essa visão à população.

Aqui emerge o questionamento sobre quem e de que forma se consegue maior legitimidade para construir e se apropriar dessa natureza. “A questão não é mais a pergunta positivista sobre qual representação é precisa [...], porém, qual realidade está sendo construída, por quem, para quem, para qual propósito e para qual efeito político” (BIERSACK, 2006, p. 14, tradução nossa)¹⁰.

O questionamento da ecologia política aqui se faz porque, historicamente, a Amazônia tem sido um espaço de constante colonização e apropriação de recursos naturais, de construções discursivas alheias à realidade que se vivia na região em épocas distintas, não tão distantes (UGARTE, 2003; MORBACH, 1997). Manifestam-se enfoques que enxergam a Amazônia apenas como um canteiro de materiais, com desconhecimento sobre as populações tradicionais da região e suas formas de apropriação da natureza. Por isto, a análise desde a perspectiva da ecologia política se torna relevante e nos permite buscar as relações de poder que se encontram subjacentes nesses processos. Little (2001 apud RUBENSTEIN, 2004) coloca que a ecologia política teria que se focar na “ocupação e luta sobre espaços geográficos, assim como a definição de direitos a, e usos dos recursos contidos num espaço e os efeitos biofísicos deste uso” (LITTLE, 2001 apud RUBENSTEIN, 2004, p. 150).

Rubenstein (2004) cita a perspectiva de Little (2001) em termos de choque de cosmografias que são definidas como “distintivas identidades coletivas, históricas e contingentes, ideologias e sistemas de conhecimentos desenvolvidos por um grupo social para estabelecer-se e manter um território humano” (LITTLE, 2001 apud RUBENSTEIN, 2004, p. 135). Porém o importante de ressaltar nesta reflexão é que esse choque de cosmografias implica o uso e consolidação de relações de poder e violência que, no caso da Amazônia, são manifestos. “A tarefa para a ecologia política é analisar os campos de poder espacialmente distribuídos, sem privilegiar a perspectiva de um agente (ou, mais precisamente, de uma posição) nesse campo (por

¹⁰ “The question is no longer the positivist question of whether representation is accurate (...) but what reality is being constructed, by whom, for whom, for what political purpose, and to what political effect.” (BIERSACK, 2006, p. 14)

exemplo, reificando alguma hierarquia em particular” (RUBENSTEIN, 2004, p. 150, tradução nossa)¹¹.

Desta forma, cada um dos processos de apropriação dos recursos naturais – borracha, castanha, diamantes e, finalmente, hidroeletricidade – consolidaram grupos de poder colonial que, através do monopólio na utilização dos recursos da floresta amazônica, impuseram formas de uso e comércio que afetaram grandemente amplas porções de população, empobrecendo e despossuindo progressivamente comunidades dos meios para sua reprodução econômica e social e impondo novas condições de vida.

O deslocamento da Velha Jacundá pela implementação do Projeto Hidrelétrico Tucuruí no contexto do desenvolvimentismo militar, que representou para a região a expansão da economia capitalista reproduzindo formas coloniais de poder, permite refletir a consolidação das tecnologias de administração (FOUCAULT, 2005) do Estado na Amazônia para o aproveitamento dos recursos hídricos do rio Tocantins. Porém, esse é um fator dentro do movimento maior que estava acontecendo na Amazônia dos anos 1960-1970: a expansão das fronteiras do capital industrial e a implementação da economia de mercado na sociedade amazônica (VELHO, 1979, 2009; ACSELRAD, 1991, 2010; POLANYI, 2007)

A zona do Médio Rio Tocantins encontra-se nos atuais municípios de Tucuruí, Jacundá, Itupiranga e Marabá, no estado do Pará (MAGALHÃES, 1992). De maneira geral, essa zona vai-se povoar a partir de 1898 depois do decaimento do “Burgo Agrícola do Itacaiúnas” – localizado na atual Marabá – (VELHO, 2009). A região da Velha Jacundá passou a operar como centro comercial, financeiro e de abastecimento para os diferentes *booms* extrativos que se geraram nessa região, configurando-se como um importante centro entre as cidades de Marabá e Belém¹².

¹¹ The task for political ecology is to analyze spatially distributed fields of power, without privileging the perspective of one agent (or, more accurately, position) in this field (for example, by reifying any particular hierarchy).” (RUBENSTEIN, 2004, p. 150)

¹² Na margem da frente à Velha Jacundá, no rio Tocantins, localizava-se a vila de Jatobal, também submersa pelo Projeto Hidrelétrico Tucuruí. Diferentes autores (DIAS, 2013; MAGALHÃES, 1992; SILVEIRA, 2001) dão conta da importância desse povoado nos intercâmbios econômicos e produtivos da região. Em Jatobal encontrava-se uma parte da estrada de Ferro que ligava Tucuruí (antigo Alcobaça) com Jatobal e a Velha Jacundá, sendo uma das rotas de escoamento da produção de castanha e de outros produtos produzidos localmente.

A grandes rasgos podem-se descrever os *booms* extrativos¹³ do Médio Tocantins, até antes do período desenvolvimentista militar dos anos 1960 e 1970, como avanços na constituição de novas relações de poder coloniais para reforçar atividades extrativas vinculadas a mercados internacionais, e podem se periodizar da seguinte maneira (MAGALHAES, 1992; EMMI, 1988; CARNEIRO, 2017; VELHO, 1979; SILVEIRA, 2001):

Tabela 2 Booms extrativos no Médio Tocantins¹⁴.

MERCADORIA	ANOS
Castanha	Anos 1920 – 1960
Comercio de peles	Anos 1940
Mineração de diamantes	Anos 1950

Elaboração própria.

Para a região do Médio Rio Tocantins, até os anos 1950 – 1960, pode-se descrever duas realidades coexistentes: a consolidação da economia oligárquica através da crescente apropriação e extração de recursos das florestas, sob reprodução de relações coloniais que estavam em constante relação com mercados internacionais, porém com baixa produção de renda para o Estado; a relativa autonomia dos camponeses ribeirinhos que, as vezes trabalhando para os patrões ou nas suas próprias atividades produtivas, mantinham a sua base de vida no aproveitamento comum dos recursos naturais (florestas e rio).

3.1. NA BEIRA DO RIO TUDO É BOM, NÉ? VELHA JACUNDÁ, A VIDA DOS CAMPONESES DO MÉDIO TOCANTINS.

No decorrer dos *booms* extrativistas, alguns povoados se constituíram com camponeses vindos de outras regiões para se empregar na extração da castanha. Esse é o caso da Velha Jacundá que atribui sua fundação no “(...) ano de 1915 ao

¹³ Se compreende por *booms* extrativos os processos de extração intensiva de bens primários da floresta e sua consequente conversão em mercadorias para venda em mercados nacionais ou internacionais.

¹⁴ Não se pode colocar para a região do Meio Tocantins a borracha como um boom extrativo já que “a extração do caucho não desfrutou de período de longa duração em Marabá, uma vez que a sua descoberta nesta área se deu justamente em época próxima ao declínio da borracha Amazônica.” (EMMI, 1988, p. 59).

coronel Francisco Acácio de Figueiredo e seus "homens", os quais integravam o séquito de Carlos Gomes Leitão. (SILVEIRA, 2001, p. 26) Eles teriam chegado na zona para o aproveitamento de caucho e, embora não tenham encontrado grande quantidade dessas árvores, ficaram no setor. Depois deles, camponeses de Maranhão e do Baixo Tocantins, dos municípios de Cametá e Baião, começaram a chegar pelo *boom* da economia da castanha, em procura dos chamados "castanhais livres". Estes camponeses combinavam as atividades de recolecção da castanha com atividades de caça e pesca para sua subsistência (MAGALHÃES, 1992, p. 35).

De acordo com Silveira (2001)

Acredita-se que esses trabalhadores foram atraídos à localidade por causa da intensa propaganda de que lá existiam grandes reservas de castanhais. Essa divulgação certamente motivou o êxodo de grandes levadas de trabalhadores para a região, os quais se aventuravam sozinhos ou acompanhados da família, geralmente carregando modesta bagagem, em busca de melhores condições de sobrevivência. Quando chegavam, deparavam-se com uma realidade totalmente adversa às suas esperanças. Embora ainda existissem em Jacundá os chamados 'castanhais livres', esses trabalhadores não dispunham de recursos para a compra do 'rancho' - alimentação necessária à sua permanência no interior da floresta durante a cata da castanha - sujeitando-se desde logo ao aviamento dos mantimentos e demais apetrechos necessários à sua faina. (SILVEIRA, 2001, p. 30)

O autor acrescenta

[...] Parte desse contingente sequer fixara residência no povoado. Era comum já chegarem 'aviados' pelos 'donos' ou arrendatários de castanhais, parando em Jacundá apenas para descansar da penosa viagem, seguindo rapidamente para o interior dos castanhais, onde permaneciam a maior parte do tempo. (SILVEIRA, 2001, p. 41).

No trabalho de campo, o explicado por Silveira (2001), foi confirmado por um dos entrevistados.

Cheguei em Jacundá, uma vila, só tinha duas carrinha de rua, uma do lado da beira do Tocantins, a outra central e aquela ruazinha no meio. Os postes de luz, tinha uma luz, do motor da prefeitura, a óleo, motor que funcionava a óleo. E era só até dez horas da noite [...] dez horas piscava a luz, todo mundo corria pra suas casas. Os habitantes de Jacundá entre zona rural e urbana era 3 mil habitantes, as casas, cerca de 300 casas na ruazinha. Minha esposa é Jacundaense nata. Nasceu em Jacundá. (JOÃO, 2018)

Ainda que esses camponeses tivessem chegado na Velha Jacundá com a esperança de melhorar suas condições econômicas¹⁵ e que, mesmo por um tempo, conseguissem uma fonte de renda através da exploração livre da castanha e do sustento na caça e na pesca, com a progressiva entrada dos “arrendamentos provisórios” de grandes áreas de castanhais, entregues por influência política às nascentes oligarquias (que iam tomando cada vez maior poder político), os castanhais iam ficando longe e de difícil acesso.

Bunker (1984) diferencia as economias produtivas das economias extrativas pelos efeitos que as últimas têm sobre o ambiente natural, sobre a distribuição das populações e da infraestrutura econômica, as quais se organizam de forma que contribuem para fortalecer o sistema extrativista, contudo afetam diretamente o subsequente potencial de desenvolvimento econômico do local (BUNKER, 1984). Além disso, “a apropriação extrativa da natureza empobrece o ambiente no qual as populações locais dependem, para sua reprodução e para a extração de mercadorias para exportar.”¹⁶ (BUNKER, 1984, p. 1019).

Ainda que existissem pressões das oligarquias por consolidar modelos econômicos extrativos em larga escala, a população camponesa ribeirinha da Velha Jacundá resistia através de suas práticas de uso e manejo dos castanhais e de aproveitamento do rio. As primeiras resistências destas populações eram contra as oligarquias. No caso da Velha Jacundá, não de forma violenta¹⁷, senão através de manter suas formas tradicionais de vida que permitiam autonomia, sustentados no uso dos castanhais e do rio. Porém, a estrutura maior que permitia essa resistência da vida dos camponeses sobre as pressões das oligarquias era a posse da terra onde moravam e onde tinham culturas, e o acesso aos castanhais municipais ou livres. Isso permitia que a população, ainda que trabalhasse sazonalmente como assalariado, mantivesse uma produção própria.

Esta situação de ‘terras devolutas’ é sempre evocada pelos camponeses da região com uma valorização positiva, sobretudo quando comparada com a regularização fundiária, que seria desencadeada

¹⁵ Sobre todo a população chegada do Estado do Maranhão. Para aprofundar neste tema consultar: Velho, Otávio. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: Difel Editorial, 1979. O capítulo XII. Da plantation à Agricultura Capitalista.

¹⁶ “Extractive appropriation from nature impoverishes the environment on which local populations depend, both for their own reproduction and for the extraction of commodities for export.” (BUNKER, 1984, p. 1019)

¹⁷ Em outros estados do Brasil a resistência dos camponeses contra as oligarquias que queriam dominar os castanhais foi violenta (EMMI, 1988)

através do Estado do Pará, nos anos sessenta, e através do INEM nos anos setenta, à qual imediatamente seguir-se-ia a 'chegada da ELETRONORTE'. De acordo com estes camponeses, não havia 'proprietário de terra', a terra não tinha 'dono' e nem sequer se 'vendia os direitos' -expressão utilizada regionalmente para expressar o trabalho incorporado à terra e que confere legitimidade à apropriação. (MAGALHÃES, 1992, p. 36)

Mesmo dentro de um sistema extrativo, como era a região do Médio Tocantins, a população da Velha Jacundá tinha possibilidades de reprodução familiar. O alimento não faltava e materiais que eles precisavam para construir estavam ao alcance da população nas florestas circundantes.

Era casa de tabua, as vezes casas de palha. Eu mesmo assim que nos casamos, eu tive que fazer uma casa, mas também pra você fazer uma casa não precisava comprar o lote, a madeira você ia no mato e tirava a madeira, a cobertura era palha de babaçu, a parede também era de palha, a porta era de tábuas. E nossa casa era assim, lá na Velha Jacundá, no começo. (JOÃO, 2017)

Segundo Magalhães (1996, p. 719), esta forma de apropriação da natureza que combina múltiplas atividades (caça, pesca, recolecção) é socialmente necessária para as economias familiares camponesas. E o acesso a estes recursos, em espaços comuns, sempre estarão à disposição das famílias. Neste contexto, as atividades agrícolas podem-se desenvolver para gerar lucros ou para o abastecimento do lar.

Assim o evidenciam ex-moradores da Velha Jacundá, nas respostas durante as entrevistas realizadas:

[Na Velha Jacundá] as pessoas de Jacundá mesmo ele fazia, menos o seu Antônio Lara, o seu Zé Martins, o seu Benedito Rocha, o seu Graciliano... tem aí umas 5 -6 pessoas que conseguiram titular a terra, tipo fazenda. Os outros era terra devoluta, rocinha. Um, dois alqueires para plantar mandioca para fazer farinha, plantar uma melanciazinha, um arrozim, uma abobora e tal. Mas a maioria das pessoas não estavam nesse negócio. O negócio deles era pesca ou alguém plantava ou ajudava fazer a farinha. O que a maioria ia era a catar ouriço da castanha e muitos foram presos porque entraram na demarcação que não era deles e encontravam "não, você está roubando castanha". (MIRANDA, 2018)

Outro entrevistado afirma:

[...] é muito difícil porque a preocupação lá na Velha Jacundá era só com a saúde, porque pra comer ninguém se preocupava... tinha dias que as vezes o porcão entrar dentro da cidade, lá no rio tinha aquela

manada de porco, ai o cara pegava a canoa e ia só matando um monte... caçar muito... peixe. Meu sogro era caçador, pescador, ele ia de manhã cedo, 5 horas ele saia, quando chegava 8, 9 horas da manhã, ele chegava com uma bacia cheio de peixe de qualidade, é... Curimatá, pacu, piau, ainda pulando, quase vivo. Açai ele ia, fazia um panero de açai, fazia o aguidal, é um negocio de barro, enchia o aguidal de açai; a farinha de primeira qualidade em cima de mesa, todo mundo comia. Também quando não pegava nada, ninguém comida nada. (Risos) (JOÃO, 2018)

Contudo, poder-se-ia pensar que os camponeses conseguiam manter a propriedade da terra já que, nesse momento, operaram dois fatores: primeiro, a baixa densidade populacional (respeito ao território disponível e a quantidade de mão de obra com a qual contavam as famílias) e o pouco interesse no desenvolvimento de atividades agrícolas por fora da subsistência, o que desestimulava a procura de grandes porções de terra; segundo, a terra não era um bem apreciado por si só, senão em relação aos recursos que existiam nela e as possibilidades de extração. Por este segundo fator, os que procuraram se apropriar e regulamentar a propriedade da terra, foram as oligarquias da castanha.

Oportuno se faz ressaltar que em Jacundá o extrativismo antecedeu a apropriação da terra, destacando-se o papel que representou a figura do comerciante nesta região. Ele era o monopolizador do capital, da produção e da comercialização. Em consequência apossou-se brandamente, em surdina, dos melhores castanhais sem quaisquer esboços de reação por parte dos trabalhadores, já que a maioria estava, desde a época do caucho, presa ao sistema de "aviamento" e a produção oriunda da atividade extrativa não representava para os extratores nenhum valor de uso imediato. Além disso, as terras devolutas que existiam eram as que não possuíam grandes reservas de castanhais, não despertando nenhum interesse dos trabalhadores e tampouco dos comerciantes, pelo menos a priori em utilizá-las para fins de cultivo. (SILVEIRA, 2001, p. 46)

No caso das famílias camponesas, a agricultura permitia o sustento alimentar das famílias, ainda sempre praticado em pequena escala e destinando-se só os excedentes para a venda local (EMMI, 1988) e, mesmo sendo uma atividade secundária, complementar às diferentes atividades extrativas (MAGALHÃES, 1992), era muito interiorizada nas práticas familiares¹⁸.

¹⁸ A revisão do texto de Marshall Sahlins (1978) "A Primeira sociedade da afluência" é importante para problematizar e contestar a imagem naturalizada de que as comunidades tradicionais da Amazônia são economias de subsistência, ainda quando os dados etnográficos mostrem o contrário. A perspectiva do autor (SAHLINS, 1978), ainda que não se aprofunde neste texto, é complementar aos

Sobre isso, Carneiro (2017) acrescenta

A pequena agricultura no Meio Tocantins constituía um ritual repetitivo, todos os anos uma obrigação comparada a algo que é 'sagrado', e cujo período de trabalhar nela situa os camponeses no tempo, base de referência também para outras atividades com o mesmo valor de orientação temporal. No mês de agosto, é um dever iniciar a construção da roça e no baixar das águas, o trato das vazantes. (CARNEIRO, 2017, p. 35)

Mesmo com a pressão das oligarquias pela apropriação de cada vez maiores porções de castanhais, a castanha ainda era um elemento muito importante para as famílias camponesas ribeirinhas da Velha Jacundá já que dinamizava a economia, era fonte de renda e era alimento dos lares.

[...] a castanha me traz uma grande lembrança, assim, porque eu vivi... quando eu comecei entender da minha vida, foi pelo desenvolvimento daquele lugar através da castanha porque tinha os que extraíam a castanha, os que vendiam a castanha, tinha os barcos marabaense que faziam aquele movimento daquela vila, parava lá, descarregavam a castanha, recarregavam a castanha lá no Jacundazinho, ne? E era aquele movimento dos barcos e que trazia assim, também, muita alegria, muito desenvolvimento para a pequena vila, depois cidade. E sem falar do leite gostoso, com cupuaçu, batida assim. [...] e para tomar com leite da castanha, aquela paca gostosa que a gente comia com o leite da castanha, o peixe com o leite da castanha. A castanha foi de muita importância e tem muitas lembranças para mim até hoje. (ZULMIRA, 2017)

Eu lembro muito que peguei muita castanha no mato... eu tirei muita castanha do mato, saía cinco horas da manhã quase caíam os ouriços na cabeça da gente, para sustentar meus filhos, viu. (Como era a vida da senhora?) era boa porque sempre pegava um peixinho ali, tinha pescado, tinha tanto que eu sentia a linha tremendo quando ia deitar. [...] quando ia catar castanha eu andava direto atrás da castanha. [...] eu era, muito feliz. Se um dia secasse, eu ia voltar para lá, porque era bom. (ZULMIRA, 2017)

Só com o início do ciclo dos diamantes e o aumento populacional da Velha Jacundá, as atividades agrícolas ganharam importância e, a partir do desenvolvimento destas atividades, a produção se diversifica.

desenvolvimentos teóricos da ecologia política ao pontuar as fortes relações entre sociedade e natureza e as diferentes valorizações que existem sobre aquilo conceituado como “recursos naturais”.

É por essa época dos tempos áureos dos diamantes, creio que em virtude da necessidade de abastecimento dos garimpos e do mercado local, como pela própria diversificação das atividades no campo individual, que começa se desenvolver a agricultura de forma mais acentuada. Muitos moradores se dedicam exclusivamente a essas atividades, cuja produção básica era arroz, feijão, milho, mandioca, além dos produtos hortigranjeiros. Também se desenvolve uma pequena criação de aves (galinhas) e a suinocultura, mesmo que de fundo de quintal. (SILVEIRA, 2001, p. 73)

Porém, o fato que tenham sido dependentes dos bens comuns das florestas circundantes e do rio ou tenham tido a agricultura como uma opção produtiva para o abastecimento, não significa que estas famílias estavam desconectadas de circuitos de mercado.

Neste sentido é que os colonos estavam integrados ao mercado, bastante distantes daquilo que é estereotipado como 'economia de subsistência', sendo a coleta da castanha do ponto de vista comercial uma atividade preponderante e sem concorrentes naquela área. (MAGALHÃES, 1996, p. 725)

De fato estavam conectados com o mercado de diferentes maneiras, o que permitia a diversificação de suas atividades e de seus ingressos monetários.

[...] Na época da castanha eu ainda não tinha idade para trabalhar né? Eu vi esses movimentos de pessoal, papai também tinha um barquinho pequeno que carregavam as castanhas para lá nos barquinhos dele. Então eu só via o movimento do povo. Eu ainda tinha 6 anos naquela época, ainda não era envolvidos nos trabalhos. [...] na beira do rio todo é bom, né? Na beira do Rio... só tem diversão na beira do rio e a gente vivia de cara para o rio, para pescaria, para banhar, brincar de pega, pega. Lá era bom demais. (JULIO, 2018)

Além disso, os laços comunitários entre os povoadores da Velha Jacundá permitiam o conforto da população e bem-estar no respeito as condições de vida. Mas tinham percepções de limitações pela falta de serviços básicos (saúde e educação) no povoado, como atestam antigos moradores em entrevistas que realizamos em campo:

Jacundá foi uma cidade muito boa, maravilhosa, ali era um pedacinho do céu pra mim, lá não tinha violência, era muito difícil você ver questão de violência, lá tinha as famílias que trabalhavam. Na cidade mesmo, era uma cidade nova, mas você nunca via ninguém pedindo uma

esmola, todo mundo ganhava do seu sustento. Era muito difícil na questão da educação, na questão a saúde, porque naquela época mesmo tudo era mais difícil do que hoje, se hoje não tá fácil, naquele tempo era muito pior. Mas era uma cidade que a gente era feliz, aquelas pessoas que estudava, saia, trabalhava fora, mas nas férias já estava ali, visitando a família, brincando, era maravilhoso. (ZULMIRA, 2018)

Lá em Jacundá não tinha médico, não tinha enfermeiro, não tinha posto de saúde, não tinha supermercado, não tinha farmácia, não tinha quase nada. E o povo de Jacundá não tinha ganância para ter uma casa boa, para ter um patrimônio. O que eles queriam lá era tá com a barriguinha cheia de açaí, de caça, de peixe que tinha com abundância. Quando adoecia uma pessoa, se não morresse logo, tinha pra Marabá. Marabá viajava três dia pra chegar em Marabá num barco, e lá ia pro SESP. Era assim, a vida em Jacundá, esse sofrimento. Mas era gostoso, pois todo mundo era amigo, todo mundo conhecido, não tinha ladrão, muitas casas não tinha porta, outras a porta de estreiro, outras as portas era de palha de coco, mas não tinha ladrão, não registrou um roubo. Era assim a vida em Jacundá, até quando começou... o governo federal com o projeto da hidrelétrica de Tucuruí. Aí veio os engenheiro, o pessoal do governo fazer levantamento de todas as propriedades rural urbano... fez o levantamento e tinha um prazo pra pessoas sair porque realmente ia inundar tudo não tinha aonde ficar, aí foi uma tristeza, um desassossego, todo mundo saindo, uns pra um lugar, outros pra outros. E ...em 76, 77, o projeto da abertura da estrada PA 150, com abertura dessa estrada, veio os grileiros marcando terra, com aquela ganância por terra... (JOÃO, 2017)

Nós da Velha Jacundá, apesar de lá não ter posto de saúde, não ter médicos, nem enfermeiros, não ter supermercado, não ter banco. Mas a nossa vida lá era uma vida de prazer, paz e alegria. Também nos [...] vivíamos da caça, da pesca e da exploração da castanha e do diamante, que era fonte de vida e de ganhar dinheiro e alimento também, ne? Nossa castanha do Pará. E da pesca, da caça e nos anos 39 a 60 também o diamante que se pegava com facilidade. Mas depois, quando o garimpo de diamante fracassou, nessa parte ficou mais difícil de se ganhar o pão. Ninguém nem pensávamos em riquezas, isso e outro, casa boa, não. Tendo o peixim para comer e a barriguinha cheia, bebendo a água do Tocantins, estava tudo bem. Só que, o que acontecia? Se adoecia uma pessoa, e aconteceu várias vezes, principalmente as mulheres gestantes que não tinham enfermeiro para ser assistidas, eram as antigas parteiras, sem experiência, inescrupulosas porque não tinham, digamos assim, treinamento para assistir melhor na hora do parto, vezes que iam para marabá e, lamentavelmente, morriam na estrada, porque era um dia, quase dois dias para chegar em marabá. E marabá também, na época era garimpo de médicos e de assistência mas ai eram nossos recursos (o limite) e muitos de nossos irmãos de Jacundá morreram na viagem ou em casa porque não tinham para onde sair ou não tinham recursos. A situação era difícil. Mas mesmo assim, deixando essa parte desse sofrimento, o resto era alegria, que ninguém tinha essa preocupação de amanhecer o dia, ir para padaria, ir para supermercado, essa preocupação não tinha. A nossa (conveniência) era o rio Tocantins e a mata e vezes que o porcão invadia a cidade e o povo matava. Outras vezes caíam no rio

e saiam de canoa, enchem a canoa de porcão, não era desse jeito? Então a gente tinha tudo isso na Velha Jacundá. Era uma vida, como eu falei uma vida de sofrimento mais, tirando o sofrimento, era prazeres, paz e alegria. Lá não tinha ladrão não tinha assaltante, tinha muitas casas lá, dentro da cidade, que as portas eram de esteira, esteira de palha de babaçu. Outros que tinham... e nunca ninguém dizia "ai, me roubaram isso" porque nem o dono da casa tinha algo para roubar. (MIRANDA, 2018)

A partir dessas reflexões, fica claro que existiram diferentes *booms* extrativos na região que foram aproveitados para a consolidação de oligarquias que pressionavam progressivamente aos camponeses e para a expansão de uma economia de mercado (POLANYI, 2007). O espaço de "refugio" e resistência dos camponeses era o estar na terra e o acesso aos recursos da floresta que, ainda quando o acesso foi limitado devido à extração de mercadorias pelas oligarquias, permitia-lhes manter a vida de forma autônoma, com dependência do rio e dos materiais das florestas que se localizavam próximos.

Durante a ditadura militar brasileira, Estado, oligarquias, poderes políticos locais e grande capital trabalharam de forma coordenada para a expansão da lógica capitalista no território amazônico.

O discurso da ditadura militar, de integração a uma ordem de desenvolvimento nacional, passou gerações e mistura diferentes regimes de acumulação articulados com poderes locais. Ao estudar o poder local em Marabá, município sede da organização administrativa do sudeste paraense, Ikeda (2013: 28) afirma que 'aportar alguma noção sobre o modo no qual o poder se organiza no plano global é muito importante para enxergar que a forma no que o poder político se organiza no município está diretamente relacionada com o modo em que acontecem as relações comerciais entre os mercados nacional e internacional'. Isso nos mostra a impossibilidade de tratar questões locais sem uma análise dos movimentos globais do capital e sua estreita relação com as políticas de Estado, uma vez que a expansão das empresas multinacionais tem assumido a forma dominante de internacionalização do capital e molda a divisão internacional do trabalho em diferentes formações sociais. (CONGILIO, 2017, p. 199)¹⁹

¹⁹ El discurso de la dictadura militar, de integración a un orden de desarrollo nacional, atravésó generaciones y mezcla a diferentes regímenes de acumulación articulados con los poderes locales. Al estudiar el poder local en Marabá, municipio sede de la organización administrativa del sudeste paraense, Ikeda (2013: 28) afirma que "aportar cierta noción sobre el modo en que el poder se organiza en el plano global, es de suma importancia para visualizar que la forma en que el poder político se organiza en un municipio está directamente relacionada con el modo en que se dan las relaciones comerciales entre y los mercados nacional e internacional". Esto nos muestra la imposibilidad de tratar de cuestiones locales sin un análisis de los movimientos globales del capital y su estrecha relación con las políticas de Estado una vez que la expansión de las empresas multinacionales ha asumido la forma dominante de internacionalización del capital y molda la división internacional del trabajo en diferentes formaciones sociales. (CONGILIO, 2017, p. 199)

Se cada um dos *booms* de extração e aproveitamento de recursos naturais correspondeu com processos de consolidação das oligarquias locais, o desenvolvimentismo militar pode ser considerado como propulsor de mais um ciclo extrativo que consolidou novos recursos, antes não aproveitados industrialmente: o minério e a água. Contudo o impacto desse aproveitamento afetou todos os outros elementos da região: terra, floresta e população, como se descreverá nos capítulos seguintes.

O governo da ditadura militar trouxe para a região um novo ator que se encontrava distante dos movimentos de apropriação de recursos da região: o Estado Federal, com o interesse de ampliar sua influência na Amazônia “integrar para não entregar”, e usar esse espaço para incrementar suas condições de controle territorial e populacional.

Contudo, nesse movimento, sob o discurso do desenvolvimentismo “deslocou possibilidades econômicas consideradas “não competitivas” (CONGILIO, 2017: 202), entre as quais pode se incluir a economia camponesa ribeirinha da Velha Jacundá que foi totalmente desestruturada com o alagamento da cidade e dos castanhais dos quais dependia. Isso demonstra que o desenvolvimento nacional gerou no mesmo espaço e ao mesmo momento de implementação, condições de subdesenvolvimento para a população local, justificando-se como os custos “necessários” do desenvolvimento.

Assim o descreve Dussel (2005)

Por el carácter ‘civilizatorio’ de la ‘Modernidad’, se interpretan como inevitables los sufrimientos o sacrificios (los costos) de la ‘modernización’ de los otros pueblos ‘atrasados’ (inmaduros), de las otras razas esclavizables, del otro sexo, por ser frágil, etc.". En nombre del progreso y de la Modernidad (...) es una inmensa proletarianización de pueblos por la destrucción de culturas tradicionales y toma violenta de sus tierras; aumento del desempleo y del trabajo precario; intensificación del uso de la fuerza de trabajo y debilitamiento de los movimientos sociales, ya sea por reclutamiento ideológico o por asesinatos y prisiones sistemáticos de líderes urbanos y rurales. (DUSSEL, 2005, p.55)

4. OU VOCÊ SAI OU VOCÊ MORRE. DESENVOLVIMENTO HIDRELÉTRICO E EXPANSÃO DO MERCADO NA AMAZÔNIA.

Os capitais de inversão (nacional e internacional) precisavam ampliar sua abrangência através de novos investimentos; os espaços de mercado estavam ficando pequenos, e regiões como o Nordeste tinham grande quantidade de trabalhadores despossuídos por processos anteriores de concentração fundiária, e que não tinham onde se empregar (VELHO, 1979).

Nesse contexto, a Amazônia percebida como espaço vazio e subdesenvolvido, era o local ideal para abrir novos mercados, gerar novos espaços de inversão de capitais e, através de novas atividades, gerar emprego para as populações do Nordeste e para as mesmas populações locais.

[...] Médici afirmou: '[...] Constatamos que, por falta de uma infraestrutura econômica e social adequada, esses brasileiros não se encaminham para as áreas desocupadas do País, que estão à espera de braços para construir novos polos de prosperidade e riqueza [...]. Aquilo que não se pode fazer devido à escassez de capital pode ser feito com um programa integrado de colonização e de desenvolvimento, com um mínimo de recursos econômicos, capaz de gerar rapidamente a riqueza, para complementar, sem inflação, o esforço necessário à solução dos dois problemas: o homem sem terras no Nordeste e o da terra sem homens na Amazônia [...]. Nessas condições, se impõem a expansão do setor agropecuário nas regiões favoráveis, o aproveitamento dos jazimentos minerais e a industrialização na medida necessária, bem como, ao mesmo tempo, a redistribuição dos seus excedentes demográficos, ocupando espaços internos vazios, mas potencialmente poderosos, sobretudo no território de atuação da SUDAM [...]. Estaremos, assim, facilitando o esforço de ocupação e desenvolvimento da Amazônia – imperativo do progresso e compromisso do Brasil com a sua própria História'. (Cf. MÉDICI, Emílio Garrastazu. Sog o signo da fé. Discurso do Presidente da República na Reunião Extraordinária da SUDAM (Manaus, 08/10/1970). Brasília: Presidência da República/Biblioteca da Presidência da República, 1970, p. 143-153. Apud. PEREIRA, 2013: 7)

Diversas pesquisas apontam que o governo militar²⁰ procurava desenvolver um extrativismo industrial de recursos naturais da Amazônia que não estavam sendo

²⁰ Do ponto de vista que aqui nos interessa, os governos militares podem ser divididos em três fases. A primeira vai de 1964 a 1968 e corresponde ao governo do general Castelo Branco e primeiro ano do governo do general Costa e Silva. (...) A segunda fase vai de 1968 a 1974 e compreende os anos mais sombrios da história do país, do ponto de vista dos direitos civis e políticos. (...) O período combinou a repressão política mais violenta já vista no país com índices também jamais vistos de crescimento econômico. (...) A terceira fase começa em 1974, com a posse do general Ernesto Geisel, e termina em 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves. Caracteriza-se inicialmente pela tentativa do

aproveitados e que tinham demanda nacional e internacional (minério, hidroeletricidade) (MAGALHÃES, 1992; ACSELRAD, 2010, FEARNSAID, 2015; SILVA E PETIT, 2017) e intensificar o uso da terra amazônica com novas atividades e novos atores, favorecendo com incentivos fiscais e créditos, aos grandes proprietários que já tinham iniciado o controle de terras na Amazônia desde a década dos anos 1920 (PEREIRA, 2015: 2).

[...] o modelo de desenvolvimento concebido pelos governos da ditadura civil-militar para a Amazônia foi pautado na grande propriedade da terra e na transferência massiva de recursos públicos a inúmeros grandes proprietários rurais e empresas privadas nacionais e estrangeiras sediadas no Centro-Sul do Brasil, inclusive aquelas que se dedicavam ao ramo financeiro e à indústria de veículos automotores. Esses grupos econômicos passaram a adquirir terras e a acessar volumosos recursos provenientes dos incentivos fiscais para a criação de gado bovino, exploração de madeiras nobres (mogno, cedro, ipês, angelim, etc.) e comercialização da castanha-do-pará. (PEREIRA, 2013: 45)

O planejamento das intervenções na região Amazônica esteve inscrito na agenda estatal brasileira antes do governo militar. Contudo, o regime militar continuou e aprofundou o planejamento sobre a região, através de mecanismos autoritários, com ênfase no aproveitamento intensivo dos recursos hídricos, com novas alienações do poder e graves afetações às populações locais²¹.

Segundo Silva e Petit (2017)

O interesse do governo brasileiro em ampliar a oferta de energia produzida pelas hidrelétricas intensificou-se na década de 1970 (...). No II Plano Nacional de Desenvolvimento de 1974, foi definido que uma das principais prioridades do governo federal seria a instalação de novos projetos hidrelétricos em todo território nacional, dentre os quais as UHEs de Itaipu e Tucuruí. (SILVA; PETTIT, 2017, p. 309)

general Geisel de liberalizar o sistema, contra a forte oposição dos órgãos de repressão. A liberalização continua sob o general Joao Batista de Figueiredo (1979-1985). (CARVALHO, 2003, p. 157)

²¹ “Não há a usual ruptura entre empresas privadas e setor público, neste contexto. Empresas petrolíferas (ECOPETROL, PETROBRÁS), empresas mineradoras (Companhia do Rio Doce, Parapanema), empresas agropecuárias, empresas do setor elétrico (ELETRONORTE, ELETROSUR, CHESF), bem como órgãos oficiais (GETAT, INCRA, FUNAI, GICLA), comungam os mesmos princípios de operacionalização da chamada 'limpeza da área' para implementação de projetos.” (WAGNER, 1996, p. 471)

Neste contexto aparece o Projeto Hidrelétrico Tucuruí como projeto emblemático do desenvolvimento hidrelétrico para a região do Médio Tocantins, na Amazônia.

O então presidente, general João Batista Figueiredo, visitou nos dias 26 e 27 de julho de 1979 os trabalhos da construção da UHT. (...) pronunciou um curto, mas otimista discurso. *'[...] A importância de Tucuruí foi reconhecida, ainda ontem, na reunião que presidi, do Conselho de Desenvolvimento Econômico. Para quem olha com realismo o futuro de nossas contas internacionais, Tucuruí representa a viabilização de projetos agropecuários, industriais e de mineração, de que tanto precisamos, para criar vultosos excedentes exportáveis. Graças à energia de Tucuruí, nomes como Carajás, Trombetas e Itaqui sairão da geografia física da Amazônia, para entrar na história econômica do Brasil. [...] Da mesma forma, os ministros da Agricultura e do Interior já criaram grupos de trabalho para cuidar do fortalecimento da agropecuária da Amazônia. Os estudos, em fase de conclusão, cobrem as áreas de crédito, colonização, regularização fundiária e de apoio aos empreendimentos agropecuários da região. [...] Antes, pretendo que os planos de desenvolvimento e a ação do governo reflitam a minha convicção de que nesta hileia tão querida e rica, havemos de construir, com denotado esforço e realística determinação, uma civilização digna de sua selvagem majestade'* (HERMES FILHO, 1981 apud CASTRO, 1996. p. 166, itálico do autor)

O interesse do regime militar na implementação de projetos hidrelétricos, mantendo e aprofundando o modo extrativista na região, porém com um forte apelo industrial, pode-se explicar desde algumas óticas. Por exemplo, Bunker (1984) indica que um dos principais motivos econômicos foram as dívidas internacionais do Estado nacional brasileiro, o que despertou o interesse pelos recursos amazônicos através dos quais podia-se produzir mercadorias atrativas para os mercados internacionais.

A Amazônia veio representar uma grande reserva de recursos naturais para os planejadores governamentais que procuravam formas de reduzir o endividamento internacional causada pela forte confiança brasileira no capital internacional. Mineração, madeireiras e concessões pecuárias concedidas a várias multinacionais e grandes corporações nacionais foram vistas como formas efetivas de aproveitar esses recursos (Mahar, 1979). Os objetivos do Estado para Amazônia foram também formados por suas próprias preocupações políticas com a segurança nacional e o ordem interno. (BUNKER, 1984, p. 1039, tradução nossa)²²

²² The Amazon has come to represent a great reserve of natural resources to government planners searching for ways to reduce the foreign indebtedness caused by Brazil's heavy reliance on international capital. Mining, lumbering, and ranching concessions granted to various multinational and large national corporations have been seen as an effective way of tapping these resources (Mahar 1979). The state's

O mesmo autor (BUNKER, 1984) complementa que também existiam preocupações territoriais e de segurança interna que geraram o interesse numa intervenção da Amazônia. Neste mesmo sentido, Velho (1979) indica estas preocupações: “É interessante notar como a nova palavra-chave "integração" era utilizada por todas as facções dentro desse campo ideológico. (...) Na época tornou-se famosa a expressão "integrar para não entregar". (VELHO, 1979, p. 211).

No discurso estatal, cada um dos avanços na abertura da fronteira da região significava também um avanço do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Contudo, além dos argumentos estatais que eram publicitados, esse desenvolvimentismo baseou-se na imposição colonial da lógica de mercado numa região com uma ampla população camponesa e ribeirinha – posseiros – que ainda mantinha formas de vida tradicional e oligarquias que reproduziam velhas formas, também coloniais, de aproveitamento dos recursos naturais.

O “progresso” estava chegando no país pela integração de uma região rica em recursos naturais²³ e, mesmo no plano nacional, em via contrária do crescimento econômico da década de 1970, época do chamado milagre econômico, a desigualdade cresceu sensivelmente. Na Amazônia, além da desigualdade, cresciam os conflitos fundiários, a desposseção territorial dos camponeses e posseiros, reforçando a visão colonial do Estado sobre a região. Segundo Carvalho (2003, p. 168):

A partir de 1977, o crescimento começou a cair, chegando ao ponto mais baixo em 1983, com -3,2%, subindo depois para 5% em 1984, último ano completo de governo militar. [...] O sentido ‘milagre’ econômico foi posteriormente desmistificado por análises de especialistas que mostraram seus pontos negativos. Houve, sem dúvida, um crescimento rápido, mas ele beneficiou de maneira muito desigual os vários setores da população. A consequência foi que, ao final, as desigualdades tinham crescido ao invés de diminuir. [...] O 1% mais rico ganhava 11,9% da renda total em 1960; em 1980 sua participação era de 16,9%. Se os pobres não ficaram muito mais pobres, os ricos ficaram muito mais ricos. (CARVALHO, 2003, p. 168)

goals for the Amazon were also shaped by its own political preoccupations with territorial security and internal order. (BUNKER, 1984, p. 1039)

²³ “A inusitada localização da hidrelétrica -na Amazônia -, em relação a empreendimentos anteriores, contribui para tornar mais evidente a visão messiânica que o Estado tem de si, ao se revelar se percebendo como estando nas fronteiras da civilização. Por outro lado, a implantação de hidrelétricas na Amazônia passa a ser elaborada a partir de um discurso que resgata um antigo ideário nacional de "domínio da natureza", de "exploração das riquezas nacionais", enfim, de concretização do "país do futuro". (MAGALHÃES, 1992, p. 27)

Assim, o progresso nacional prometido, via industrialização da Amazônia, não chegou e as diversas intervenções do regime militar, entre elas a implantação do projeto hidrelétrico Tucuruí, não constituiu em capacidade do Estado para desenvolver a região, mas o exercício da dominação estatal sobre o território e a população da Amazônia sob forte pressão do mercado internacional.

Neste caso, a dominação é compreendida seguindo os apontamentos teóricos de Foucault (2005) como a possibilidade de fazer obedecer as leis ou mandatos que o Estado impõe sobre a população segundo seu planejamento, o que Foucault (2005) num primeiro momento chamará de biopolítica (como complemento ao conceito de soberania²⁴) e, depois, nomeará como governamentalidade²⁵.

Sendo assim o progresso do “milagre econômico” e a chamada integração da Amazônia à nação não fazia referência ao próprio desenvolvimento ou melhoria das condições de vida da população, senão apontava ao cumprimento dos mandatos estatais no território, resultados de uma planificação hierárquica e externa à região, no caso: o desenvolvimento industrial e a integração do território aos circuitos de mercado nacional e internacional e a garantia do controle do Estado no território Amazônico. Seguindo a interpretação de Bunker (1984)

Contudo, a mediação e intervenção estatal não conduziu à incorporação econômica e política da Amazônia dentro da nação brasileira. O despovoamento, a perturbação ambiental e o deslocamento demográfico e econômico trazido pelos prévios modos de extração criaram as condições para que as empresas de grande escala capitalistas e os planejadores econômicos governamentais tratassem a Amazônia como uma fronteira vazia de onde ganhos poderiam ser rapidamente extraídos com pouca consideração para os sistemas sociais, econômicos e ambientais existentes. (BUNKER, 1984, p. 1038, tradução nossa)²⁶

²⁴ E eu creio que, justamente, uma das mais maciças transformações do direito político do século XIX consistiu, não digo exatamente em substituir, mas em completar esse velho direito de soberania - fazer morrer ou deixar viver - com outro direito novo, que não vai apagar o primeiro, mas vai penetra-lo, perpassa-lo, modifica-lo, e que vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de "fazer" viver e de "deixar" morrer. O direito de soberania e, portanto, o de fazer morrer ou de deixar viver. E depois, este novo direito e que se instala: o direito de fazer viver e de deixar morrer. (FOUCAULT, 2005, p. 287)

²⁵ Foucault ya no hará más énfasis en el tema de la biopolítica, sino que hablará, más bien, de su "condición de posibilidad": el gobierno. Solo habrá biopolítica en el marco amplio de la gubernamentalidad: por gubernamentalidad entiendo el conjunto constituido por las instituciones, los procedimientos, análisis y reflexiones, los cálculos y tácticas que permiten ejercer esta forma tan específica, tan compleja de poder, que tiene como meta principal la población, como forma primordial de saber, la economía política, y como instrumento técnico esencial, los dispositivos de seguridad. (CASTRO-GOMEZ, 2015, p. 54)

²⁶ However, state mediation and intervention have not led to economic and political incorporation of the Amazon into the Brazilian nation. The depopulation, environmental disruption, and demographic and

Nóbrega (2011) complementa a reflexão ao analisar o contexto específico de hidroeletricidade. A reflexão que ela traz revela que o “progresso” é uma argumentação do Estado, apresentada como a única possibilidade de desenvolvimento para a região e o país, porém, ao ser implementado não se realiza em favor da população e sim em favor da economia de mercado atrelada a interesses internacionais de reprodução de capital. Similar reflexão é assinalada por Congilio (2017) ao dar conta que com o discurso de “progresso” se apagam outras possibilidades econômicas locais, entendidas como não rentáveis pelo Estado.

Essa forma de operação do Estado revela a maneira colonial de aplicação das políticas sobre o território que, neste caso, levaram a considerar a Amazônia e a região do Médio Rio Tocantins como atrasadas pelo qual as afetações às comunidades locais seriam um mal menor para alcançar o prometido “desenvolvimento” justificado pela procura do “bem-comum da nação”. A noção de “bem comum”, aqui, mostra-se como um dos pilares da forma colonial de funcionamento do Estado.

Para legitimar projetos hidrelétricos potencialmente destrutivos em regiões distantes dos grandes centros consumidores, seus apoiadores têm mobilizado uma estratégia retórica que recorre à ideia de bem-comum e interesse nacional subjacentes a estas obras, conforme observação de Alfredo Wagner de Almeida: Nas situações sociais ora privilegiadas, o elemento invariante remete a aparelhos de poder específicos, quais sejam, agências chamadas de ‘desenvolvimento’ que acionam mecanismos coercitivos, impondo aos demais o cumprimento de seus desígnios, invariavelmente apresentados como obras necessárias ao ‘progresso e à modernização’ para melhorar as condições de vida da sociedade como um ‘todo’. Consoante esta mobilidade de discurso, a execução dos ‘projetos de infraestrutura’ com o deslocamento forçado de ‘alguns’ torna-se imperioso para que se possa produzir o ‘bem estar de todos’. Interesses localizados, corporativos, ligados à indústria barrageira, são apresentados como o “interesse nacional”. Constrói-se uma noção de desenvolvimento que não introduz no cálculo dos seus custos os prejuízos ambientais e sociais causados pelo empreendimento proposto. O sacrifício das comunidades locais e da “natureza” é o preço – barato – a se pagar pela garantia do desenvolvimento do país. (NOBREGA, 2011, p. 136)

Almeida (1996) aponta os custos que foram infringidos sobre as populações locais em nome da noção colonial de “bem estar” geral da nação, do desenvolvimento

economic dislocations brought about by the previous modes of extraction created the conditions for both large-scale capitalist enterprise and government economic planners to treat the Amazon as an empty frontier from which profits could be rapidly, and wastefully, extracted with little regard for, (...) existing social, economic, or environmental systems. (BUNKER, 1984, p. 1038)

e como os efeitos negativos dos empreendimentos dos projetos desenvolvimentistas tentaram ser reparados através de intercâmbios monetários, determinando supostamente um valor considerado justo para aquilo que a população estava perdendo.

[...] Os danos infligidos seriam vistos como passíveis de serem reparados monetariamente, convertidos que foram aos ditames de economistas formalistas, mesmo que acarretando problemas morais e redefinições de identidade social, de certo modo, irreparáveis. (ALMEIDA, 1996, p. 467)

Para Acselrad (2014), aquilo que foi pensado como desenvolvimento para todos (ou chamado de bem comum), tanto para a população da região Amazônica quanto a população brasileira em geral, realmente apagou as possibilidades de se visibilizar os afetados diretos pelos projetos desenvolvimentistas e as condições às quais eles foram submetidos. Sendo isso, como apontado por Mignolo (2017), um reflexo da lógica da colonialidade.

O “desenvolvimento” é, com efeito, apresentado como bom para todos – a nação, os empresários e o povo. Mas a desconsideração do ponto de vista dos que são atingidos negativamente pelos impactos do desenvolvimento supõe uma hierarquização de direitos e culturas, a cultura desenvolvimentista tendo precedência sobre as demais. (ACSELRAD, 2014, p. 87)

Por tanto, com as argumentações apresentadas pode se analisar que o desenvolvimento impulsionado pela ditadura militar foi um mito que encobriu as formas de governo colonial do Estado Militar. A verdade construída pelo Estado sobre o desenvolvimento da região amazônica para o bem comum esteve atrelado a bases coloniais, com efeitos sobre as dinâmicas de uso e aproveitamento dos recursos naturais. A proposta de Foucault (1979) sobre a governamentalidade permite compreender a forma de operação do poder do Estado, encoberto na ideia de desenvolvimento da Amazônia.

Primeiro, Foucault (1979) a define como

[...] o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder (biopolítica)²⁷, que tem por alvo a

²⁷ Inserção nossa.

população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. (FOUCAULT, 1979, p. 171)

Dessa forma, o autor propõe que a estrutura estatal é a condição de possibilidade para o exercício da biopolítica, ou controle da população²⁸. O conceito da governamentalidade ajuda a problematizar o significado da expressão de bem comum da nação, utilizada para justificar as intervenções estatais na Amazônia. E permite-nos perceber a importância em analisar as técnicas de governo no período da ditadura militar brasileira para percebermos os efeitos dessas intervenções no território e de quem se beneficiava realmente com elas.

Em que consiste este bem comum ou esta salvação de todos que regularmente são colocados como o próprio fim da soberania? Se examinarmos o conteúdo que os juristas e teólogos dão ao bem comum, vemos que há bem comum quando os súditos obedecem, e sem exceção, às leis, exercem bem os encargos que lhe são atribuídos, praticam os ofícios a que são destinados, respeitam a ordem estabelecida, ao menos na medida em que esta ordem é conforme às leis que Deus impôs à natureza e aos homens. Isto quer dizer que o bem público é essencialmente a obediência à lei: seja a do soberano terreno seja a do soberano absoluto, Deus. De todo modo, o que caracteriza a finalidade da soberania é este bem comum, geral, é apenas a submissão à soberania. A finalidade da soberania é circular, isto é, remete ao próprio exercício da soberania. O bem é a obediência à lei, portanto o bem a que se propõe a soberania é que as pessoas obedeçam a ela. Qualquer que seja a estrutura teórica, a justificação moral e os efeitos práticos, isto não é muito diferente de Maquiavel quando afirmava que o objetivo principal do príncipe devia ser manter seu principado. Estrutura essencialmente circular da soberania ou do principado com relação a si mesmo. (FOUCAULT, 1979, p. 167)

A importância da análise da governamentalidade, ou das técnicas de governança da população e do território, está na compreensão das formas de se impor obediência, desde o Estado, sobre a população, bem como dos desdobramentos coloniais que têm esse processo.

O governo militar abriu a região a novos capitais internacionais e movimentou a população como mão de obra para que as riquezas que estavam sendo aproveitadas pelos políticos e oligarquias locais²⁹ fossem, agora, organizadas segundo o

²⁸ Nesse conceito Foucault (1979) não inclui o controle do território, já que ele explica que esse tipo de controle pertence a um estágio anterior (e complementar) da biopolítica.

²⁹ Neste sentido, brevemente lembrar que o pacto oligárquico no Brasil foi uma das bases para a constituição da primeira república brasileira e, deste pacto, Amazônia não esteve excluída "A presença

planejamento geral da nação brasileira. Contudo, esse novo planejamento nacional enquadrava-se dentro da prática moderna cujas diretrizes se formulavam junto ao pensamento econômico direcionado pelo capitalismo mundial, ou, como formulado por Foucault (apud Guizzo e Lima, 2014):

Para Foucault (2008b: 126), 'governar' também significava para o soberano introduzir a economia e sua maneira de administrar as riquezas, os bens, os indivíduos e os interesses ao nível da prática de Estado. Ou seja, não se poderia dissociar a prática de governo da prática econômica. O desenvolvimento de um saber estratégico como o da economia política em meados do século XVIII se tornou, na modernidade, um dos núcleos das técnicas de governo e da prática da biopolítica, em que novas condutas governamentais se desenvolvem a partir do pensamento econômico. Estas condutas adquiriram, em alguma medida, um caráter biopolítico por terem como um de seus objetivos principais o bem-estar e a normalização da população a partir da condução de políticas econômicas. (GUIZZO; LIMA 2014: 7)

Essa característica de funcionamento do biopoder é identificado por Foucault (1997) como um elemento conivente ao avanço do capitalismo. Assim, o controle da população em alguns sectores, por parte do Estado (trabalho, demografia, migração), se fará precisamente para fortalecer o modelo de economia capitalista.

Este biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. [...] o ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro, foram, em parte, tornados possíveis pelo exercício do biopoder com suas formas e procedimentos múltiplos. (FOUCAULT, 1997, p. 132)

Nessa lógica de administração se desenvolveu o crescimento da burocracia estatal específica para organizar o avanço da planificação atrelada à consolidação da economia de mercado na região. No ano 1970 formou-se o Instituto Nacional de

dos militares na política brasileira começou na proclamação da República. Mas as oligarquias conseguiram alija-los construindo o sistema coronelista da Primeira República. Em 1930, eles voltaram com força, trazendo propostas de centralização política, industrialização, nacionalismo. Vargas conseguiu usá-los e conte-los. Após 1945, eles se dividiram, como toda a sociedade, entre nacionalistas e populistas, de um lado, e Liberais conservadores, do outro. A divisão das forças armadas atingia o corpo de oficiais e as praças de pre, sobretudo os sargentos." (CARVALHO, 2003, p. 159). Com o ingresso do Governo Federal Militar na Amazônia este pacto vai-se enfraquecer e as oligarquias tiveram que gerar novas estratégias para manter o seu poder (IKEDA, 2014).

Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para registro, classificação, venda, colonização e titulação das áreas definidas como propriedade do Governo Federal (BUNKER, 1984, p. 1049). Dez anos depois, criou-se o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) para continuar com o processo iniciado pelo INCRA, subordinando algumas outras instituições que também trabalhavam a organização fundiária na região.

Em 1980, sem maior participação local, o decreto 1967 de 01.02 cria o grupo Executivo de terras do Araguaia-Tocantins, GETAT, diretamente subordinado ao Conselho de Segurança Nacional com jurisdição numa área de aproximadamente 200.000km², compreendendo o Sudeste do Pará, o Extremo Norte de Goiás e o Extremo-Oeste do Maranhão. Esse novo órgão passa a subordinar todas as demais instâncias estatais, como a Coordenadoria Especial do Araguaia-Tocantins (CEAT-INCRA), as Coordenadorias Regionais do INCRA, os Projetos Fundiários, e até em certa medida o Instituto de Terras do Pará - ITERPA. (EMMI, 1988, p. 129)

Com isso, o regime militar garantiu o monopólio de espaços administrativos e de recursos naturais locais (terra, florestas, rios) por parte da burocracia federal com o abertura de estradas³⁰, linhas de crédito para investimentos³¹, federalização de terras antes estaduais, entre outras ações, para garantir que seu planejamento econômico fosse cumprido na região Amazônica. A leitura de Bunker (1984) complementa a análise, ao reportar como o planejamento e exercício de políticas voltadas à Amazônia, ainda que tentasse reduzir os conflitos por terra em outras

³⁰ "Após uma visita à região pelo Presidente da República, em março de 1970 foi anunciada a construção da Rodovia Transamazônica. Simultaneamente, vários outros projetos rodoviários foram anunciados (...). Alguns meses depois, em julho de 1970, um Programa de Integração Nacional foi anunciado, substituindo de fato a abordagem desenvolvimentista predominantemente regional dos anos 60 por uma abordagem inter-regional. Migração do Nordeste para a Amazônia era o elo principal entre as regiões nessa abordagem. A imagem parecia ser que era lógico juntar uma região em que havia pouca terra disponível e um excedente populacional e outra em que havia abundância de terras e uma população rarefeita. (VELHO, 1979, p. 209)

³¹ The SUDAM's criticism of the PIN and of colonization programs was particularly intense. As 30% of the income tax revenues for fiscal incentives were budgeted for the PIN from 1971 to 1974, the sudden emphasis on colonization posed an evident threat to the SUDAM's predominant position in the Amazon development programs and to the private sector interests benefited by the fiscal incentive programs it administered. The SUDAM's position was effectively supported by the lobbying efforts, pressures, and public statements of the Amazonian Association of Agriculture and Ranching Entrepreneurs, which had direct access to various ministries and the direct support of the powerful Minister of Planning (Pompermayer 1979). The government responded to these private sector and government criticisms with a series of concessions to large-scale capitalist enterprise, primarily by reinvigorating and extending fiscal subsidies and relaxing land-tenure size restrictions to favor large-scale ranching and mining operations oriented to the export market (Santos 1979). (BUNKER, 1984, p. 1050).

regiões, sobretudo na região Nordeste³², foi uma estratégia maior que favoreceu uma rápida expansão do capitalismo liberal.

Os projetos de colonização da Transamazônica constituíram a saída desde políticas estatais de apoio direto para empreendimentos de grande escala na Amazônia. Por um curto período o Estado tentou reduzir as tensões sociais e políticas que o aumento do número de camponeses sem terra e a repressão das ligas camponesas e tentativas de reforma agrária no Nordeste criaram ao abrir a Amazônia ao assentamento camponês. Estas políticas, contudo, foram parte de uma tentativa mais geral, de parte do Estado, para trazer uma rápida ampliação da atividade capitalista sobre o controle de várias agências do Estado e dentro da estrutura institucional que funcionava no resto do Brasil. Os programas sociais de bem-estar foram rapidamente subordinados às demandas dos aliados capitalistas do Estado, mas os programas institucionais, destinados a manter o controle do Estado e a regulação dos empreendimentos, continuaram. (BUNKER, 1984, p. 1049, tradução nossa)³³

Outro elemento importante para salientar o avanço da economia de mercado pelo impulso “desenvolvimentista” sobre a Amazônia é que as promessas de crescimento produtivo para a região, através de políticas de reforma agrária e colonização, não se cumpriram. A Amazônia, se manteve como periferia colonial – dependente –, agora sob o extrativismo industrial e do uso dos recursos naturais transferidos a outras regiões do Brasil e fora dele, sob as regras de mercado.

A Amazônia passou de ser uma periferia extrativa das economias da Europa e Norte América a ser a fronteira periférica de onde o capitalismo dependente e o Estado dependente de Brasil extraiu valor. Os atores locais, de novo, organizaram o ambiente físico e social, porém este momento eles fizera-o com o apoio do poderoso Estado nacional e as grandes corporações que eles representaram. Esta particular resposta da conta do modo de produção nacional, no qual, grupos de empreendedores controlam os recursos econômicos e políticos para apropriar-se de grandes áreas de terra e partes das receitas nacionais do Estado. (BUNKER, 1984, p. 1039, tradução nossa)³⁴

³² Velho (1974) aprofunda nas análises sobre os conflitos fundiários na região Nordeste do Brasil.

³³ The Transamazon colonization projects did constitute a departure from state policies of direct support for large-scale enterprise in the Amazon. For a brief period the state attempted to reduce the social and political tensions which the increasing number of landless peasants and the repression of peasant leagues and attempts at land reform in the Northeast had created by opening the Amazon to peasant settlement. These policies, however, were part of a more general attempt on the part of the state to bring the rapid extension of capitalist activity under the control of the various agencies of the state and within the institutional structure which functioned in the rest of Brazil. The social welfare programs were rapidly subordinated to the demands of the state's capitalist allies, but the institutional programs, aimed at maintaining state control and regulation of enterprise, have continued. (BUNKER, 1984, p. 1049)

³⁴ The Amazon passed from being an extractive periphery of European and North American economies to being the peripheral frontier from which the dependent capitalists and the dependent state of Brazil

Quais foram os resultados destas mudanças para as populações locais? Leva-se em consideração que eram populações extrativistas, com pouca renda monetária e ampla dependência dos sistemas de aviação e venda dos excedentes de produção ou de recolecção³⁵ para obter dinheiro e comprar os produtos que eles não produziam. Tinham uma noção de uso da terra como uma perspectiva de bens comuns e as novas configurações limitavam suas possibilidades futuras de reprodução social e econômica³⁶.

Em termos gerais, diante das imposições estatais suas condições não melhoraram e foram obrigados a se moldar à nova governamentalidade, fortemente atrelada à economia de mercado que privatizou as duas garantias de autonomia deles: a terra e o trabalho, em benefício da grande empresa.

Estamos, assim, diante do que poderíamos chamar, talvez, de uma expansão da privatização dos espaços públicos. Ou seja, de práticas que revelam não só a omissão e a cumplicidade de juízes, de funcionários dos aparelhos de Estado, como o Grupo Executivo de Terra do Araguaia e Tocantins (GETAT), da Polícia Militar e Civil do Pará, mas o quanto essas instituições públicas agiram, com violência, contra os trabalhadores rurais à medida que defendiam os interesses dos fazendeiros e empresários rurais. (PEREIRA, 2015, p. 7)

Para o caso dos pequenos camponeses extrativistas e/ou ribeirinhos este contexto foi desastroso: alagamento de suas fontes de renda e negação de subjetividades, colonização de seus territórios de posse e, finalmente, deslocamento forçado. Este processo aprofundou as desigualdades na região já que, ainda com o processo de indenização levado pela empresa Eletronorte, as posses da

extracted value. Local actors again reorganized the physical and social environment, but this time they did so with the support of a powerful national state and of the large corporations they represented. This particular response reflects a national mode of production in which groups of private entrepreneurs control both the economic and political resources to appropriate vast areas of land and portions of national state revenues. (BUNKER, 1984, p. 1039)

³⁵ Para os colonos, a castanha, frente à relativamente inexpressiva comercialização dos produtos agrícolas, cumpria absoluta o lugar, que se observa nas economias camponesas, do 'cach crop'. Era através da coleta de castanha que todos os colonos tinham acesso garantido à renda monetária fundamental à aquisição de produtos para o consumo e que não eram por eles produzidos (especialmente sal, querosene e açúcar), produtos indispensáveis à reprodução individual e da família. (MAGALHÃES, 1996, p. 721)

³⁶ Diante do "poderio antiecológico" e da "disposição antidemocrática" dos barrageiros e na medida em que a expansão hidrelétrica tem comprometido outros usos possíveis para os territórios e para os rios, parece mais adequado tratar as consequências das barragens em termos de um "estreitamento das possibilidades futuras," tal como sugerido por Oswaldo Sevá. (NOBREGA, 2011, p. 140)

população não foram valorizadas apropriadamente, o que gerou prejuízos econômicos. Assim,

Ao mesmo tempo que são desligadas de suas relações tradicionais com o meio ambiente, essas populações são submetidas a um verdadeiro choque mercantil, caracterizado pela brusca penetração do mundo local pela dinâmica do mercado e da moeda. Desencadeia-se, desde logo, verdadeira febre mercantil, alimentada pela acelerada rotação do pequeno circuito patrimonial de compra e venda de barracos, lotes, material de construção, etc. Configura-se, assim, um verdadeiro 'mercado de fronteira', não apenas em seu sentido geográfico, mas também por seu caráter semi-regulamentado e por sua submissão a movimentos súbitos de valorização e desvalorização patrimonial. (ACSELRAD, 1991, p. 68)

Em nossas pesquisas de campo, esse argumento foi reforçado, enfatizando as mudanças bruscas na vida de um ribeirinho rural, quando deslocado compulsoriamente para a cidade:

Olha, talvez não foi 5% dos expropriado que receberam e se beneficiaram qualquer forma. A não ser aqueles que tinham fazendinha, tinham terras, tinha beneficiário, tinha casinha boa, porque casa boa construída lá não tinha. (...) Bom, então era dessa natureza, como ela falou, como a gente viveu quando chegou aqui... difícil. Porque lá a gente não ia pegar o dinheiro e sair pro mercado, pegar o dinheiro e ir pra feira, pegar o dinheiro e ir pra loja... E aqui a gente tem que amanhecer o dia comprar o pão, comprar o leite, comprar carne, comprar o peixe ... e tudo comprado, se não tiver o dinheiro... e da onde vem esse dinheiro se não tem emprego? Não é fácil!
E muitos dos expropriado como é normal a vaidade, o desperdício, a falta de controle, da economia pegava o dinheiro e achava que estava rico ia beber, comprar coisas que não era preciso ele comprar, aí acabava o dinheiro em um mês, dois, e já não tinha mais nada. Agora aqueles que tinham propriedade grande, pegava dinheiro avolumado, comprava terra aqui, comprava gado, e se beneficiava. Já começava a arrumar sua casa, não ficava só naquela casinha da Eletronorte, ia fazer uma casa melhor, mas isso não deu mais de 5% de alguém que foi beneficiado com essas indenizações, o resto era pegar e acabar e ficar do mesmo jeito. (FIRMO, 2018)

Na mesma linha reflete Hamilton (1996)

As populações tradicionais queixaram-se que, agora, as pessoas precisam dinheiro para viver adequadamente quando, no passado, eles eram mais autossuficientes já que eles podiam coletar, plantar ou fazer o que eles precisavam. [...] Adicionalmente, eles foram forçados a competir entre eles e com multidões de imigrantes que chegaram na

área na procura de trabalho. (HAMILTON, 1996, p. 370, tradução nossa)³⁷

Com estes argumentos pode-se ver que o avanço do capitalismo na Amazônia brasileira esteve baseado em dinâmicas e interesses econômicos, além das necessidades locais. Nesse sentido, o desenvolvimentismo, através da governamentalidade exacerbada da ditadura militar, incluiu fenômenos que não eram publicamente discutidos ou manejados: a expansão da economia de mercado e seus efeitos sobre as populações locais.

4.1. A GRANDE TRANSFORMAÇÃO DA VELHA JACUNDÁ.

Como já foi afirmado, por trás do discurso desenvolvimentista do regime militar existia o interesse da expansão do capitalismo internacional e da consolidação de uma economia de mercado na região Amazônica. Em análise de Polanyi (2007, p.80-81) sobre o processo de criação da economia de mercado, o autor afirma que mudanças a uma economia de mercado pressupõe demandas importantes para a sociedade e suas relações: o lucro deve substituir à subsistência. A intermediação das relações sociais através do dinheiro / moeda é fundamental pelo qual, a maioria das transações, passam a ser o resultado de processos de compra e venda. Assim, formam-se, localmente, mercados de terra e de trabalho.

Uma marca de início da economia de mercado na região do Médio Rio Tocantins e, especificamente ao redor da Velha Jacundá, foi a mudança de “posse” da terra à “propriedade privada” através das políticas de colonização e ativação econômica da Amazônia, processo que mostrou claramente suas contradições, despreparo estatal e pouco interesse na população local nos processos indenizatórios efetuados pela Eletronorte aos atingidos pela implementação do Projeto Hidrelétrico Tucuruí (MAGALHÃES, 1996).

(...) foi todo planejado (o deslocamento para Arraias) os políticos, os grandes políticos começaram puxar para vila e nós ficamos abandonados lá pelos políticos, o que aconteceu foi isso. Houve um

³⁷ Traditional locals complained that now people needed cash in order to live adequately, whereas in the past they were more self-sufficient since they could gather, grow, or make most of what they needed. (...) Additionally, they were force to compete with each other and with multitudes of immigrants who flocked to the area for jobs. (HAMILTON, 1996, p. 370)

interesse em comum (dos políticos de Jacundá e dos políticos de Arraias). (ZULMIRA, 2017)

Era ditadura, né, falar, o que?! (O Nunes disse isso) era governo no tempo da ditadura, né, ele disse “você fazem o que for decidido aqui!” “Ah, mas nós vamos fazer a casa de vocês, vamos fazer o esgoto, vamos fazer, não sei o que lá, e blá, blá,” não fizeram nada, até hoje a cidade de Jacundá não teve registro de nada (ZULMIRA, 2018)

Ao contrário do senso comum que afirma que a expansão da economia de mercado é um processo natural dos próprios ciclos mercantis, Polanyi (2007, p. 105) explica que a criação e expansão da economia de mercado é o “efeito da administração no interior do corpo social de estimulantes enormemente artificiais a fim de responder a uma situação criada” (POLANYI, 2007, p. 105). A partir dessa perspectiva, o mercado de terra e trabalho não se autogerou na Amazônia como um resultado evolutivo natural das relações produtivas ou comerciais existentes, mas foi o resultado de ações artificiais geradas na administração pública estatal, no caso, pelo regime militar. O projeto Hidrelétrico Tucuruí e outros projetos industriais foram propulsores da expansão da economia de mercado na região. Um outro meio para isso foi deixar as populações “livres” frente às forças do mercado.

O expropriado vinha de lá sem dinheiro, ninguém tinha dinheiro, chegava aqui não tinha nada, não tinha como comprar o pão, como comprar nada na feira. Queria ganhar dinheiro, emprego ninguém tinha, era muito difícil para o povo porque a Eletronorte, um empresa do governo deveria estar para o melhoramento para nos [...] e, olha, a única vantagem que teve foi a energia, porque a energia é progresso. (MIRANDA, 2018)

Nesse ponto, a governamentalidade, explicada por Foucault (2005), permite aprofundar a compreensão de como as formas de controle que exerceu (e exerce) o Estado sobre a população e o território, foram convenientes a conformação de uma economia de mercado na região Amazônica, sob o modelo da administração econômica dos bens estatais (população e recursos naturais).

Em termos de Foucault (2005) a governamentalidade gera uma crescente administração e controle da vida da população, das suas relações, suas possibilidades de desenvolvimento laboral, de propriedade, de mobilização no território, etc. Uma mostra importante deste processo se manifesta numa expressão conhecida no discurso oficial dos militares da época “terra sem homens para homens sem terra”,

que mostra o exercício de poder de movimentar e planejar o deslocamento e ocupação de territórios, segundo as necessidades do Estado e não segundo os desejos ou necessidades dessas populações.

No caso da população da Velha Jacundá, eles foram deslocados, não segundo as suas necessidades ou desejos de reprodução social e econômica, senão por supostos acordos com políticos locais que geraram muitas expectativas de “progresso” porém, na verdade, se converteram em imposições sobre onde a população teria que ir morar, sem garantias no novo local.

[...] a pergunta foi, qual foi nossa expectativa na mudança, na transferência de lá para cá? Eu não sei os demais mas eu tinha 33 anos de idade. Mas como a gente vivia num lugar um pouco isolado [...] eu tinha uma expectativa boa. Eu esperava que ia ser muito melhor para nós. Era o que eu esperava. Só que, o doutor Luís Claudio foi várias vezes na nossa cidade, em reunião lá na prefeitura para dizer que iam construir as nossas casas, que iam fazer rede de esgoto, arborização, água tratada e que cada um de nós íamos ter 1.000 cruzeiros, na época, de salário durante um ano até a gente poder se habilitar, se acostumar no novo local. [...] construíram essas casas dizendo que era para dar pra cada um de nós. Depois eles mudaram totalmente, eles volveram a pagar o preço da casinha lá, dizendo “pelo menos do alagado o chapéu e vão correndo porque se esse dinheiro voltar para Brasília você não o vê mais nunca” tá entendendo? E aí o que acontece, essas casas, a Eletronorte passou para prefeitura e a prefeitura foi dar para os funcionários para poder trabalhar, tanto de lá de Jacundá como os dos outros de aqui também. Inclusive eu peguei uma casa. [...] e aí nós vimos para cá numa situação difícil. (ZULMIRA, 2018)

A procura pela obediência estrita dos mandatos estatais foi o que norteou o processo. Nesse contexto, as opções para os afetados pelo projeto Hidrelétrico Tucuruí eram “tome-o ou deixe-o”: aceite as condições que impõe o processo legal de deslocamento ou perca tudo.

[...] Nós sofremos no 74 a ditadura militar [...] nós estávamos na ditadura e nós não podíamos falar nada porque na ditadura militar, você não pode falar contra o militar. [...] essa mudança em Jacundá mudou para todos nós porque aquele tempo... hoje nós podemos falar ainda alto, pode esculhambar, brigar com a Eletronorte que era do governo federal. Naquela época, nós fizemos passeata na sede do município para não vir aqui, onde estamos hoje. Nós queríamos que fosse numa área separada, que ela desse tudo prontinho, tudo, tudo, para nós não ter dor de cabeça como os que temos hoje, porque hoje nós passa semanas sem ter água. Além de não ser tratada, mesmo vindo do rio, tem semanas que não tem água. [...] nós fizemos um movimento lá [...]

chegou lá e tal as quantas e diz “sou do governo do Pará ou de Nova York? Porque se eu pudesse morava em Nova York mas como não posso, então moro no Pará” assim foi como ele diz “você tem que ir lá para Arraias” que podia dizer? Nada, era a época da ditadura. Nem prefeito, nem vereador, ninguém falou nada. Então ai eles fizeram o que quiseram. (ROMÃO, 2018)

Essa forma de tratamento aos deslocados mostrou a pouca intenção do regime militar em estabelecer um processo de fala e escuta da população. Ao invés disso sinalizou o interesse estatal em impor a visão do desenvolvimento dominante fortemente atrelada à expansão liberal, de consolidação dos mercados e desenvolvimento industrial da região, marcado pela violência, nos moldes relatados por Polanyi (2000) ao descrever a Europa do século XVII:

Os senhores e os nobres estavam perturbando a ordem social, destruindo as leis e os costumes tradicionais, às vezes pela violência, às vezes por pressão e intimidação. Eles literalmente roubavam o pobre na sua parcela de terras comuns, demolindo casas que até então, por força de antigos costumes, os pobres consideravam como suas e de seus herdeiros. O tecido social estava sendo destruído; aldeias abandonadas e ruínas de moradias humanas testemunhavam a ferocidade da revolução, ameaçando as defesas do país, depredando suas cidades, dizimando sua população, transformando seu solo sobrecarregado em poeira, atormentando seu povo e transformando-o de homens e mulheres decentes numa malta de mendigos e ladrões. (POLANYI, 2000, p. 53)

O mesmo processo pode ser visto na região do Médio Rio Tocantins, na Amazônia brasileira, onde a concorrência pela propriedade da terra, desatada pelos planos do Estado, atacou diretamente às populações tradicionais (posseiros anteriores à intervenção estatal militar desenvolvimentista) que se viram a ter que enfrentar processos de grilagem de terras, despojo de seus locais de vivência e de aproveitamento de recursos, insegurança laboral, etc.

Quando Arraias começou povoar foi quando o padre Paulo e a Irmã Dorothy foi para lá, eu não os conhecia. Conhecia o padre Paulo, quando vim para ter essa conversa respeito da igreja. Mas quando eu vim morar em Jacundá, eu foi tirar uma identidade de uma fazenda muito longe, cinco irmãos, ai viajava, viajava, viajava... eu só sei que muito grande essa fazenda e a gente conseguiu chegar. Como chegamos? Tinha um igarapé que tinha que atravessar e lá a balsa estava do outro lado, estava cheio e nós ficamos do lado conversando ai eles disseram assim “eeh mas aqui foi muitas vezes que vimos gente com os pés para acima”. Pés para acima? Como pés para acima? Povo que vem trabalhar nas fazendas e quando o gerente acerta, tem um na

frente para matar e jogar dentro da água. Ai eu fiquei apavorada “meu deus que absurdo uma coisa dessa” coisa que eu não ia falar para lá, ne? Eu fiquei apavorada e falei “mas ninguém toma providência?” disseram “não, tem uma irmã e um padre que vivem lutando ai sobre isso” então o padre Paulo e a irmã Dorothy eles lutaram muito pelo povo lá que chegaram se apossaram das terras pensando que era livre, depois apareceu o dono dizendo que era dono e, as vezes, matava, tocava fogo, queria que pagassem indenização, eles estavam lá tentando consertar essa situação. Eles foram muito importantes, muito uteis e eu tive o prazer de conhecer a irmã Dorothy numa viagem para Belém. (ZULMIRA, 2018)

Ao serem deslocados à PA-150 os povoadores da Velha Jacundá tiveram que chegar numa nova cidade num contexto marcado por conflitos vinculados aos mercados de terra e trabalho que estavam-se consolidando. Dessa forma, seu deslocamento os colocou no meio desses conflitos, sem ter maiores garantias estatais para superá-los, já que a economia de mercado pressupõe indivíduos independentes. Nesse sentido o trabalho da igreja e do sindicato de trabalhadores rurais foram fundamentais para as famílias da Velha Jacundá.

[...] era muito bravo, morria gente todo dia matado... a violência, por causa de lote urbano, por causa de lote rural. Os padres vieram pra cá naquela época, o padre Paulinho e a irmã Dorothy que foi morta lá no Anapú. O que eles faziam? Pra dar apoio ao povo pobre agricultor [...] O dono da terra que eles acham e matavam. Muitos pais de família, muitos agricultores, foram mortos pelos pistoleiros e os proprietários de fazenda. E aqui o clima era pesado, ai a gente veio pra cá. (JOÃO, 2017)

Isso nos remete a Polanyi (2007), quando descreve o acontecido na Inglaterra do século XVII, sobre os abusos que ocorriam na zona rural com a implementação e crescimento da economia de mercado, na qual os camponeses eram quase forçados a se inserir. Processos semelhantes ocorrem no Brasil do século XX, como atesta o seguinte depoimento:

Era essa prática que era usada naquela época, assim, grandiosamente naquela região, né, ele soltava o gado dentro da tua roça acabava com tudo, te pressionava e se tu fosse pra cima eles ameaçava te matar. Eles compravam a terra a preço de banana como eles diziam na época, mas te tirava de lá... Por isso que muitos cresceram, tinha um lote de 10 depois se tornava de 100, 200 alqueires, sei lá quanto, tiravam o agricultor, o posseiro na época na base da pressão, na base da sacanagem. (RITA, 2017)

Assim, o capitalismo internacional avança na Amazônia através da ampliação das bases para uma economia de mercado e a implementação de grandes projetos, com processos institucionais que permitiram não só essa forma de economia, como também modificar as relações sociais pré-existentes.

Um tal padrão institucional não poderia funcionar a menos que a sociedade fosse subordinada, de alguma forma, às suas exigências. Uma economia de mercado só pode existir numa sociedade de mercado. Chegamos a esta conclusão, de uma maneira geral, em nossa análise do padrão de mercado. Podemos especificar agora as razões desta nossa afirmativa. Uma economia de mercado deve compreender todos os componentes da indústria, incluindo trabalho, terra e dinheiro. (Numa economia de mercado, este último é também um elemento essencial da vida industrial, e a sua inclusão no mecanismo de mercado acarretou, como veremos adiante, consequências institucionais de grande alcance.) Acontece, porém, que o trabalho e a terra nada mais são do que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem. Incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado. (POLANYI, 2000, p. 93)

A perda das relações sociais / comunitárias foi um resultado que não surpreende nesse contexto, já que a Velha Jacundá, tanto território quanto população, foram disponibilizados pelas políticas estatais para conformar os elementos desse planejamento: terras e trabalho como mercadorias, intermediadas as relações através do dinheiro, substituindo a subsistência pelo lucro. A vida da população mudou significativamente já que as novas formas de se aprovisionar de recursos para manter a vida (terra, alimento) foi a compra – venda, o salário.

Rapaz, a mudança de lá para cá, na realidade, que teve... a Eletronorte fez um caminhão de lixo e jogou nos aqui, está entendendo? Foi essa a realidade para nós, eu acho que todo mundo aqui concorda com isso. E esqueceu e não deu suporte nenhum para nós aqui. Quando cheguei para aqui acho tinha uns 5 -6 anos de idade, deu para botar comida em casa mas saia 5 horas da manhã para comprar pão, já ainda com essa idade para trabalhar com papai que não tinha emprego, mamãe também não tinha. Jogaram esse lixo todinho para cá e ficou ai. [...] Com 5 anos de idade, acordávamos 4 horas da manhã para poder comprar um pouquim de arroz, um pedassim de carne e um pouquim de feijão eu e meus irmãos porque ela não deu suporte, ela só jogou aqui. [...] outra coisa, lá talvez não era nem obrigado a fazer isso, talvez não porque meu pai tinha o motor dele que fazia os fretes, buscava castanha também um pouco e também tinha um comercio dele, minha mãe se virava vendendo no comercio, sabe? então nós não éramos obrigados a fazer isso nessa idade. Ai com essa idade que a gente já veio para cá foi obrigado, nós... ele não tinha emprego nem a mamãe também.

Depois que foi a melhorar, ele foi trabalhar [...] de motorista da senhora Bia. Ai minha mãe se empregou aqui de enfermeira na SESP e ai foi que melhorou mais. Mas se fosse pela Eletronorte, nos estava rodados, como tem muitos outros que nem emprego arrumou, nem aposentadoria porque ficou já de idade. (JÚLIO, 2018)

A ideia imposta era que não se tinha outra alternativa para contribuir com o desenvolvimento (próprio e nacional) que entregar a terra, sair dali e procurar um novo sustento. Inicialmente pensou-se que seria nas mesmas condições – com acesso a propriedade da terra – porém, finalmente, muitos tiveram que ser assalariados na nascente cidade formada ao redor da PA-150.

Essa emboscada de relações de concorrência nos mercados de terra e trabalho que foram se formando, que se mostravam como naturais para a população da Velha Jacundá, como um destino inexorável, em realidade respondiam ao contexto maior: a expansão das fronteiras do capitalismo.

4.2. BIOPOLÍTICA E POPULAÇÃO: AS AVALIAÇÕES DA EMPRESA ELETRONORTE NO PROJETO HIDRELÉTRICO TUCURUÍ.

A implementação do projeto Hidrelétrico Tucuruí produziu o deslocamento de milhares de pessoas de 4 municípios diferentes (COMISSÃO DAS BARRAGENS, 1994). São eles: Jacundá, Tucuruí, Itupiranga e Rondon de Pará.

Na Velha Jacundá, segundo depoimentos dos antigos moradores, foram deslocadas, aproximadamente, 700 famílias³⁸. A forma pela qual agiu a empresa pública Eletronorte, na execução do processo de deslocamento, permite registrar as técnicas empregadas para a identificação da população afetada, seus pertences e como foram contabilizados e coagidos a sair de seu local, obedecendo o planejamento estatal de despejo da zona para a construção da Hidrelétrica de Tucuruí.

A partir da década de 1970 o Estado ingressou na região fazendo avaliações das propriedades dos camponeses, neste caso, da Velha Jacundá, prometendo a chegada do progresso à região.

Deixa falar um pouco da história. Era a década de 70, chegaram pessoal estranho na cidade falando de – o progresso – o progresso ia chegar para aquela cidade. As pessoas sem saber “mas, o que é progresso? Não, não se incomode” chegou uma régua para medir “você vai já ter o

³⁸ FIRMO, 2018.

progresso. Só para marcar aqui quanto a água sobe e disso você vai ter um salariozinho”. O cara se empolgava e botava essa régua, ne? Voadeira de embarcação e falando que, no quintal, um pé de açaí valia um preço, quem tinha um pé de goiaba, se tinha pinto e eles iam comprar tudo. Daí o pessoal se perguntava “mais, e porquê? Não, o progresso”. [...] Eles não chegaram e disseram “vamos construir uma barragem” primeiro foi negociar para dizer da barragem. (MIRANDA, 2018)

Através do discurso de progresso para a região o governo colocou na pauta um tipo de verdade sobre a necessidade do desenvolvimento hidrelétrico que, junto com o desenvolvimento de projetos industriais como Grande Carajás, eram as melhores soluções para tirar do “subdesenvolvimento” à região. Em palavras de Radomsky (2015)

Justamente no âmbito de uma (bio)política inclusiva e que quer preservar a vida que a máquina do desenvolvimento pode agir enquanto dispositivo de atração e os argumentos liberais têm uma sutil participação nisto. Se a perspectiva do poder soberano colonial se ampara, como mostram Mignolo (1995) e Quijano (2000), em torno da diferença colonial irreduzível, o desenvolvimento é como um aparato de ligação em que se pode vislumbrar a superação das condições (subdesenvolvidas), assim uma forma de narrativa e prática que permitirá o sonho do desenvolvimento se tornar acessível aos povos do mundo. Provavelmente, e este mecanismo é sintomático, o sonho estará para todos, e não sua realização. Como bem mostrou De Vries (2007), a máquina do desenvolvimento coloca em movimento pulsões de desejo e ela só pode se tornar factível de sonho tendo em vista a “possível” e almejada realização. [...] Embora o biopoder seja uma forma diferente, ele não parece representar a dissolução dos mecanismos de sujeição. Operar pela aspiração e pelo desejo pode ser conveniente, normaliza-se ao distribuir e incluir, porém atualiza uma colonização não mais pelo terror, e sim pelo fechamento a possibilidades que estejam além do desenvolvimento. (RADOMSKY, 2015, p. 546)

Esse sonho estava presente nas expectativas da população da Velha Jacundá. Era o desejo do desenvolvimento, reforçado pelo discurso estatal, que fazia as pessoas, por momentos, acreditar que sua realidade seria melhor depois da implementação do projeto e de seu traslado para a nova cidade. Assim, o discurso de verdade sobre o desenvolvimento, que impulsionou o Estado, permitiu e facilitou as ações da Eletronorte no território. Ainda que, por vezes, existiram pessoas que duvidavam dos oferecimentos feitos pela empresa estatal, em geral a ideia do progresso chegando estava presente.

Uma parte de esperança, porque o pessoal da Eletronorte falava que o progresso tinha chegado, que um pé de açai ia custar tanto, só falavam de um progresso muito grande. Uns com muita revolta, de pegar e sequestrar o pessoal da Eletronorte e pedir dele mais informação, de prender alguma embarcação da Eletronorte. Eu lembro uma movimentação, um a favor, um a contra e muitos querendo uma vida nova. Outros não, outros querendo permanecer ali. Outros sonhando. Eu era criança e sonhava. No meu sonho chegando em Marabá, aquela cidade cheia de luz, no porto, embarcações, então eu sonhava com isso. No meu sonho eu vejo isso, ver a esperança nova mas como, eu acredito que todos meus conterrâneos, acho que tiveram uma decepção da sua realidade fora de seu meio, fora daquela vivencia que tinham lá. Porque? estavam com fome. (MIRANDA, 2018)

Porém, na medida em que as expectativas do desenvolvimento não se cumpriram, o processo de avaliações econômicas das pertences da população da Velha Jacundá se fez de forma autoritária. Em relato de campo, a ideia da violência exercida pela empresa Eletronorte, em representação do Estado, se reafirma:

Aí veio os engenheiro, o pessoal do governo fazer levantamento de todas as propriedades rural urbano... fez o levantamento e tinha um prazo pra pessoas sair porque realmente ia inundar tudo não tinha aonde ficar, aí foi uma tristeza, um desassossego, todo mundo saindo, uns pra um lugar, outros pra outros. E ...em 76, 77, o projeto da abertura da estrada PA 150, com abertura dessa estrada, veio os grileiros marcando terra, com aquela ganância por terra... [...] Foi...é...o engenheiro vinha com máquina fotográfica, e caderno.. Anotando o nome da gente, tirando foto da gente, e tudo... da casa da gente. (JOÃO, 2018)

Num outro depoimento:

[...] e quando foi um certo dia chegou uma equipe da Eletronorte... chegou uma equipe dizendo que ia construir a barragem, andaram por lá tudo, pesquisaram, dizerem que esse projeto era pra cachoeira de Capitaricarua. Mas tinha um deputado, que disseram que ele tinha conseguido puxar mais pra lá, mais próximo de Tucuruí, essa barragem, pro rumo de Tucuruí... Então realmente foi feito pra lá... quando saiu esse projeto todo mundo ficou preocupado, porque naquela época tinha o trafego de castanha, da extração de castanha, os barcos dos castanheiros que pegavam castanha daqui de Marabá, levava pra Tucuruí, de Tucuruí pra Belém. E tinha um piloto que dizia assim: "- Aaah, eu duvido muito, que vão conseguir fazer uma barragem cortado esse rio, represando esse rio aqui, eu acho muito difícil... só quando eu ver. Ai eu dizia, né: "olha, mas quem estuda sempre sabe, né??! Se eles vão fazer é porque estão preparados pra isso. E ele só acreditou depois que viu a construção da barragem. E todo mundo ficou preocupado e tudo, né, mas ai começou chegar movimento, em 75, em 76, 77 quando começou a chegar maquinário para Tucuruí pra fazer a barragem.

Minha mãe adoeceu na época e morreu em 75. E minha mãe dizia assim: “Aaah, minha filha eu vou morrer duas vezes...vou morrer, vocês vão me enterrar, depois a água vem me inundar e eu torno a morrer.” ela falava assim brincando. (ZULMIRA, 2017)

Em termos de Foucault (1979) esse exercício do controle populacional com a contagem detalhada de pessoas e pertences, realizado pela empresa pública Eletronorte, seria uma das faces da biopolítica³⁹ que poderíamos considerar ser um estágio posterior ao poder disciplinar, exercido pelo Estado sobre as pessoas.

Concretamente, esse poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII, em duas formas principais; que não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois polos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações. Um dos polos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos — tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. [...] A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida. Desenvolvimento rápido, no decorrer da época clássica, das disciplinas diversas — escolas, colégios, casernas, ateliês; aparecimento, também, no terreno das práticas políticas e observações econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração; explosão, portanto, de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações. (FOUCAULT, 1997, p. 131)

Nesse contexto de exercício da biopolítica, as intervenções do Estado se manifestou por uma percepção estatal sobre as comunidades assentadas no Médio Tocantins em que estas não foram consideradas como comunidades extrativistas

³⁹ Nesta dissertação se segue as reflexões de Castro-Gomez (2015: 54) que adverte sobre a mudança no pensamento de Foucault a respeito da biopolítica e da governamentalidade sendo que, num primeiro momento, Foucault analisa a biopolítica e, depois, afirma que a governamentalidade é a possibilidade de realização da biopolítica: o governo das pessoas. Assim, governamentalidade e biopolítica são conceitos inseparáveis. Considerar isso nos seguintes diálogos conceituais que se realizam nesta dissertação com Agamben (2002) já que ele só considera o conceito de biopolítica de Foucault, mas não faz uso do conceito de governamentalidade.

dependentes das florestas e do rio senão população, indivíduos, atingidos a serem manejados e indenizados. Nessa concepção, bastaria a aplicação das regras jurídicas e indenizações econômicas que seriam suficientes para a reconstrução da vida em qualquer outro local.

Os levantamentos preparatórios ao enchimento dos reservatórios privilegiam, em geral, as variáveis jurídico-formais, já que o objetivo é o de 'liberar a área' e a única relação social que limita a apropriação dessa área pela empresa concessionária é a relação de propriedade jurídica sobre a terra, considerada como mercadoria. (ACSELRAD, 1991, p. 67)

A vida ligada ao uso dos bens comuns, aproveitados tradicionalmente na região e especificamente na Velha Jacundá, estava sendo quebrada estruturalmente através da apropriação – privatização da terra, juridicamente aceitas como legal.

Interessa sugerir que esta possibilidade recoloca perguntas em torno de programas de ação/intervenção sobre a sociedade para indagar se desenvolvimento é expansão do bem-estar ou, inversamente, um conjunto heterogêneo de intervenções de impulso modernizante – geralmente de lócus estatal, porém não exclusivamente – sobre a vida das pessoas e, por efeito, segue-se um ordenamento de poder/violência juridicamente aceito (mesmo que a intenção seja inclusiva). (RADOMSKY, 2015, p. 541)

Segundo Acselrad (1991)

A área inundável é, assim, concebida como espaço da propriedade privada, e não de relações socioculturais diversificadas: desapropriam-se e indenizam-se os bens mas não se considera o universo não mercantil da natureza e dos modos de vida. Paga-se regamente a propriedade fundiária improdutiva e especulativa, ao mesmo tempo que se expropriam as lavouras de camponeses sem título de propriedade das terras que ocupam. (ACSELRAD, 1991, p. 58)

Pouco a pouco, os moradores iam percebendo a redução que o Estado fazia em suas condições de vida:

Aquelas pessoas que tinham a demarcação da terra, tinham título, recebeu mais. Aquelas pessoas que tinham rocinha, a Eletronorte pagou, a traves de um documento “um processo” daquela rocinha devoluta. E, o povo viu que a Eletronorte fazia o pagamento mas foi fazer barraquinho, desmatar ali e fazer uma rocinha, com o negócio da Eletronorte, porque tudo era devoluto. Praticamente segundo o INCRA, toda essa região era devoluto, não tinha documentação nenhuma. Mas

tinha demarcação, o cara dizia assim “não aqui é meu, daqui é meu, dali é de fulano, dali de sicrano. (MIRANDA, 2018).

E ainda:

Essa destruição de as relações familiares, afetivas, de amigos, de parentes, enfim, donde sai cada um de seu lugar, isso não tem dinheiro... pagar indenização de aquilo que é produtivo, da tua casa que você perdeu, resolve o problema? Não resolve. A questão cultural, todos esses laços que são perdidos não tem dinheiro que pague. Tem, além de mim, quantas pessoas não tem que os pais ficou enterrado debaixo das aguas onde era Jacundá. (ALUÍSIO, 2018)

Mas, por quê estes homens foram considerados sujeitos de intervenção no marco de implementação do projeto hidrelétrico Tucuruí? A primeira e mais evidente razão é por serem afetados diretamente pelos impactos desse projeto. Porém, na forma que foram implementadas as intervenções da empresa pública Eletronorte sobre a população pode se entrever o exercício de técnicas específicas de controle governamental orientado pela biopolítica. Foucault (1979, 2005) explica o aparecimento da noção de “população” como o objeto sob o qual o governo exercerá o controle ou a biopolítica:

É um novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável. É a noção de "população" A biopolítica lida com a população, e a população, como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder, acho que aparece nesse momento. [...] A biopolítica vai se dirigir, em suma, aos acontecimentos aleatórios que ocorrem numa população considerada em sua duração. (FOUCAULT, 2005, p. 292)

[...] a população aparecerá como o objetivo final do governo. Pois qual pode ser o objetivo do governo? Não certamente governar, mas melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde, etc. E quais são os instrumentos que o governo utilizará para alcançar estes fins, que em certo sentido são imanentes à população? Campanhas, através das quais se age diretamente sobre a população, e técnicas que vão agir indiretamente sobre ela e que permitirão aumentar, sem que as pessoas se deem conta, a taxa de natalidade ou dirigir para uma determinada região ou para uma determinada atividade os fluxos de população, etc. A população aparece, portanto, mais como fim e instrumento do governo que como força do soberano; a população aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo; como consciente, frente ao governo, daquilo que ela quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça. O interesse individual – como consciência de cada indivíduo constituinte da população – e o interesse

geral – como interesse da população, quaisquer que sejam os interesses e as aspirações individuais daqueles que a compõem – constituem o alvo e o instrumento fundamental do governo da população. (FOUCAULT, 1979, p. 170).

Essa população, controlada no contexto de uma ditadura militar, terá menores possibilidades de falar frente à autoridade, de forma que o exercício da soberania estatal se cumpra mais facilmente:

Agora deixa eu falar, quando nós víamos que nós estávamos perdendo pra Eletronorte, que eles vinham e prometiam em dar a nossas casas, as nossas terras e não deram, nada! Chegou e disse assim “oh, como colocando uma faca” Ou é isso ou então vai perder total! Sua casa vale tanto, sua terra vale tanto, e do chapéu pelo menos o alagado meu amigo, ou você aceita isso aqui, ou vai voltar pra Brasília e você não vai receber, nada” e no tempo da ditadura que era complicado né, e ficou todo mundo naquela situação, e eles negociavam do jeito que eles quiseram. (ZULMIRA, 2018)

A partir das reflexões de Foucault sobre a biopolítica e a governamentalidade (1979; 2005), Agamben (2010) acrescenta um elemento importante para a compreensão da operação do poder estatal. O autor analisa que a população (em termos foucaultianos) se compõe de pessoas sujeitas ao controle estatal na sua vida natural (*zôe*), e não simplesmente na vida política (*bios*)⁴⁰.

Não é possível compreender o desenvolvimento ou a vocação nacional e biopolítica do Estado moderno nos séculos XIX e XX, se esquecermos que na sua base não está o homem como sujeito livre e consciente, mas, acima de tudo, sua vida nua, o simples nascimento que, na passagem do sujeito para o cidadão, é investido como tal com o princípio da soberania. A ficção implícita aqui é que o nascimento se torna imediatamente uma nação, de modo que não pode haver separação entre os dois termos. Os direitos são atribuídos ao homem (ou surgem dele) apenas na medida em que o próprio homem é o

⁴⁰ Os gregos não possuíam um termo único para exprimir o que nós queremos dizer com a palavra vida. Serviam-se de dois termos, semântica e morfológicamente distintos, ainda que reportáveis a um étimo comum: *zoe*, que exprimia o simples fato de viver comum a todos os seres vivos (animais, homens ou deuses) e *bios*, que indicava a forma ou maneira de viver própria de um indivíduo ou de um grupo. Quando Platão, no *Filebo*, menciona três gêneros de vida e Aristóteles, na *Ethica nicomachea*, distingue a vida contemplativa do filósofo (*bios theoreticos*) da vida de prazer (*bíos apolausticos*) e da vida política (*bíos politicós*), eles jamais poderiam ter empregado o termo *zoe* (que, significativamente, em grego carece de plural) pelo simples fato de que para ambos não estava em questão de modo algum a simples vida natural, mas uma vida qualificada, um modo particular de vida. (...) falar de uma *zoe politike* dos cidadãos de Atenas não teria feito sentido. (...) A simples vida natural e, porém, excluída, no mundo clássico, da *pólis* propriamente dita e resta firmemente confinada, como mera vida reprodutiva, ao âmbito do *oikos*. (AGAMBEN, 2002, p. 10).

fundamento, que desaparece imediatamente (e nunca deve vir à luz) do cidadão. (AGAMBEN, 2002, p. 163, tradução nossa)⁴¹

A especificidade da reflexão de Agamben (2002) é relevante porque permite distinguir duas questões: primeiro, os sujeitos – a população – compõem o espaço de controle do governo de forma não consciente, consensual, na medida em que o nascimento é o elemento determinante para o pertencimento ao Estado nação e o imediato aparecimento do cidadão; segundo, que a vida da população, a partir do nascimento, é totalmente aprisionada ao exercício do governo político e fica à mercê dele⁴².

Por outro lado, no entanto, a vida natural que, ao inaugurar a biopolítica da modernidade é assim colocada na base da ordem normativa, desaparece imediatamente na figura do cidadão, na qual os direitos são conservados. E precisamente porque a declaração inscreve o elemento de nascimento no coração da comunidade política, a declaração pode atribuir soberania à nação. A nação, que etimologicamente deriva de nascere, fecha assim o círculo aberto pelo nascimento do homem. (AGAMBEN, 2010, p. 162, tradução nossa)⁴³

Se Foucault permite compreender como a biopolítica, ou a governamentalidade, age sobre as vidas da população no sentido de fazer viver ou deixar morrer, o desenvolvimento conceitual de Agamben permite uma especificação desse pensamento: quais são aqueles que o Estado faz viver ou deixa morrer: quem são os politicamente (i)relevantes?

Se o soberano, tão logo decide o estado de exceção, sempre teve o poder de decidir que vida pode ser morta sem cometer homicídio, na época da biopolítica esse poder tende a emancipar-se do estado de

⁴¹ No es posible comprender el desarrollo ni la vocación nacional y biopolítica del Estado moderno en los siglos XIX y XX, si se olvida que en su base no está el hombre como sujeto libre y consciente, sino, sobre todo, su nuda vida, el simple nacimiento que, en el paso del súbdito al ciudadano, es investida como tal con el principio de la soberanía. La ficción implícita aquí es que el nacimiento se haga inmediatamente nación, de modo que entre los dos términos no pueda existir separación alguna. Los derechos son atribuidos al hombre (o surgen de él) solo en la medida en que el hombre mismo es el fundamento, que se desvanece inmediatamente (y que incluso no debe nunca salir a la luz) del ciudadano. (AGAMBEN, 2010, p. 163)

⁴² Mas o poder, em termos Foucaultianos (1997) ao ser relacional, também permitirá a resistência. Isso será explorado no seguinte capítulo.

⁴³ Por otra parte, no obstante, la vida natural que, al inaugurar la biopolítica de la modernidad es situada así en la base del orden normativo, se desvanece de inmediato en la figura del ciudadano, en el que los derechos son conservados. Y justamente porque la declaración inscribe el elemento del nacimiento en el corazón mismo de la comunidad política, la declaración puede atribuir la soberanía a la nación. La nación, que etimológicamente deriva de nascere, cierra de esta forma el círculo abierto por el nacimiento del hombre. (AGAMBEN, 2010, 162)

emergência e tornar-se o poder de decidir sobre o momento em que a vida deixa de ser politicamente relevante. (...) A vida que, por meio das declarações de direitos, foi investida como tal com o princípio da soberania, passa a ser o lugar de uma decisão soberana. (AGAMBEN, 2010, p. 180, tradução nossa)⁴⁴

O transito dos camponeses-ribeirinhos da região, há uma situação de serem percebidos como indivíduos subdesenvolvidos é o que os classificou como aqueles politicamente irrelevantes, aqueles que podiam ser sacrificados na procura do bem da nação, fazendo que fossem eles os que tinham que se amoldar às novas condições sob o argumento de “se modernizarem”. Neste sentido, Hamilton (1996) traz à discussão o efeito, em geral, que o desenvolvimento gera na vida das populações camponesas, o que parece se aplicar ao caso do deslocamento dos atingidos pelo Projeto Hidrelétrico Tucuruí.

Aquelas populações que são desenvolvidas ou deslocadas geralmente perdem aspetos importantes de suas culturas, especialmente aqueles que fazem eles autônomos e possibilitam prover-se a se mesmos. (...) As estratégias econômicas estão intrinsecamente ligadas ao ambiente físico e, frequentemente, as pessoas encontram novas regras que fazem-as incapazes de obter os recursos que eles facilmente obtinham sob o velho regime. Eles podem ser introduzidos em novas atividades econômicas que requeiram diferentes interações com o ambiente, o qual será permanentemente alterado. Frequentemente desenvolvimento significa uma mudança desde formas de produção não capitalistas para formas de produção capitalista e, em este processo, muitas pessoas podem perder acesso aos meios de produção. Este processo tem um profundo impacto sobre as estratégias econômicas das pessoas e, assim, sobre seus padrões de vida. (HAMILTON, 1996, p. 362, tradução nossa)⁴⁵

⁴⁴ Si el soberano, en cuanto decide sobre el estado de excepción, ha dispuesto desde siempre del poder de decidir cuál es la vida a la que puede darse muerte sin cometer homicidio, en la época de la biopolítica este poder tiende a emanciparse del estado de excepción y a convertirse en el poder de decidir sobre el momento en que la vida deja de ser políticamente relevante. (...) La vida que, por medio de las declaraciones de derechos, había sido investida como tal con el principio de soberanía, pasa a ser ahora ella misma el lugar de una decisión soberana. (AGAMBEN, 2010, p. 180)

⁴⁵ (...) Those populations that are developed or resettled often lose important aspects of their cultures, especially those which make them autonomous and able to provide for themselves. (...) Economic strategies are intrinsically tied to the physical environment, and often people encounter new rules that make them unable to obtain the resources that they easily acquired under the old regime. They may be introduced to new economic activities that require different interactions with the environment, and which may permanently alter it. Often, development means a change from non-capitalist forms of production to capitalist ones, and in this process many people may lose access to the means of production. This process has a profound impact upon people's economic strategies and thus, standard of living. (HAMILTON, 1996, p. 362)

As ações da empresa pública Eletronorte podem ser interpretadas como uma forma de discriminação sobre quem era politicamente relevante para o Estado nesse momento. Enquanto as grandes propriedades eram renegociadas e indenizadas, as propriedades dos camponeses eram pagas com valores irrisórios e eles eram expulsos, nas piores condições, das suas terras.

4.3. O “MOINHO SATÂNICO”: A IMPOSIÇÃO DA ELETRONORTE NA VELHA JACUNDÁ

As intervenções da empresa pública Eletronorte são o reflexo da forma de governmentação que o Estado impôs sobre as populações do Médio Rio Tocantins, especificamente, na Velha Jacundá, caracterizada por uma administração do público perpassada por formas de administração econômica⁴⁶. Isto quer dizer que as populações e o território são entendidos como bens a serem administrados pelo qual podem ser alagados, removidos, remanejados, comprados, etc.

Para a execução dessa forma de funcionamento estatal, em paralelo, precisa-se de um espaço “imaginário” que permita o fluxo e intercâmbio desses bens, agora mercantilizados. No caso do projeto hidrelétrico Tucuruí, o crescimento da economia de mercado na região foi conivente com o processo desenvolvimentista do regime militar e vice-versa. Seguindo Polanyi (2007), a mudança à economia de mercado implica que as relações sociais se encaixam em relações econômicas, quebrando outras formas anteriores de sociabilidade e de relação com o território:

Por outro lado, o padrão de mercado, relacionando-se a um motivo peculiar próprio, o motivo da barganha ou da permuta, é capaz de criar uma instituição específica, a saber, o mercado. Em última instância, é por isto que o controle do sistema econômico pelo mercado é

⁴⁶ Governar um Estado significará, portanto, estabelecer a economia ao nível geral do Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle tão atenta quanto a do pai de família. Uma expressão importante no século XVIII caracteriza bem tudo isto: Quesnay fala de um bom governo como de um ‘governo econômico’. E se Quesnay fala de governo econômico – que no fundo é uma noção tautológica, visto que a arte de governar é precisamente a arte de exercer o poder segundo o modelo da economia – é porque a palavra economia, por razões que procurarei explicitar, já começa a adquirir seu sentido moderno e porque neste momento se começa a considerar que é da própria essência do governo ter por objetivo principal o que hoje chamamos de economia. A palavra economia designava no século XVI uma forma de governo; no século XVIII, designará um nível de realidade, um campo de intervenção do governo através de uma série de processos complexos absolutamente capitais para nossa história. Eis portanto o que significa governar e ser governado. (FOUCAULT, 1979, p. 166)

consequência fundamental para toda a organização da sociedade: significa, nada menos, dirigir a sociedade como se fosse um acessório do mercado. Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico. A importância vital do fator econômico para a existência da sociedade antecede qualquer outro resultado. Desta vez, o sistema econômico é organizado em instituições separadas, baseado em motivos específicos e concedendo um status especial. A sociedade tem que ser modelada de maneira tal a permitir que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis. (POLANYI, 2000, p. 77)

O regime militar, nas suas ações de avanço desenvolvimentista na Amazônia, entre elas a implementação do Projeto Hidrelétrico Tucuruí, expandiu sobremaneira o ingresso da economia de mercado na Amazônia, agindo tanto na administração pública como no controle sobre a população local. Além dos discursos políticos do momento, que chamavam à população para o compromisso com o desenvolvimento, e das promessas feitas nas reuniões públicas, o que realmente acontecia cotidianamente era o levantamento e cadastro das posses, das pessoas e a negociação econômica sobre os seus pertences. Havia também restrições legais para que continuassem culturas e novas construções. A ordem é para que, uma vez finalizado o cadastro e indenização, as pessoas saíssem do local o mais rápido possível. Segundo Magalhães (1996)

[...] durante a realização do 'levantamento' das benfeitorias a serem indenizadas, em 1978, os técnicos que procediam a este levantamento avisaram que a indenização seria paga com base nos dados cadastrados naquele momento; e, que os colonos deveriam colher os seus produtos, não reiniciar o plantio e aguardar a transferência que seria realizada imediatamente, isto é, até o início de 1979. A maior parte deste cadastramento foi realizada durante o segundo semestre de 1978, época em que os colonos iniciam o calendário agrícola. Como havia a proibição de que os colonos efetuassem novos plantios, os colonos que costumavam fazer suas 'roças grandes' que permitiam atravessar o 'inverno' e 'passar o verão', conforme vimos, redefiniam o cálculo e fizeram 'roças pequenas'; suspenderam o cultivo de mandioca e de banana, alguns dos mais tradicionais entre eles, e, de acordo com as suas próprias palavras - 'fomos para a castanha'. (MAGALHÃES, 1996, p. 732)

Persiste, até nos dias de hoje, a memória dos antigos habitantes da Velha Jacundá, junto com o sentimento de terem sido forçados a sair da sua cidade. Mesmo que isso fosse feito através de um processo de indenização (nem todos o foram), o

fato de que a empresa não tenha garantido local e condições apropriadas para saírem, restou, para muitos, uma forte condição de insegurança.

Com isso, quando a ELETRONORTE resolveu, é, cadastrar as famílias pra saírem de seus lotes de origem lá na cidade, muita gente não queria se cadastrar pra registrar que iam ser expropriados, eles não queriam abandonar tudo que tinham feito, a ELETRONORTE não pagava na hora, e ela já cadastrava e dizia, tu tem tantos dias pra sair daqui, sim, falando em cima do que ouvi de depoimentos de pessoas, quando eu comecei a entrar nesse setor, né. Cadastrava a família e dizia: tu tem 30 dias pra sair, ou: tu tem que sair hoje. Enfim, as pessoas saíam desesperadas sem saber pra onde ir porque eles não trabalharam previamente, tipo, numa vila, num lugar onde eles pudessem tá vindo. A princípio eles foram uma parte, cadastrou, né, e mandavam vazar. Foi gente embora pra Marabá, gente embora pra tudo que foi canto. (RITA, 2017)

Era como se, além das propostas e diálogos políticos do desenvolvimento que o Estado mantinha com a população, uma maquinaria silenciosa se mantivesse em operação, estabelecendo o mecanismo de troca de mercado na região: a compra e venda de terras, pertences, culturas, etc. que traziam profundas modificações nas relações sociais e nas formas de organização do território. Gerou-se, assim, a mudança do foco de relacionamento social na “tradição”, na “posse” da terra, na comunidade, para o mercado, proprietários individuais e intercâmbios mercantis.

Esta forma de intervenção impediu, desde o início, as possibilidades dos camponeses da região para que se preparassem à todas as mudanças que viriam atreladas ao suposto desenvolvimento, já que eles mesmos desconheciam os desdobramentos dessa intervenção.

[...] contaram mas não contaram o que ia acontecer ...bem, contaram que o governo federal ia fazer uma usina hidrelétrica no rio Tocantins e que possivelmente ia alagar Jacundá , mas que ninguém se preocupasse porque o governo ia indenizar todos os direitos e dar outra casa, moradia para os expropriados... e o governo baixou a portaria, o decreto proibindo todo mundo, tanto da cidade como na zona rural, não podia botar roça , não podia plantar nada para não aumentar o direito para o governo pagar. As casas também não era pra reformar, fazer nada porque daquela dada em diante o governo não ia indenizar as benfeitorias em nada. (JOÃO, 2018)

Eles não chegaram e disseram ‘vamos construir uma barragem’ primeiro foi negociar para dizer da barragem. Não contaram o que seria a barragem, que ia a alagar tudo, que o pessoal ia perder tudo, certo? Como tirassem dali para colocar em outro lugar, como iam viver. Simplesmente, comprando ‘oh, esse barraquinho aqui, esse pé vale

tanto' Ai o cara se empolgava com o dinheiro, ne? Porque o dinheiro só entrava na safra da castanha. [...] A castanha, o cara ia, catava seus ouriços e era bem próxima da véspera do festejo da nossa senhora do perpetuo socorro, aonde corria o dinherin da cidade. Daí nem faltava era o peixinho com a farinha, a caldeirada, um pirão de peixe e ia embora, feliz. (MIRANDA, 2018)

Permanece, na memória social da população da Velha Jacundá, a percepção de que não foi dita toda a verdade para eles no momento da negociação para a implementação do projeto hidrelétrico Tucuruí. O Estado, por intermédio da Eletronorte difundia um discurso de verdade sobre o desenvolvimento que fazia crescer as expectativas da população sobre o que iria acontecer depois do projeto. Ao impulsionar o desejo de desenvolvimento na população as expectativas sobre o que ia fazer o Estado cresceram, mas, pouco a pouco a população compreendeu que os oferecimentos mudavam toda vez e que, dificilmente, seriam cumpridos.

E aí começaram a chegar os funcionários da Eletronorte dizendo que ia construir uma nova cidade pra nós, com tudo que a gente precisava, ia construir essas novas casas. [...] eles disseram que iam construir nossas casas, a minha no entanto não foi construída. Quando foi em 79... Sempre eles iam lá na prefeitura fazer reunião; Dr. Luís Claudio da Eletronorte, ia reunia com o povo lá na prefeitura e dizia 'Olha, não se preocupe!' Todo mundo preocupado, preocupado! Com o nosso destino, pra onde nós iríamos, né, o que ia acontecer com a gente. [...] 'Não, pode ficar sossegado que nós vamos construir a cidade de vocês, vocês vão ter casas, vai ser arborizada, com rede de esgoto; quando vocês saírem daqui vocês vai ter um período de salário até vocês se ambientarem com a nova cidade e tal'. E com isso a gente acreditava, mas foi indo, conversando, conversando com povo, tinha gente que já discutia com ele lá, via-se muito furo na conversa. [...] Era ditadura, né, falar, o que?! (O Alacide Nunes disse isso) era governo no tempo da ditadura, né, ele disse "vocês fazem o que for decidido aqui! 'Ah, mas nós vamos fazer a casa de vocês, vamos fazer o esgoto, vamos fazer, não sei o que lá, e blá, blá' não fizeram nada, até hoje a cidade de Jacundá não teve registro de nada, por um parte, depois que nós vimos pra cá (ZULMIRA, 2018)

Mais de 30 anos depois, os povoadores da Velha Jacundá não sabem se realmente o que viveram foi desenvolvimento e continuam na ambivalência entre o sonho que tinham e o moinho que chegou nas suas vidas para mudar tudo, colocando-os frente à dura realidade que vivem nos dias atuais. No momento da implementação do projeto hidrelétrico, o discurso do desenvolvimento se convertia numa "salvação" das privações em que vivia a população no que se referia aos serviços públicos e de

garantia sobre a propriedade das terras em que produziam e reproduziam suas formas de vida. Por esse motivo, a maioria não se opunha ao projeto.

Que eu saiba não, manifesto assim, contra, que eu saiba não. Houve manifesto contra Eletronorte pela indenização, pelos nossos direitos que a Eletronorte nunca pagou, até hoje deve para nos muitos direitos, coisas que não foram pagas. Assim foi feito muito movimento contra a Eletronorte, mas para que não houvesse a barragem, a usina não houve, porque todo mundo estava otimista, porque, por causa da luz que é progresso?! e a gente vivia numa situação difícil é a conversa dele com a luz, vem tudo, vem indústria, vem tudo e era o que o povo queria. (JOÃO, 2017)

O Estado se colocou como o ator que faria possível a diminuição das desigualdades e inseguranças da região e traria o progresso. Magalhães (1992) se refere ao discurso desenvolvimentista com respeito ao setor elétrico e revela o papel primordial que o regime militar se imputava de ser ele mesmo, o ator protagonista – controlador – do desenvolvimento da região, ainda que esta já fosse constituída com suas próprias dinâmicas:

Uma das justificativas acionadas pelo setor elétrico para a produção de um discurso de legitimação de suas intervenções é o reduzido nível de desenvolvimento socioeconômico da região onde se localiza o empreendimento hidrelétrico [...] Concepção, ademais, eivada por uma visão de um Estado redentor e protagonista do desenvolvimento. (MAGALHÃES, 1992, p. 27)

De forma contrária ao que se dizia publicamente, as intervenções estatais ordenariam os espaços produtivos para a população camponesa. Martins (Apud PEREIRA, 2013) demonstra que a expansão do planejamento do governo militar na Amazônia aprofundou a base para os conflitos por terra na região e manteve uma estrutura fundiária conveniente para a expansão de capital (como também anotado por Bunker (1984)).

José de Souza Martins, em *Expropriação e Violência*, sustenta que os conflitos pela posse da terra ocorridos nas décadas de 1970 e 1980, na Amazônia, foram em razão da expropriação e expulsão dos posseiros por grandes empresas privadas do Centro-Sul do País. Esse processo foi por ele denominado de superposição da frente pioneira sobre a frente de expansão. Para ele, um movimento essencialmente empresarial e capitalista de ocupação do território (a frente pioneira) – a grande fazenda, o banco, a casa de comércio, a ferrovia, o juiz, o cartório, o Estado, etc., – passou a expulsar e expropriar os trabalhadores rurais

que há muito tempo ocupavam terras devolutas – os posseiros (a frente de expansão). Esses trabalhadores, segundo ele, sobreviviam de uma economia de base familiar e não possuíam nenhum documento que legitimasse a sua posse da terra (PEREIRA, 2013, p. 30).

Na prática, o Estado gerou as condições para que as desigualdades, e com elas, as estruturas coloniais, se perpetuassem, alijando dos benefícios reais a maioria da população. Indagados sobre os efeitos do desenvolvimento, antigos moradores respondem:

Entrevistador: - O senhor acha que era necessário ter inundado, ter construído a hidrelétrica, era necessário? Entrevistado: Por uma parte era, né, porque o desenvolvimento que trouxe a hidrelétrica, a luz, foi muito grande. Talvez a gente vivia ainda aquela vidazinha precária, insegura, sem as qualidades de vida que o brasileiro precisa ter, né... porque a gente adoecia, morria. Não tinha como chegar no médico. Muitas as vezes as pessoas saiam de Jacundá, morria antes de chegar em Marabá, porque o nosso ponto de referência de tudo, era Marabá. Mas quando começou Jacundá, nossa comarca de tudo era Baião, depois através de um abaixo assinado do povo... depois da criação do município de Marabá, 1913, aí passou a assistência para Marabá, depois passou pra Tucuruí, depois à pouco tempo, criou-se a comarca de Jacundá. (JOÃO, 2017)

Entrevistador: - Mas a senhora acha que foi o desenvolvimento que aconteceu? Entrevistado: - Eu nem sei se foi... estou tão confusa né. É tão difícil pra gente até imaginar, será que foi o desenvolvimento? Porque a gente ver tanto sofrimento mesmo com esse desenvolvimento que eles têm, tanta gente sofrendo; muita dificuldade, muita luta. Eu sei que a nossa vida, foi uma vida muito sofrida com essa mudança de lá pra cá, eu não quero dizer lá também, a gente não sentia a necessidade da educação, de transporte, a gente precisava também, e depois da construção da estrada Belém-Brasília, diminuiu, diminuiu muito. Então Jacundá ficou uma cidade assim, isolada, só ia lá, quem tinha negócio. (ZULMIRA, 2017)

Contudo, a maior demonstração de força do Estado exercida sobre a vida das pessoas, já estava, em princípio, e por imposição, no resultado final: o fato é que tudo iria-se inundar e, se não saíssem, morreriam afogados.

Vamos sair para não morrer afogados, eu digo isso e não é história não, a minha família que vivia numa localidade chamada de Jatobal saiu assim. [...] tiveram que desmanchar a casa, pegar animais e não foi a única minha família, foram muitas. (ALUÍSIO, 2018)

[...] as pessoas foram saindo porquanto ou saía ou morria afogado lá. [...] Minha avó conta das memórias dele que era um processo de violência mesmo, aos da Eletronorte eles chamavam de Eletromorte

inclusive, eles falavam “você sai o morre afogado. Os próprios agentes da empresa diziam isso. (ALÍSIO, 2018)

Porque os expropriados é aqueles que ela foi (a Eletronorte) na casa de cada um e disse: ‘ó, tu tem tantos dias pra sair daqui porque no futuro as águas vão encher, esse lote vai pro fundo’ [...] Aqueles que saíram pela ameaça, pelo medo ou alguma coisa assim, porque tem muita gente que tem medo e vai logo embora, abandona tudo. (RITA, 2017)

E assim é que foi o perigo e a pressão da data de saída porque senão ia morrer afogado. [...] ali os expropriados com essa agonia ‘donde é que nós vamos?’ ‘Quando vamos sair’ e muitos que tinham melhores condições, começaram se dispersar. Uns estão em Tucuruí, outros estão em Marabá, outro estão cá, outros estão em Belem. Os que tinham condição saiu e os que não tinham condição, ficou esperando. Até que chegou o dia que tinha que sair tudo mundo. E, a empresa, [...] colocou carros a disposição para o transporte dos expropriados para onde quisessem. Tinham que dar o nome e esperar o dia porque era assim. (MIRANDA, 2018)

Frente ao contexto de risco da vida e as incertezas do processo muitas pessoas começaram a sair da cidade e dispersaram-se pela região.

O pessoal de Jacundá velho vivia da pesca, da colheita de castanha, da extração de minério, pouco mas tinha. Para falar a verdade quando a Eletronorte desistiu de fazer nossa cidade, ela tinha que começar onde não tivesse nada, para poder todo mundo ficar junto. Quando ela desistiu de fazer isso, o que aconteceu? O povo debandou. Uns para um lado, outros para outro. Uns para Tucuruí, outros para não sei aonde, outros para marabá, outros para Itupiranga. Ficou poucas pessoas [...] uma grande parte foram embora. (ZULMIRA, 2018)

É porque assim, eu vejo o seguinte. Não é tanta gente da Velha. É o que eu imagino, não era muita gente que veio de lá, porque ficou espalhado. Muita gente seguiu pra outros rumos. Por exemplo em Marabá que tem muita gente, que quando naquela pressão foi embora pra Marabá, abandonou não quis ficar lá na vila, e pra outros municípios, pra Tucuruí, num sei pra... Enfim, pra Imperatriz, pra Goiânia, eu conheci vários que estavam pra Goiana que só vinha nos momentos de alguma benfeitoria pra eles, né, de negociação de alguma coisa. (RITA, 2017)

Mas nos momentos mais próximos da saída da população do povoado, o sentimento de que as coisas mudariam profundamente nas suas vidas, foi manifesto.

Eu me lembro quando nós estávamos lá, e a gente ficava sentado de noite apreciando o luar, a gente dizia assim “O que a gente vai fazer pra marcar o lugar? Porque vai sumir com as águas, como é que a gente vai saber onde é Jacundá velha? Depois a gente não vai saber onde é Jacundá velha, a nossa cidade, como a gente vai fazer? - Ah, nós

vamos, nós temos que preparar umas boias, pra colocar, marcando a cidade “Mas a gente falou, falou, falou tanto que não fizemos nada. Mas deus é tão maravilhoso e fez que a caixa de água fosse feita num alto que ela ficou de fora, ficou marcando onde era nossa cidade. É o único marco que temos é a caixa de água, ai eu estava até falando que nós temos que ver, pra restaurar a caixa, porque com o passar do tempo, vai desgastando as ferragens tudo, pra manter essa caixa de água em pé, pra não desaparecer nunca. (ZULMIRA, 2018)

É assim, por uma parte tristeza, saudade, prejuízo. Por outra parte melhorias. Como agente já falou, lá a gente não se preocupava com nada, você vivia a vontade, você não tinha preocupação em que comer, com casa, com segurança de casa, com nada, porque não tinha ladrão. E pra você comer era a coisa mais fácil, mas na parte da saúde, na parte do transporte, na parte de você querer comprar alguma coisa tudo era difícil, então chegando aqui, nessa parte tudo melhorou. Tinha posto de saúde, médico, transporte. Porque a gente passava um dia, dois dias de viagem pra Velha Jacundá pra Marabá, e hoje a gente vai em uma hora e pouco de viagem. Então por uma parte melhorou, na outra parte abriu um vácuo que nunca será tampado. (...)Porque ninguém mais ter aquela vida tranquila que tinha lá. Na beira do rio banhando a vontade, tranquilo, pescando, caçando, vivendo daquela forma, aquela vida saudável, despreocupado, e aqui não é assim. (JOÃO, 2017)

4.4. A CHEGADA NA NOVA JACUNDÁ E REIVINDICAÇÕES DA FORMA DE VIDA.

As condições de chegada na Nova Jacundá foram muito diferentes das oferecidas pela empresa durante o processo de negociação realizado na Velha Jacundá. Na memória dos antigos povoadores, o deslocamento, foi quase um início desde zero na reconstrução de suas vidas na Nova Jacundá e sem maiores garantias de segurança garantida pelo Estado.

Ai quando ficamos aqui nessa luta, ali a praça era capim desde tamanho, ninguém enxergava as casas, lama, não tinha assistência em termos de limpeza, de prefeitura, não tinha nada. (JOÃO, 2018)

Então, veio a energia depois de muito tempo e a nossa vida aqui foi assim (gesto de tirar suor da frente) passo a passo, cada um foi passando por suas lutas, suas dificuldades e estamos aqui até hoje. (ZULMIRA, 2017)

O fato de ter chegado numa cidade que já estava se consolidando na beira da PA-150 foi mais uma dificuldade para os deslocados da Velha Jacundá. Eles tiveram

que procurar abrir um espaço social para eles, em termos de propriedade, emprego, espaços de lazer, religião, etc., numa cidade de economia de mercado já consolidado.

[...] só que quando foi relocado para cá, aqui já tinham pessoas com uma situação econômica, além do que as pessoas que moram na beira do rio. Aqui já tinha donos de fazendas, de grandes madeireiras. Então isso tudo, o prefeito naquela época, foi que nos trouxeram para cá. Porque Jacundá, se estivesse em Jacundá agora, lá na Santa Rosa, como era programado de ser na época, em aquela terra lá seria só o povo. Como aqui em Jacundá já juntou uma cultura com outra e afogaram nossa cultura. E hoje, se você me pergunta, a qual cultura pertence Jacundá hoje, eu vou lhe dizer que a nenhuma. (FIRMO, 2018)

A mudança legal da “posse” à “propriedade privada” implicou a concorrência pela propriedade entre camponeses, grandes proprietários latifundiários e indústrias (ACSELRAD, 2010) no novo local. Ainda existindo planos e instituições específicas para organizar a repartição de terras, na Nova Jacundá, a pressão entre esses atores pelo uso do território era desigual em termos de poder, sendo que os camponeses deslocados (anteriores posseiros) foram os mais afetados por esse processo concorrencial.

No caso dos habitantes da Velha Jacundá, o processo para adquirir as novas propriedades esteve mediado pela Eletronorte e o governo local, os quais decidiram levar as casas à Vila Arraias e foi acordado que as propriedades rurais seriam entregues no mesmo setor. Mas a Vila Arraias já enfrentava a concorrência por lotes e por propriedades rurais, dessa forma, os povoadores da Velha Jacundá tiveram que disputar seus novos espaços, seus lotes.

É no princípio, por exemplo, no ano 80, até 81, 82, não tinha outras casas, só 80 casas da Incobal, e muitos dos expropriado tinha que alugar casa e ficar na casinha alugada aguardando... Ai o prefeito Leonor contratou um engenheiro, por conta da prefeitura, e abriu novas ruas, a rua Jacundá, a rua Pará, e muitas outras ruas o prefeito mandou abrir e loteou para o povo. Era dado, também não era vendido não. [...] Ai foi desse jeito, não tinha como acomodar todo expropriado que vinha chegando. Ai prefeito abriu novas ruas, a Eletronorte também colaborou, ai foi doando lote, e construindo casas, muitas outras casas aqui nas quadras, muitas outras casas fora da Incobal, e na Incobal foi só 80. [...] Houve algumas invasões de pessoas de fora que não era. Houve a briga por lotes pra construir... era muito grande. Porque tinha pessoas morando em casas alugadas, em situação difícil, querendo construir e não tinha como, mas os lotes das ruas que foram abertas foram doados pela prefeitura, na seguinte: 'Tal dia, na rua tal, vai ser dividido os lotes'. Ai as pessoas se inscrevia, ai no dia o prefeito ia, o

fiscal, o engenheiro, ia entregando e fazendo o documento. [...] O terreno, o lote era documentado pela prefeitura. E o expropriado tomava posse daquele documento da prefeitura, ia construir o lote e dar também o documento da parte da Eletronorte. Então tinha um documento em conjunto, prefeitura e Eletronorte, pra aqueles que eram ocupantes, expropriado. E quem não era expropriado também podia ganhar lote da prefeitura, porque o prefeito queria era crescer a cidade. (JOÃO, 2018)

E, no processo de saída da Velha Jacundá, muitas famílias foram deslocadas sem nem ao menos ter onde morar:

Eu morava com meu sogro (na Nova Jacundá) [...] e tínhamos que caber: eu com a minha família, a família de meu sogro e um cunhado meu, era o jeito, não tinha outro lugar. De ai, de lá, a gente foi trabalhando em um loteamento que era muito fácil e a gente conseguiu o lotezinho da gente e foi fazendo as casinhas. Depois de um tempo que a casa saiu é que nós viemos receber o que era nosso. (JERÔNIMO, 2018)

[...] entre a vila de Jatobal e a sede de Jacundá eram, mais ou menos umas 700 casas e a Eletronorte construiu apenas 85 casas aqui, chamado o conjunto Incobal. Só 80 casas para dividir com 700 pessoas, imagina o que aconteceu. (MIRANDA, 2018)

As condições da cidade eram muito diferentes do oferecido pela Eletronorte. Isso também afetou à população no que diz respeito ao clima e aos laços sociais, entre outros:

Entrevistadora: o que significou pra senhora sair de Jacundá, e vivenciar toda essa transformação na sua vida? nessa cidade nova, com essas pessoas novas, modo de vida diferente, de que forma isso impactou a mudança? Entrevistada: Muito difícil. Eu estranhei muito quando eu vim pra cá. Primeiro que lá, época de junho, julho, agosto era frio, porque a gente morava na beira do rio, e quando dava assim, 16 horas, o sol podia ser quente como fosse, quando dava 16 horas começava a esfriar. A noite a gente dormia com cobertor, era muito gostoso. Quando eu cheguei pra cá, eu quase morri, eu fiquei doida, eu não conseguia dormir de noite, não tinha energia. Quando a gente veio pra cá, aí era um calor terrível, um calor insuportável; não tinha energia, e nem água, a gente tinha que ir nas cacimba ali em baixo pra pegar água, foi uma dificuldade tremenda. E eu senti muito nessa parte. E na parte também de relacionamento com as pessoas, as pessoas muitos difíceis, muito diferente da gente porque lá a gente vivia em irmandade, todo mundo se conhecia, todo mundo era amigo, todo mundo era alegre, quando um ficava alegre a gente estava alegre junto, quando estava chorando, a gente estava chorando junto. Adoeceu, estava todo mundo lá. Precisou tirar da cidade a gente fazia uma vaquinha, unia, e já tirava, era assim. E aqui a gente ficou assim, até os que vieram pra cá, ficou distante da gente. (ZULMIRA, 2018)

Nós saímos de lá, eu vim primeira e ele veio por último (o pai dela). Ele ficava e indo para ver o gado, pesava um período, tinha que voltar para lá até quando a Eletronorte inundou a região. Aí teve que ficar aqui. Mas foi muito ruim, muito triste porque um lugar muito diferente. O clima, lá o clima era ótimo, era mais fresquinho a noite até fazia frio e eu cheguei aqui e fiquei apavorada com tanto calor e continuo até hoje. (ZULMIRA, 2018)

A promessa dos representantes da Eletronorte para esses camponeses (posseiros) que estavam sendo deslocados da Velha Jacundá era entregar uma terra legalmente reconhecida, de similares condições às que tinham na Velha Jacundá, porém isso não chegou a se cumprir (MAGALHÃES, 1996). Sendo assim, muitos deles receberam terras que não estavam aptas para produzir de forma imediata e suas fontes de renda se viram fortemente afetadas.

[...] olha, só para lembrar aqui. Esse pessoal... a Eletronorte deu terra para o pessoal, 10 alqueires. Mas para o conterrâneo isso é pouquíssimo para quem tem terra... era para ir, montar uma casa. Dar uma terra para um cara que não tem condição e que é mata 'tá ai, pega ai' o que vai fazer? Nada. Ele vai ter que derrubar, fazer estrutura, nem um planejamento da terra... vendeu. Meu pai mesmo recebeu 30 alqueires, vendeu a preço de banana. Porque olhava aquela matona ai. [...] ai os grileiros que vieram. (MIRANDA, 2018)

O resultado das frustrações contínuas das expectativas sobre o deslocamento e chegada no novo local foi a organização da luta pelo reconhecimento das suas reivindicações através de algumas práticas de resistência.

Ao considerar o conceito de governamentalidade/biopolítica que assinala a administração do Estado sobre a população, não se pode separar desse processo o movimento complementar: as pessoas se enfrentando e lutando pelo “governo de si mesmo”. Assim, aparece governo e resistência juntos, sendo que as pessoas também lutam pelo governo de suas vidas frente aos avanços de controle governamental (Foucault, 2007). Isso fortalece a perspectiva desse trabalho sobre a memória social, como uma tentativa de contrapor o discurso governamental do Estado às reivindicações constantes pelos autores governados, de outro discurso de verdade sobre o que se pretende como História oficial. No decorrer da pesquisa percebe-se como a população, aos poucos, foi se organizando para reivindicar sua verdade frente ao processo de deslocamento e a necessidade de justiça.

“Se pudéssemos chamar "biohistória" as pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de "biopolítica" para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana; não é que a vida tenha sido exaustivamente integrada em técnicas que a dominem e gerem; ela lhes escapa continuamente. (FOUCAULT, 1997, p. 134)

Dessa forma, a resistência da população da Velha Jacundá não foi (nem é) por dinheiro simplesmente, sendo que foram várias vezes indenizadas economicamente. As lutas e reivindicações foram (e são) por colocar um discurso legítimo sobre a valorização justa dos recursos que foram afetados pelo projeto hidrelétrico, que sejam incorporadas na pauta da empresa a compreensão de que, para além dos valores econômicos, foram afetados substancialmente os seus modos de vida.

As avaliações de benfeitorias pela Eletronorte, apesar da ilusão das promessas por “progresso”, eram percebidas pelos atingidos como injustas e autoritárias e a população buscou e busca, até hoje, que suas próprias valorizações sejam consideradas e legitimadas.

Entrevistadora: o senhor fez parte de algum movimento contra a barragem? Ou todo mundo naquela época que o senhor conhecia era a favor da barragem? Entrevistado: Que eu saiba não... manifesto assim, contra, que eu saiba não. Houve manifesto contra Eletronorte pela indenização, pelos nossos direitos que a Eletronorte nunca pagou, até hoje deve para nós muitos direitos, coisas que não foram pagas. Assim foi feito muito movimento contra a Eletronorte, mas para que não houvesse a barragem, a usina não houve, porque todo mundo estava otimista, porque, por causa da luz que é progresso! e a gente vivia numa situação difícil é a conversa dele com a luz, vem tudo, vem indústria, vem tudo e era o que o povo queria. (JOÃO, 2018)

Entrevistado: [...] Que eu saiba... Contra a usina não, mas sim contra a Eletronorte, contra a negligencia, maus tratos, a falta de cumprimento dos deveres, dos compromissos, sim. Houve manifestação, movimentação, reclamação, ainda hoje existe. (JOÃO, 2018)

Uma vez na Nova Jacundá e, considerando os conflitos fundiários que existiam na região, outras organizações sociais se encontravam trabalhando e lutando pelos direitos de pequenos proprietários. Assim, os recém-chegados povoadores da Nova Jacundá foram incorporados nessas organizações e, através delas, foi possível a articulação dos processos de resistência e a reivindicação de direitos. Essas organizações eram o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Jacundá, a Comissão Pastoral da Terra e a Prelacia de Cametá.

[...] que viessem para o sindicato para que obtivesse condições de representá-los, que eles não podiam ficar sem uma representação legal. E o sindicato era quem representava eles, e no momento era eu que estava assumindo a presidência, eu estava me colocando à disposição. Eu entrei a partir daí, e eles achavam interessante, porque estava assim, tipo aqueles filhos órfãos sem pai e sem mãe. E quando eu comecei a fazer o debate com eles de que eles tinham que vim para o sindicato pra que eu me habilitasse para lutar por eles porque eu nem era expropriada mas pela entidade eu poderia, que era a única entidade que representava eles ali, e a igreja (RITA, 2017)

E a nossa contribuição, a contribuição da prelacia, quando ela foi chamada para esse processo era de tentar dar organicidade porque as reações, elas vinham de um caráter mais espontâneo. Então, em Jacundá havia movimentos que se criavam para reivindicar condições diferenciadas dessas que estavam sendo submetidos pela Eletronorte. Em Itupiranga também os vazenteiros fizeram também, fizeram documento, apresentaram suas reivindicações. Mas as respostas eram no nível que a dona Maria disse, ao ponto de um governador chegar na comunidade e dizer “se virem”. (JORGE, 2018)

Com o apoio dessas outras organizações sociais que articularam os atingidos pelo projeto hidrelétrico, conseguiu-se um avanço importante: que parassem as negociações individuais entre os deslocados e a empresa, quebrando práticas abusivas e autoritárias de valoração dos pertences da população, feitas pelos funcionários da Eletronorte. Ao ingressar na negociação, com apoio do movimento social, obteve-se como resultado que a lógica de mercado fosse colocada em questão e pudesse ser revisada.

Eu lembro que na época ficou 30 famílias que me ouviu e não recebeu (o inicialmente oferecido pela empresa), porque quando eles viu eu entrar na justiça com aqueles 130 processos, pra reaver os processos de cada um e pagar o justo. Então se alguém tinha sido cadastrado e só tinha direito a 10 mil, no processo deles estava 100 mil, 200 mil, na época. Entendeu? De direitos, ai quando eu mostrei, chamava eles e mostrava: ó, a ELETRONORTE vai te pagar “X”! - Já tá com o cheque ai. O que o nosso técnico levantou você tem direito a ... Sei lá, dez vezes mais, se você não receber isso aqui... Porque se você for assinar tem que dar o termo de quitação, já tá dizendo tudo pronto. (Inaudível) você já tem o direito de rever isso daqui. Se você deixar em aberto e não receber isso, amanhã você vai receber judicialmente, ai você vai receber tudo corrigido. Então, muitos foram escondidos... Ai a ELETRONORTE pagava escondido de casa em casa (RITA, 2017)

ENTREVISTADORA: Sobre o tema de as negociações dos afetados pela barragem, você colocou uma coisa que eu achei interessante, que vocês como sindicato não aceitavam as negociações individuais. Porque não aceitavam isso? Entrevistada: Porque ela enrolava as pessoas, eram pessoas, a maioria analfabetas sem conhecimento

nenhum, não tinham noção. E a gente por mais que não fosse formados, tinha aquela responsabilidade de representar com conhecimento de causa, né! A gente tentava aprofundar, tentava dialogar pra ver até aonde a gente podia ir (inaudível).

Então, nós não aceitava justamente pra que eles não fossem enrolados pela empresa porque todos que foram sozinhos foram passados pra trás, todos. Se tinha direito a 100 receberam 10, sempre foi assim, nunca a ELETRONORTE tratou com responsabilidade os expropriados e o que fez foi forçado depois de muita luta de muito sofrimento de muito empenho nosso, foi assim. (RITA, 2017)

Foi essa luta que conseguiu a reavaliação dos pertences dos povoadores que foram afetados pela hidrelétrica e também novos cadastros que não constavam e entraram nos processos de indenização:

Alguns depois voltaram, ficaram no restante que sobrou que a perda não foi 100%, teve uns que foram por completo pro fundo, né. Quando eu comecei a assumir eu vi que faltou muita gente sem cadastrar, algumas pessoas começaram a me procurar, saber como é que ele criava um processo na ELETRONORTE, como é que eu queria ver um processo na ELETRONORTE que eles só tratavam com quem tinha gerado o processo. (RITA, 2017)

Aqueles que ela conseguiu fazer o levantamento. Por exemplo eles iam hoje, cadastrava, registrava que tinha tantas famílias nesse pedaço, ai tal dia eu volto. E naquele tal dia ele não voltava, já dava como encerrado.

Então assim, por isso que ficou muita gente sem cadastro, tinha que fazer aquela multa paralela pra incluir aqueles que tinha ficado de fora, que a empresa não contou. E as pessoas sozinhas não iam em Tucuruí buscar, foram poucos que foram, e ficou aqueles que ficou à margens sabe? Só com muita luta, por isso que a gente brigou pra que fossem abertos prazo por muito tempo pra localizar quem estava fora (inaudível) pra quem tivesse longe dá um jeito de aparecer e aparecia, era assim que nós conseguíamos, não tinha zap, né! (RITA, 2017)

Quando nós fizemos o paralelo (avaliação de danos às propriedades dos camponeses): porque que foi feito isso? Porque que eu pedi isso? Porque quando ela viu a gente se organizando, a ELETRONORTE um dia chegou com um bando de funcionário deles e, e... mandando as pessoas virem pra poder pagar os expropriados, pagar... E, eu toda vida gostei de ser mais tranquila no que eu estava fazendo, fazer as coisas de maneira mais consciente. E eu, os que eu consegui barrar de receber aquele pagamento, eu barrei. (RITA, 2017)

A partir das lutas dos deslocados e da participação e apoio do movimento social se conseguiu para a Nova Jacundá que os oferecimentos feitos pela empresa fossem cumpridos, ainda que parcialmente, como por exemplo, a dotação de infraestrutura para a cidade.

O sindicato dos trabalhadores rurais... ai a gente conseguiu resgatar, conseguimos muitas coisas. A minha revolta foi passando quando nós conseguimos ir resgatando tudo aquilo que a gente tinha perdido... Conseguimos a construção de uma casa na bageleira, a gente trazia a equipe da Eletronorte pra negociar com o povo. Ai eles fizeram umas casas que tem lá pro rumo da bageleira, já pedimos com rede de esgoto, foi feito. Pedimos rede de esgoto pra outras casas que eles fizeram numa outra quadra que tem, saindo daqui do bairro da Eletronorte. Ali a gente conseguiu rede de esgoto, conseguimos indenizações de terra, conseguimos as terras que eles não deram... só que muito longe, quando a nossa casa era 50 metros do fundo de casa, meu pai já com 70 anos, pegou uma terra com 50 quilômetros de distância, uma terra mata virgem, sem nada. Teve que começar tudo de novo. (ZULMIRA, 2018)

Ao tomar força, as lutas iam conseguindo resultados e os próprios afetados perceberam a necessidade de uma organização maior. Assim, se cria a CAHTU (Comissão de Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí) que, depois, formou parte do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)⁴⁷:

A luta, quando começou na região, em função da usina, não tinha uma área organizada. Eram comissões em todos os estados, comissões dos municípios que tinham barragens. Comissões na região sul (...) A comissões foram se organizando muito, a CPT contribuiu muito com o nascimento do MAB, foi ela que organizou as comissões para chegar a ter, hoje, a existência do movimento. (ALUÍSIO, 2018)

Olha eu não sei te dizer, porque eu já conheci a partir de Tucuruí, a partir da Ainda, do Raul... Tentando chamar os municípios, os sindicatos que era Jacundá, Tucuruí, é, Tucuruí... Não sei se era Repartimento e Itupiranga. Eram quatro município na época, depois que virou Breu Branco, que virou Goianésia... Aumentou pra sete, eu sei que era esses quatro sindicatos tentando, né, ver se fazia um movimento ali unificado os quatro municípios com apoio da igreja, da CPT e tudo, pra poder ver se conseguia colocar essa luta pra frente. Antes disso eu sinceramente não sei, eu sempre via as pessoas... Todo mundo “desgarrado” dizendo que tinha ido embora de qualquer jeito, sem qualquer organização. (RITA, 2017)

E apareceu um novo formato de luta: os acampamentos

⁴⁷ “Em 1989, foi realizado o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, que contou com a participação de representantes de várias regiões do País. Foi um momento onde se realizou um levantamento global das lutas e experiências dos atingidos em todo o país. Foi então decidido constituir uma organização mais forte a nível nacional para fazer frente aos planos de construção de grandes barragens. A organização do MAB serve para reunir juntar os oprimidos); para esclarecer (clarear a mente); para despertar (alertar as pessoas); e para, através da nossa força, lutar pelo que queremos.” <http://www.mabnacional.org.br/organizacao>

O período em que nós participamos foi esse período que foi de 81 – 82, período em que basicamente as pessoas reagiram, a sociedade civil não estava organizada, elas conseguiram encontrar uma base por donde se organizar pelo movimento dos atingidos pela barragem de Tucuruí, não formalizado mas legitimado. Sua ferramenta de luta que eram os acampamentos e suas pautas que eram discutidas amplamente nas suas assembleias em diversos lugares de moradia. (JORGE, 2018)

A partir de aí começaram a aparecer as lutas sindicais, tipo o sindicato de Jacundá, sindicato de Tucuruí, etc., etc.

E era a forma que existia da gente pressionar. Depois que esses movimentos conseguiram gerar uma pauta conjunta, passaram a criar ferramentas também de intervenção e de pressão da Eletronorte para que ela começasse a atender as pautas e reivindicações que foi o instrumental dos acampamentos. Eu participei do primeiro acampamento.

Os acampamentos eram os momentos em que essas populações conseguiam ter voz. E, é lógico que tinham apoio pontual na imprensa. Nós tínhamos repercussão pelo jornalista Flavio Pinto que acompanhou todo esse processo. Tem uma rica contribuição na imprensa, relatando toda a luta, todos os impasses, os conflitos do modo que eles aconteceram. (JORGE, 2018)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento na região amazônica brasileira, impulsionado pela ditadura militar, trouxe inúmeras promessas de progresso. Não foi diferente com as expectativas criadas pela construção do projeto hidrelétrico Tucuruí. O aumento da produtividade e riqueza da nação iria trazer o desenvolvimento, os serviços públicos básicos, o emprego, a segurança da propriedade. Mas o que não era exposto era o outro lado da moeda dessa mudança: a modificação radical das formas de vida tradicionais; a delimitação inflexível da propriedade privada e a concorrência por ela; a expansão da economia de mercado e a dependência do dinheiro para todas as transações, quebrando espaços de autonomia camponesa e ribeirinha; a urgência de que cada um se tornasse o artífice independente de sua própria vida, adentrando ao individualismo que define a vida na economia de mercado: o racismo contido no próprio desenvolvimento e o reforço de estruturas coloniais de exploração sobre seres humanos e dos recursos naturais.

Na região de estudo, até os anos 1950 – 1960, pode-se descrever duas realidades coexistentes: a consolidação da economia oligárquica através da crescente apropriação e extração de recursos das florestas, sob reprodução de relações coloniais que estavam em constante relação com mercados internacionais; e a relativa autonomia dos camponeses ribeirinhos que, as vezes trabalhando para os patrões ou nas suas próprias atividades produtivas, mantinham a sua base de vida no aproveitamento comum dos recursos naturais (florestas e rio).

Cada um dos ciclos de produção extrativista, de forma autônoma, ou através dos sistemas de aviamento, mantiveram formas coloniais de aproveitamento dos recursos, que beneficiavam as oligarquias locais. Contudo, as populações locais sempre resistiram através de ocupações de porções de terras devolutas, o que lhes dava autonomia de reproduzir a vida “por fora” de relações de mercado, imposto pelas oligarquias exportadoras de produtos oriundos dos vários ciclos extrativistas. Com o ingresso do projeto hidrelétrico Tucuruí numa região com essas características e de forma autoritária, se aprofundaram as relações coloniais com o desapossamento das populações do único bem que lhes permitia relativa autonomia: a terra.

Aquelas práticas que eram a base de autonomia - camponesa – ribeirinha – pescadora - extrativista -, foram consideradas como economias “não competitivas”

pelo que desafiavam o avanço do desenvolvimento capitalista e era preciso substituí-las. O discurso desenvolvimentista colocava na pauta a necessidade de “modernizar” aquelas populações: substituir subsistência por lucro econômico, ativar a concorrência nos mercados.

Com isso, um novo ator, que se encontrava distante dos movimentos de apropriação de recursos ingressou na região: o Estado Federal que, reforçando relações coloniais, usou esse espaço para incrementar suas condições de controle territorial e populacional, em benefício da expansão da fronteira capitalista.

Para operar dessa forma o Estado apoiou-se numa visão da Amazônia e Médio Rio Tocantins como áreas periféricas, subdesenvolvidas, pouco povoadas, sem racionalidade moderna e produtiva. Com essa imposição de verdade justificou as afetações as comunidades locais, considerando-as como um mal menor para alcançar o prometido “desenvolvimento”, a procura do “bem-comum da nação”. A noção de “bem comum”, aqui, mostrou-se como um dos pilares da forma colonial de funcionamento do Estado.

Assim revelou-se o governo pelo controle da população para cumprir os seus mandatos em nome dos interesses para o bem da nação. Na prática, considerou-se a nação em abstrato, portadora de bens que deveriam ser administrados e controlados em função do cumprimento da lei, em total desrespeito ao bem-estar da vida das comunidades locais.

O momento do regime militar exacerbou a governamentalidade do Estado e, pelo contexto político – econômico internacional, as pressões sobre os países denominados “subdesenvolvidos” (o qual era o Brasil). A própria lógica de reprodução e funcionamento estatal foi o lugar de possibilidade para permitir a expansão capitalista, sob a ideia de progresso e de desenvolvimento, ainda que num contexto totalmente desvantajoso para as populações locais.

Para a expansão capitalista foi preciso criar um espaço “imaginário” que permitisse o fluxo e intercâmbio de bens. Dessa forma, o avanço da economia de mercado e o poder de Estado se imbricaram num só processo, de forma que o projeto hidrelétrico Tucuruí, tal como o crescimento da economia de mercado na região foram coniventes com o processo desenvolvimentista do regime militar e vice-versa.

Dois processos podem ser observados quanto às políticas de Estado: i) a difusão de um discurso de verdade sobre a chegada do desenvolvimento, indo ao

encontro das expectativas e os desejos de progresso da população; ii) a operação e estabelecimento de mecanismos de trocas de mercado, pela compra e venda de pertences, culturas, “legalização” da propriedade fundiária, etc. Foram políticas coniventes com a ampliação das fronteiras extrativistas, coloniais do crescente capitalismo internacional.

No contexto local de implementação do projeto hidrelétrico Tucuruí, a governamentalidade mostrou-se como mecanismo de controle que deslocou milhares de pessoas, afetando, de forma profunda, suas formas de vida. Contudo, também desencadeou um movimento de resposta: as populações “controladas” procuraram também o controle de suas próprias vidas, o que as obrigava interpelar o Estado e suas formas de atuação no território.

Dessa forma, a resistência da população da Velha Jacundá não pode ser resumida a uma questão unicamente monetária, mesmo que tivessem sido várias vezes indenizadas economicamente. As lutas e reivindicações da população da Velha Jacundá foram (e são) por colocar uma contra resposta às propostas desenvolvimentistas estatais e exigir uma pauta legítima sobre a valorização justa dos recursos, tradições, conhecimentos, relações sociais que lhes foram tirados pelo projeto hidrelétrico. Que sejam incorporadas nas ações e indenizações da empresa, a compreensão de que, para além dos valores econômicos, foram afetados substancialmente os seus modos dos de vida. Aí reside a importância de manutenção e resgate contínuo de suas memórias. Que sirvam de alerta a tantas outras barragens em construção ou projetadas para essa região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina. Chicletes eu misturo com bananas? Acerca da relação entre teoria e pesquisa em memória social. GONDAR, Jô e DODEBEI, Vera (Org.) **O que é memória social**. Contra Capa Livraria / Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

ACSELRAD, Henri (Org.). As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Heinrich Böll, 2004. pp. 13-35.

_____. Mercado de Terras e Meio Ambiente em áreas de grandes projetos de investimento - o caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. **Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ)**, v. 18, p. 158-192, 2010.

_____. Planejamento Autoritário e Desordem Socioambiental Na Amazônia: Crônica do Deslocamento de Populações Em Tucuruí. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n.25, p. 53-68, 1991.

_____. **Meio Ambiente e Justiça - estratégias argumentativas e ação coletiva**. Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

_____. **HOMO SACER. El poder soberano y la nuda vida**. España: Ed. Pre-textos. 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. Os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia do desenvolvimento. In Magalhães, Sônia. Brito, Rosyan. Castro, Edna (Org.) **Energia na Amazônia**. Museu Paraense Emílio Goeldi. Pará. 1996. p. 467 – 476

ALMEIDA, Lúcio Flávio R. De. **Ideologia Nacional e Nacionalismo**. São Paulo: EDUC, 2014.

BEATY, Susan. **O movimento dos atingidos pela barragem de Tucuruí: uma história oral**. Brown University. 2008.

BIERSACK, Aletta. **Reimagining political ecology**. London: Duke University Press. 2006.

BUNKER, Stephen. Modes of Extraction, Unequal Exchange, and the Progressive Underdevelopment of an Extreme Periphery: The Brazilian Amazon, 1600-1980. **The American Journal of Sociology**, Vol. 89, No. 5, 1984, p. 1017-1064.

BUTLER, Judith. **Marcos de Guerra. Las vidas lloradas**. México: Paidós. 2010

CARNEIRO, Aldair. A dinâmica econômica dos castanhais no médio Tocantins e os povos da floresta (1948-1980) In: PEREIRA, Airton et al. (Org.). Culturas e dinâmicas sociais na Amazônia Oriental brasileira. Belém: Paka Tatu, 2017. p. 17 – 50.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 4ta edição. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2003.

CASTRO, José Carlos. Hidrelétrica, natureza e cidadania. In Magalhães, Sônia. Brito, Rosyan. Castro, Edna (Org.) **Energia na Amazônia**. Museu Paraense Enílio Goeldi. Pará. 1996.

CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **Caderno CRH**, Salvador. Vol. 25, n. 64, p. 45 – 61, Jan / Abr. 2012.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **Historia de la gubernamentalidad I. Razón de Estado, liberalismo y neoliberalismo en Michel Foucault**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores. Pontificia Universidad Javeriana-Instituto Pensar. Universidad Santo Tomás de Aquino, 2015.

CONGILIO, Celia. Dos caras de la minería em el sudeste paraense: la extracción minera como base material del neodesarrollismo. In Feliz, Mariano. Pinassi, Maria (Comp) **La Farsa Neoliberal**. P. 195 - 214. Herramienta Ediciones, Buenos Aires, Argentina. 2017.

CONGILIO, Celia R. e IKEDA, Joyce Cardoso O. A ditadura militar, expansão do capital e as lutas sociais no sudeste paraense. **Lutas Sociais**, Vol. 18, 32, p. 79-90, 2014.

DIAS, Leopoldino. **História da Antiga e Nova Jacundá**. Jacundá: (s.n.), 2013.

DOS SANTOS, Marcelo. **A crise no setor siderúrgico do distrito industrial de Marabá e as estratégias empresariais**. (Dissertação) – Curso de pós graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 2015.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: Edgardo Lander (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, Argentina: CLACSO. 2005. pp.55-70.

EMMI, Marialia. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belem: Gráfica e Editora Universitária UFPA, 1988.

ESCOBAR, Arturo. Discourse and power in development: Michel Foucault and the Relevance of His Work to the Third World. **Alternatives: Global, Local, Political**. 1984.

ESCOBAR, Arturo. Constructing Nature. Elements for a poststructural political ecology. In: Peet, Richard; Watts, Michael. (Org.) **Liberation Ecologies**. New York: Routledge, 1996.

FEARNSIDE, Phillip. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras**. Manaus: Editora do INPA, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tr. de Julia Varela y Fernando Álvarez-Uría. 2a. ed. Madrid, la Piqueta (1979).

_____. **Em defesa da Sociedade**. Curso no College de France (1975-1976). Editora Martins Fontes. São Paulo, 2005.

_____. **História da sexualidade. A vontade de saber**. Edições Graal. Rio de Janeiro. 1997

_____. La gubernamentalidad. In **Ensayos sobre biopolítica**. Excesos de vida. Giorgi, Gabriel y Fermin Rodriguez (Comp) Paidós. 2007. Argentina. P. 187 – 215

_____. **Segurança, território, população**. Martins Fontes. São Paulo, 2008.

GONDAR, Jô. cinco proposições sobre memória social. **Morpheus: revista de estudos interdisciplinares em memória social**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, 2016. p. 19 - 40

GONDAR, Jô e DODEBEI, Vera (Org.) **O que é memória social**. Contra Capa Livraria / Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

GUIZZO, D. LIMA, I. Uma releitura foucaultiana de Karl Polanyi sobre a economia política clássica. 2014. VII Encontro de Pós Graduação em história econômica & V Conferencia Internacional de História Econômica. P. 1 - 13

GUNDER-FRANK, Andre (2005) "El desarrollo del subdesarrollo", El nuevo rostro del capitalismo. **Monthly Review Selecciones em castellano**. N. 4, pp. 144 - 157.

HAMILTON, G. The differential impacts of development upon na urban population in the Tucuruí Reservoir. In. Magalhães, Sônia. Brito, Rosyan. Castro, Edna (Org.) **Energia na Amazônia**. Museu Paraense Enílio Goeldi. Pará. 1996. p. 361 - 392

HEBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belem: EDUFPA, 2004. V. 3.

HERRERA, José. MOREIRA, Rodolfo. BEZERRA, Tássia. A Amazônia: expansão do capital e apropriação dos recursos naturais. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 12, n. 2, p. 208-227, mai-ago/2016, Taubaté, SP, Brasil

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTADISTICA. Dados do censo de população 2010.

IKEDA, Joyce. **Expansão do capital, luta de classes e poder local na Amazônia: um estudo sobre a composição do poder político no município de Marabá/Pará (1985-2012)**. (Dissertação) Curso de pós graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. 2014

LEFF, Enrique. La ecología política en América Latina. Un campo en construcción. In: ALIMONDA, Héctor (Comp.) **Los tormentos de la materia. Aportes para una ecología política latino-americana**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Buenos Aires, 2006.

MAGALHÃES, Sônia. O desencantamento da Beira - reflexões sobre a transferência compulsória provocada pela UHT. In Magalhães, Sônia. Brito, Rosyan. Castro, Edna (Org.) **Energia na Amazônia**. Museu Paraense Emílio Goeldi. Pará. 1996. p. 698 - 745

_____. Tucuruí, uma análise da visão do Estado sobre o campesinato. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Zoologia, Belém, v. 8, n.1, p. 25-64, 1992.

MÁRQUEZ, José. Michel Foucault y la Contra-Historia. **Revista Historia Y MEMÓRIA**, núm. 8, enero-junio, 2014, pp. 211-243 Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia.

MARTINEZ-ALIER, Joan; Giorgos Kallis, Sandra Veuthey, Mariana Walter, Leah Temper. **Social Metabolism, Ecological Distribution Conflicts, and Valuation Languages**. *Ecological Economics* 70 (2010) 153–158

MIGNOLO, Walter. Colonialidade. O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 32. Nº 94. Junho, 2017. p. 1 - 18

MORBACH, Marise. **Amazônia in concert**. (Dissertação) Curso de pós graduação em Comunicação Semiótica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

NOBREGA, Renata (2011) **Os atingidos por barragem**: refugiados de um guerra desconhecida. *Rev. Inter. Mob. Hum, Brasília, Ano XIX, Nº 36, p. 125-143, jan./jun. 2011*

PACHECO, Bernardo. O Plano de Integração Nacional de 1970 e as rodovias na Amazônia: o caso da região amazônica na política de integração do território Nacional. Monografia. Disponível em: http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/6t-alun/2010/m10/10-loureiro.pdf

PEREIRA, Airton dos Reis. Conflitos e violência nas disputas por terra no sul e no sudeste do Pará. Ponencia II Congresso Internacional de História UEPG-UNICENTRO. 12 - 15 de maio de 2015. pp. 1 - 14

_____. A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo / Airton dos Reis Pereira. – Recife: O autor, 2013.

PETERS, Tazio. **Projeto Grande Carajás. Trinta anos de desenvolvimento frustrado.** Rio de Janeiro. Ibase, 2014.

POLANYI, Karl. **La gran transformación.** Quipu editorial. Madrid 2007.

_____ **A grande transformação.** Editora Campus. São Paulo. 2000.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** CLACSO, 2005.

RADOMSKY, Guilherme F. W. Biopolítica e Desenvolvimento? Foucault e Agamben sobre Estado, Governo e Violência **Dados - Revista de Ciências Sociais**, vol. 58, núm. 2, abril-junio, 2015, pp. 537-567

ROQUETTI, Daniel. MORETTO, Evandro. PULICE, Sérgio. Deslocamento populacional forçado por grandes barragens e resiliência socioecológica: o caso da usina hidrelétrica de barra grande no sul do Brasil. **Revista Ambiente & Sociedade.** São Paulo v. XX, n. 3, p. 117-138. jul.-set. 2017.

RUBENSTEIN, Steven. Steps to a Political Ecology of Amazonia. **Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America**, Vol. 2, 2004.

SAES, Décio. **A formação do Estado burguês no Brasil 1888-1891.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SAHLINS, Marshall, "A Primeira sociedade da afluência", in Edgard Assis Carvalho (org.) **Antropologia econômica**, Liv. Edit. Ciências Humanas, SP, 1978, pp. 7-44.

SANTANA, A. C. de, BENTES, E. dos S., HOMMA, A. K. O., OLIVEIRA, F. de A., & OLIVEIRA, C. M. de. Influência da barragem de Tucuruí no desempenho da pesca artesanal, estado do Pará. **Revista de Economía e Sociología Rural**, 52(2), 249–266. (2014).

SILVA, Cícero, Pettit, Pere. Hidrelétricas na Amazônia: impactos energéticos, sociais e ambientais. 307 - 332. In **Culturas e dinâmicas sociais na Amazônia Oriental brasileira.** Paka Tatu, 2017

SILVEIRA, Claudinor Gomes da. **Uma cidade submersa: memória e história de Jacundá (1915-1983).** Belém-PA: Paka-Tatu, 2001.

UGARTE, Auxiliomar Silva. Margens Míticas: A Amazônia no Imaginário europeu do século XVI. In: DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Os senhores dos rios.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

VELHO, Otávio. **Capitalismo autoritário e campesinato.** São Paulo: Difel Editorial, 1979.

_____ **Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009